



# POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL OITOCENTISTA

# POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL OITOCENTISTA

Cristiano Luís Christillino  
Vitória Fernanda Schettini

## Universidade Federal de Pernambuco

*Reitor:* Alfredo Macedo Gomes

*Vice-Reitor:* Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

### Editora UFPE

*Diretor:* Diogo Cesar Fernandes

*Vice-Diretor:* Junot Cornélio Matos

*Editor:* Artur Almeida de Ataíde

### Conselho Editorial

Alex Sandro Gomes

Amilcar Almeida Bezerra

Carlos Newton de Souza Lima Júnior

George Félix Cabral de Souza

Gisélia Alves Pontes da Silva

Juliana Souza Oliveira

Marcus André Barreto Campelo de Melo

### Editoração

*Projeto gráfico:* Adele Pereira

*Diagramação:* Denise Simões

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

---

P769 Política e sociedade no Brasil oitocentista [recurso eletrônico] / organizadores : Cristiano Luís Christillino, Vitória Fernanda Schettini. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

Vários autores

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-65-86732-18-4 (online)

1. Brasil – História – Séc. XIX. 2. Brasil – Política e governo – Séc. XIX. 3. Brasil – Civilização – Séc. XIX. 4. Brasil – Historiografia. 5. Brasil – Condições sociais. I. Christillino, Cristiano Luís (Org.). II. Schettini, Vitória Fernanda (Org.)

981.04

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-045)

---

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



## **Série *Ars Historica***

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

**Marília de Azambuja Ribeiro Machel**  
Diretora da Série *Ars Historica*

## Obras publicadas

### **O desconforto da governabilidade**

*Rômulo Luiz Xavier do Nascimento*

### **Os Escravos do Santo**

*Robson Pedrosa Costa*

### **Tratos & mofatras**

*George F. Cabral de Souza*

# Sumário

## Apresentação 9

### CAPÍTULO I

#### **A Balaiada e as disputas de poder no Piauí 17**

Pedro Vilarinho Castelo Branco

### CAPÍTULO II

#### **O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriaé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888) 43**

Vitória Schettini

### CAPÍTULO III

#### **“Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!”: cólera, imprensa e política (1862) 65**

Jucieldo Ferreira Alexandre

CAPÍTULO IV

**Negócios de elite: poder, instituições e atuação política dos negociantes de Ouro Preto, Minas Gerais, nas primeiras décadas do Império. 89**

Leandro Braga de Andrade

CAPÍTULO V

**Um passo atrás: o movimento regressista na província de Pernambuco (1835-1836) 111**

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

CAPÍTULO VI

**Presidentes de província, administração e a cultura política no Segundo Reinado: algumas notas 129**

Cristiano Luís Christillino

CAPÍTULO VII

**“A Praça é do povo como o céu é do condor”: Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860 153**

Suzana Cavani Rosas

CAPÍTULO VIII

**Relembrando um passado em comum: olhares sobre uma missiva de José de Alencar a Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) 175**

Paulo Henrique Fontes Cadena

CAPÍTULO IX

**Entre o sertão da Bahia e Olinda: notas sobre a formação superior e as primeiras alianças políticas de José Antônio Gomes Neto, futuro Barão de Caetité (Brasil, 1840) 195**

Lielva Azevedo Aguiar

**Autores 217**



## Apresentação

A obra “Política e sociedade no Brasil oitocentista” nasceu de um esforço coletivo de pesquisadores interessados em discutir o Brasil Império a partir de pesquisas articuladas em torno da sociedade política e social com base na dinâmica local.

A obra foi pensada a partir das “periferias” do Império, para além do centralismo na Corte e nos discursos dos seus principais personagens. A ideia e o problema de se entender o centro e a periferia não são colocados aqui como compreensão do condicionante histórico de forma unilateral, mas são vistos como uma teia de trocas e influências que permeiam todas as atividades humanas em sentido mais amplo.

Trata-se da análise pormenorizada de trajetórias e articulações políticas e/ou sociais nas províncias de Pernambuco, Bahia, Piauí, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro que foram pensadas a partir de análises mais amplas. Esse recorte permitiu trazer ao tema vários elementos que contribuem para o entendimento das regiões aqui abordadas. Assim, ganha força a História Local e Regional com a presença de trabalhos mais sistematizados relacionados sobre o

tema. A partir dessa abordagem historiográfica, passou a existir uma diversificação no conceito de fonte histórica, bem como uma dinamização no objeto de estudo do pesquisador.

Observa-se, assim, uma preocupação dos autores em trazer elementos que reforcem o diálogo com documentos encontrados no interior do país como também a utilização de fontes mais amplas, tendo a preocupação de ligar os artigos aos debates teóricos e metodológicos que permitam a construção do pensar historiográfico.

O objetivo não é estabelecer uma análise definitiva sobre a política, as elites, a escravidão, a saúde, as famílias e a masculinidade, mas abrir um espaço de diálogo entre temas interligados que permitam uma discussão da cultura política do Brasil oitocentista a partir do plano local.

Abrimos a coletânea com o capítulo “A Balaiada e as disputas de poder no Piauí”, de autoria do Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (UFPI). Castelo Branco analisa a construção das memórias e suas disputas, em torno de um evento central na trajetória política do Piauí no século XIX. O autor parte da análise de artigos de jornais, de relatos de memórias, da literatura e da historiografia sobre a Balaiada, para discutir, a partir das práticas de mandos e poder dos proprietários rurais em tempos de guerra, as construções narrativas em torno de ideias e valores almejados, e tomados como motivação, pelos membros da elite piauiense: o fervor patriótico, a defesa da liberdade e dos interesses públicos mais nobres e elevados. A análise de Pedro Vilarinho Castelo Branco permite compreender as estratégias das elites locais no século XIX para a legitimação de espaços e domínios políticos, especialmente a partir das imagens construídas na luta pelo poder das principais famílias da província e seus grupos de maior prestígio.

O segundo capítulo foi elaborado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vitória Fernanda Schettini (Universidade Salgado de Oliveira/Fasm e UniFaminas),

intitulado “O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriaé e São Francisco do Glória na Zona da Mata mineira (1850-1888).” Schettini analisa comparativamente o censo de 1872 e os registros de batismos para toda população, tomando como referência duas freguesias da Zona da Mata mineira central nos anos de 1848 a 1888. A autora mostra o quadro geral dos municípios e da população, as categorias sociais e o perfil da ilegitimidade, de forma a ampliar o debate e o entendimento sobre a formação e a existência da família, trazendo esses dados de forma comparada, método muito pouco utilizado entre os que se dedicam ao estudo da família e da demografia histórica no Brasil, mas que vem ganhando atenção nos últimos anos.

Em seguida, temos o capítulo escrito pelo Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre (Universidade Federal do Cariri) cognominado “Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!”: cólera, imprensa e política (1862)”. Alexandre analisa a ruptura da ordem cotidiana promovida pela doença no Ceará, criando um clima de medo e ceifando milhares de pessoas, oportunizou um tema, com forte apelo ao público para as contendas políticas provinciais. Logo, a epidemia do cólera ocupou um papel estratégico nos jogos políticos provinciais através dos órgãos de imprensa dos conservadores e liberais. O autor analisou o Jornal Pedro II na cobertura da epidemia do cólera no Ceará. Alexandre mostrou que a folha conservadora, impressa em Fortaleza, usou o evento epidêmico para desestabilizar o presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Enquanto os jornais ligados ao Partido Liberal na província (O Cearense, O Araripe, O Sol e Gazetta Oficial) tomaram a defesa do presidente como prioridade. Esse estudo permite a análise do papel assumido pelos jornais nos jogos de poder nas províncias.

O Prof. Dr. Leandro Braga de Andrade (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais) escreve o quarto capítulo da

coletânea, intitulado “Negócios de elite: poder, instituições e atuação política dos negociantes de Ouro Preto, Minas Gerais, nas primeiras décadas do Império”. O autor analisou a trajetória de famílias de comerciantes na capital da província de Minas Gerais, sob um enfoque político. Muito se tem discutido na historiografia sobre as estratégias políticas dos comerciantes no período colonial, no entanto, ainda pouco no período imperial. Uma temática necessária para a discussão da atuação política do grupo, mostrando as conexões dos seus interesses econômicos, a reprodução de uma hierarquia social e as estratégias familiares. Andrade relata que os negociantes e suas famílias atuaram como mediadores políticos, entre a Corte e a capital da província, inclusive adequando-se às muitas mudanças institucionais e políticas ocorridas entre as décadas de 1820 e 1850.

O quinto capítulo da coletânea é de autoria do Prof. Dr. Manoel Nunes Cavalcanti Junior (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia) cognominado “Um passo atrás: o movimento regressista na província de Pernambuco (1835-1836)”. Cavalcanti Junior analisa o tema do Regresso Conservador, tão caro à historiografia sobre o plano político oitocentista a partir das clivagens locais no “Leão do Norte”. Considerando uma sólida base documental, especialmente dos jornais, o autor mostra que o Regresso precisa ser entendido baseado nos rearranjos locais de poder e não apenas pela oposição política na Corte liderada por Bernardo Pereira de Vasconcelos. No caso de Pernambuco, foram antes as articulações promovidas pelos Cavalcanti de Albuquerque, em torno das suas insatisfações com o poder estendido aos juizes de paz que fortaleceram a afirmação do Regresso. Manoel Nunes Cavalcanti Junior mostra-nos a necessidade de repensar a dinâmica política do Império, trazendo para o centro da análise as negociações entre as lideranças da Corte com os líderes locais em torno das políticas mais “amplas”, e nos aponta o peso dessas elites locais.

Em seguida, temos o capítulo escrito pelo Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Universidade Estadual da Paraíba) intitulado “Presidentes de província, administração e a cultura política no Segundo Reinado: algumas notas”. O autor discute a partir dos relatórios e correspondências dos presidentes de província, um amplo espaço de negociação estabelecido desde as freguesias mais distantes até a Coroa. Christillino analisa principalmente a questão da circulação dos presidentes de província pelo Império, considerando a pesquisa em oito delas, mostrando que a Coroa adotou estratégias diferentes a partir da especificidade de cada região. O autor priorizou o cotidiano das administrações provinciais, contemplando as políticas específicas exigidas por cada uma delas, como foi o caso da aplicação da Lei de Terras no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pará, onde os presidentes não impediram as apropriações irregulares de terras dos chefes milicianos e militares, imprescindíveis à afirmação de fronteira da Coroa. Christillino também relata que a rotatividade dos presidentes, inclusive entre as diferentes frações no interior de um mesmo partido, é a chave para o entendimento das relações entre as redes de convivência sociais das províncias com a Coroa.

O sétimo capítulo é de autoria da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzana Cavani Rosas (Universidade Federal de Pernambuco) intitulado “A Praça é do povo como o céu é do condor”: Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860. Rosas analisa a participação de Borges da Fonseca nos jornais “A Revolução de Novembro” (Recife, 1850-1852), “O Republico” (Rio de Janeiro, 1853-1855) e “O Tribuno” (Recife, 1866-1869) editados por ele. A autora mostra a ligação da atuação jornalística de Borges da Fonseca a partir da reorganização das forças de oposição em Pernambuco após a Praieira, a Conciliação do marquês de Paraná e o período de hegemonia do Partido Progressista. Rosas também aponta que nas páginas do “O Tribuno” o jornalista atacava o governo dos progressistas e os imigrantes

lusitanos, inclusive organizou uma mobilização popular no Recife contra a comunidade portuguesa em 1866. Também teceu críticas duras a participação do Brasil na Guerra do Paraguai, além de defender a abolição gradual dos escravizados por meio da indenização dos seus senhores.

O capítulo seguinte é de autoria do Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (Universidade Católica de Pernambuco) cognominado “Relembrando um passado em comum: olhares sobre uma missiva de José de Alencar a Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)”. Cadena parte de uma carta enviada pelo político cearense ao Marquês de Olinda em 1857, utilizando-se também de um amplo fundo documental, sob a guarda do IHGB sobre ambas as lideranças. O autor esmiúça os detalhes da correspondência trocada, revelando estratégias muito interessantes das redes de relações sociais destes grandes líderes do Império: a manutenção e adequação das alianças. Na correspondência, José de Alencar lembra do passado em comum com Olinda (Cortes de Lisboa) mas esquece dos tempos de oposição política. Cadena desvenda, para além dos muitos favores solicitados por José Martiniano de Alencar, uma possível sociedade secreta no Ceará, que estaria articulando a derrubada do gabinete ministerial de Pedro de Araújo Lima. E assim nos mostra que, por trás da “calmaria” política da década de 1850, houve uma grande negociação política estabelecida entre as frações de poder local e a Corte.

Para finalizar a coletânea, temos o capítulo da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lielva Azevedo Aguiar (Universidade do Estado da Bahia - Campus VI), intitulado “Entre o sertão da Bahia e Olinda: notas sobre a formação superior e as primeiras alianças políticas de José Antônio Gomes Neto, futuro Barão de Caetité (Brasil, 1840)”. A autora analisa a trajetória do magistrado José Antônio Gomes Neto, no município de Caetité, na região do alto sertão da Bahia. Aguiar utiliza um amplo leque de fontes do Arquivo Público Municipal de Caetité e

outros acervos da Bahia. Aguiar investiga as redes sociais do barão, entre as décadas de 1840 e 1880. Lielva Azevedo Aguiar promove um interessante deslocamento do foco de análise do meio político oitocentista, que possibilita analisar a política imperial dos sertões para o litoral, das pequenas vilas e cidades interioranas até a corte, reforçando o “familismo” como uma questão importante para se compreender a política no Brasil.

Convidamos a todos que tenham interesse em conhecer um pouco sobre o universo da “Política e Sociedade no Brasil Oitocentista” à leitura das relevantes contribuições aqui presentes. São artigos que abrem espaço ao confronto e ao livre pensar, ao debate e a possibilidade para se (re)pensar uma história que, muitas vezes, é apresentada de forma unívoca.

Boa leitura!

Os autores

João Pessoa/Niterói, maio de 2020.



## CAPITULO I

# A Balaiada e as disputas de poder no Piauí

A Balaiada é um evento marcante na memória e na história do Piauí. Por sua magnitude tornou-se, desde o momento da eclosão do conflito, o palco de lutas simbólicas. Assim, a definição do caráter dos envolvidos nas lutas tem sido motivo de querelas que até hoje persistem no imaginário popular. O referido evento aparece na historiografia nacional como um dos vários movimentos de rebeldia ocorridos no período regencial, nesse caso particular, de modo majoritário, na Província do Maranhão.

A participação dos piauienses, contudo, deu-se em virtude da proximidade geográfica e política entre as duas províncias e, também, pelo descontentamento da população com as aviltantes práticas de recrutamento militar. Por outro lado, havia ainda, a oposição ao governo de Manuel de Souza Martins, o Barão da Parnaíba, que governava o Piauí, desde o fim do período colonial. A forma autoritária como agia o potentado piauiense contribuiu para que os habitantes da província e até mesmo parte das elites interessada em desestabilizar a oligarquia Sousa Martins se empenhasse em apoiar os revoltosos. O Barão da Parnaíba, por sua vez, aproveitou a

mobilização e o envolvimento de parcela das elites piauienses – que assumiam a oposição ao seu governo – para derrotar os adversários e consolidar, de vez, o seu domínio sobre a província do Piauí.

A intenção do presente estudo é revisitar artigos de jornais, relatos de memórias, textos historiográficos que tratem da Balaiada, buscando entender de que forma o movimento impactou a construção das memórias no Piauí. Na construção do argumento, analisaremos particularmente três personagens que ganharam centralidade nas disputas de memória, quais sejam: Manuel Clementino de Sousa Martins<sup>1</sup>, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva<sup>2</sup>, e Manuel de Sousa Martins<sup>3</sup>.

No itinerário, mostraremos os embates através da escrita, ora ao sabor das tendências políticas, ora dos afetos que buscavam definir e criar as três personalidades. Entendemos que há uma competição de memórias que, num jogo de claro e escuro, pretende heroizar ou desqualificar os personagens, tendo o referido conflito como pano de fundo, a legitimação de espaços de domínios políticos<sup>4</sup>. Os autores que escrevem sobre a Balaiada conseguiram perpetuar a

---

1 Manuel Clementino de Sousa Martins nasceu em 1799 e faleceu em 1839. Militar, atuou nos conflitos ocorridos no Ceará, em 1832, após a abdicação de D. Pedro I, na Balaiada, em 1839, sendo morto em combate. Era sobrinho, afilhado e genro de Manuel de Sousa Martins (Visconde da Parnaíba).

2 Lívio Lopes Castelo Branco e Silva nasceu em Campo Maior, em 1813, e faleceu em 1869. Foi jornalista, advogado e escritor, exerceu cargos públicos no Piauí, foi ativo participante da Balaiada e, por este motivo, foi perseguido por Manuel de Sousa Martins, mesmo após o perdão concedido por D. Pedro II aos rebelados.

3 Manuel de Sousa Martins nasceu em Oeiras, Piauí, em 1767, e faleceu em 1856. Foi personagem importante no processo da independência do Piauí, assumindo a presidência do Conselho de Governo, no período de 1825-1828 e a presidência do Piauí de 1831 a 1843. Por sua participação na política e em contendas militares, sempre se mostrando fiel aos interesses do Império brasileiro, foi agraciado com os títulos de Barão e, posteriormente, Visconde da Parnaíba.

4 LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 1994. p. 426.

memória e os feitos desses personagens, de tal modo que, embora mortos, continuam, erigidos como modelos, a comandar o destino dos vivos<sup>5</sup>.

Iniciaremos a construção do argumento pela análise do jornal *O Telégrafo*, criado pelo governo provincial, no final de 1839. O principal objetivo desse periódico era o de informar a população a respeito da guerra contra os rebeldes. A criação do jornal ocorreu quando o presidente do Piauí se deu conta de que grupos da elite social e política participavam do movimento de rebelião, um sinal inequívoco de que se tratava de uma disputa entre correntes oligárquicas pelo domínio provincial. Diante dessas circunstâncias, o governo concebe a criação do jornal, como estratégia eficiente para dar legitimidade a suas ações no combate, ao mesmo tempo em que procurava deslegitimar os adversários, priorizando, de início, a desconstrução da imagem dos homens da elite que ameaçavam o seu domínio político.

Os editores do jornal, nos primeiros números, escolhem retroceder no tempo, para narrar alguns acontecimentos iniciais do movimento, objetivando estabelecer balizas enunciativas sobre os fatos. Afirmam, nessa retrospectiva, que não tratarão das incursões de Raimundo Gomes, no Piauí, mas de fatos relativos à pessoa de Lívio Lopes Castelo Branco, o cerco e a tomada pelos rebeldes da cidade de Caxias<sup>6</sup>. Outro assunto que ocupou intensamente as páginas do jornal foi sobre Manuel Clementino, primeiro comandante legalista, com suas ações que somente se cessaram após a sua morte no campo de batalha<sup>7</sup>.

---

5 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O engenho de meninos: literatura e história de gênero em José Lins do Rego. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008. p. 350-371.

6 INTERIOR. *O Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 1, p. 2, 3 nov. 1839.

7 *O Telégrafo* trata das ações de Manuel Clementino, até o momento de sua morte, nas edições de n. 1 a 6.

O jornal define Manuel Clementino e Lívio Lopes Castelo Branco como protagonistas e antagonistas no enredo inicial da Balaiada. Acreditamos que o silêncio inicial sobre o líder popular, Raimundo Gomes, ocorreu devido à percepção de que o perigo maior era representado por Lívio Lopes Castelo Branco, pois o seu sucesso poderia motivar que grupos da elite viessem a apoiar um levante contra a estrutura política de poder controlada pelo Barão da Parnaíba.

O que se poderia esperar do impacto de um jornal numa sociedade marcada pelo analfabetismo, como era o caso da província do Piauí? Acreditamos que, em primeiro lugar, a intenção do presidente da província era alcançar as elites para dissuadi-las de seguir o caminho de Lívio Lopes Castelo Branco que, havia aderido ao movimento, bem como utilizar a imprensa para criar uma narrativa sobre a Balaiada para convencer a população de que o governo estava agindo no combate aos rebeldes. Mesmo que poucas pessoas tivessem acesso direto ao texto escrito, as notícias publicadas lograriam outras formas de circular, sejam em leituras coletivas ou mesmo na vulgarização posterior por meio da propagação oral.

Passando a analisar a figura do major Manuel Clementino, observamos que as primeiras menções acerca do seu envolvimento com a Balaiada aparecem na edição inaugural do *Telégrafo*, quando o editor afirma que o presidente da província havia confiado ao valente Manuel Clementino o comando de todas as tropas oficiais destinadas ao combate dos revoltosos. O relato expressa a certeza da vitória no enfrentamento, dado o conhecido valor militar do comandante das forças governistas, bem como o fato de estarem lutando contra inimigos desqualificados, que lutavam motivados pela sanha, pelo desejo de roubar e destruir a tranquilidade e a propriedade de homens de bem<sup>8</sup>.

---

8 INTERIOR. O *Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 1, p. 3, 3 nov. 1839.

O *Telégrafo* afirma que Manuel Clementino levava esperança e segurança aos homens de bem. Sua bravura e espírito de liderança faziam com que os rebeldes temessem a presença do campeador da ordem. No entanto, todas as esperanças se esvaneceram com sua repentina morte em setembro de 1839. Na edição n. 6, O *Telégrafo* faz épico relato da sua última batalha e sobre o momento em que foi mortalmente atingido<sup>9</sup>. O culto a Manuel Clementino continua em O *Telégrafo* de n. 8, quando é publicada a carta do governador do Maranhão lamentando a morte do heroico militar piauiense<sup>10</sup>. O número 14 faz referências ao último ataque comandado por ele contra os revoltosos e também à interceptação de correspondências dos rebeldes, em que, ao se referirem ao falecido comandante legalista, diziam “que já não existia o homem a quem temíamos”<sup>11</sup>.

O major Manuel Clementino também é alvo da escrita de autores que, porta-vozes de outros interesses, procuram mostrar possibilidades de dizer o personagem de forma diferente. Na obra *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas e em Conto histórico, artigo de Cruz Monteiro<sup>12</sup>, publicado no jornal *Diário do Piauí*, n. 224, no ano de 1912, aparecem relatos que evidenciam o conflito de memórias.

Para Clodoaldo Freitas, grande parte do prestígio de Manuel Clementino deve-se às suas vinculações familiares, mais especificamente ao fato de ser genro, sobrinho e afilhado do Barão da Parnaíba. O autor declara ainda que, do ponto de vista militar, nada justificava a sua glorificação; assegura que ele teria uma carreira

---

9 INTERIOR: continuação do número antecedente. O *Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 6, p. 1-2, 9 dez. 1839.

10 SOUSA E MELLO, Manoel Felizardo de. É do meu dever. O *Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 8, p. 4, 16 dez. 1839.

11 INTERIOR: continuação do número antecedente. O *Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 14, p. 1, 6 jan. 1840.

12 MONTEIRO, [João da] Cruz. Conto histórico: o Major Irineu Gomes Correia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 224, p. 1-4, 12 out. 1912.

militar obscura se o cargo de comandante das tropas legalistas do Piauí, nos combates da Balaiada, não viesse a “ensopá-lo de sangue e lágrimas”<sup>13</sup>.

Na continuidade do relato, Clodoaldo Freitas faz menção a alguns eventos da missão militar das tropas legalistas comandadas por Manuel Clementino, no Maranhão, em busca de combater os balaios. O autor retrata a forma agressiva como os legalistas enfrentam o grupo de rebeldes no vilarejo de Mirador, no Maranhão, e como, depois de fazer os adversários recuarem, entram na povoação, pilhando tudo de valor que encontraram pela frente<sup>14</sup>.

A construção discursiva do Major Manuel Clementino ganha tons obscuros também, no artigo de Cruz Monteiro publicado no *Jornal Diário do Piauí*, em 1912, a pretexto de enaltecer a imagem do major Irineu Gomes Correia, proprietário e chefe político ligado às elites da vila de Marvão<sup>15</sup> no Piauí.

Em determinado momento do conflito, o major Irineu Gomes Correia recrutou e armou um pequeno exército de 200 homens e engajou-se nas forças governistas sob o comando de Manuel Clementino. O trecho do relato de Cruz Monteiro que interessa, a este trabalho, diz respeito à sua versão sobre o ataque à casa de Dona Rosa da Costa Alvarenga.

Cruz Monteiro afirma que a casa foi cercada durante a noite e a ordem era prender ou matar o proprietário, tido como líder balaio. Ao amanhecer, a casa foi invadida pelas tropas legalistas, estando o proprietário ausente. Ato contínuo, os soldados foram autorizados a saquear a casa. Em seguida, a esposa do proprietário, Dona Rosa Alvarenga, foi levada à presença do comandante que a interrogou

13 FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p. 20.

14 FREITAS, 2019, p. 23-24.

15 A vila de Marvão foi criada ainda no Piauí colonial e tem hoje a denominação de Castelo do Piauí.

asperamente, indagando sobre o paradeiro do marido, insultou-a com palavras grosseiras e até mesmo lhe agrediu com bofetada na face.

Ao silêncio da mulher, Manuel Clementino ordenou que esta fosse desnudada diante da soldadesca. Dona Rosa, olhando para o major Irineu Gomes Correia pediu que a livrasse de tal ofensa. O referido major, então, posicionou-se à frente do comandante impedindo-o de continuar as ofensas à honra daquela dama.

Os relatos de Clodoaldo Freitas e de Cruz Monteiro nos ajudam a compreender a complexidade dos interesses que cercam a construção da memória de Manuel Clementino. O texto de Clodoaldo Freitas manteve-se, na sua integralidade, inédito até o presente, o que impossibilitou a análise da recepção do livro *A Balaiada* e das repercussões quanto ao modo como apresenta a figura de Manuel Clementino. O artigo de Cruz Monteiro, porém, a despeito de ter inequivocamente dimensões inferiores, pela particularidade de ter circulado em meio ao público, quando editado no jornal *Diário do Piauí*, no ano de 1912, este foi veementemente combatido e alvo de muitas críticas.

É assim que o coronel Benedito de Sousa Brito, com o objetivo de desqualificar as afirmações de Cruz Monteiro, parte em defesa da memória de Manuel Clementino, em artigo intitulado “A verdade histórica e o bravo Major Manuel Clementino de Sousa Martins, um dos heróis da Balaiada”, escrito em Oeiras em 1 de janeiro de 1913, assinado sob o pseudônimo – Um velho amigo da verdade. Ressalte-se que o referido artigo foi republicado no ano de 1980, na *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, n. 2, atestando seu valor na defesa de interesses e memórias que continuavam vivos.

No seu artigo, o coronel Benedito de Sousa Brito justifica sua escrita, alegando sentimento de revolta ante as invencionices de pessoas que, como Cruz Monteiro, autor do Conto Histórico, não

hesitavam em deturpar a verdade. Diante do que considerava uma inverdade e mesmo uma ofensa à memória de Manuel Clementino, militar, cuja bravura, honestidade, energia e moralidade nunca foram postas em dúvida, a não ser em 1903 pelo jornal *Pátria*, e agora, em 1913 pelo Sr. Cruz Monteiro<sup>16</sup>.

Em determinado momento do artigo, o mencionado autor afirma que o Barão da Parnaíba, ao sentir o risco iminente da Balaiada ganhar vulto, no território do Piauí, resolve arregimentar forças para a defesa da província, sendo que, naquele momento, o major Manuel Clementino se oferecera para participar da luta armada: “Voou ao apelo da pátria e imediatamente apresentou-se ao seu ilustre sogro e tio, oferecendo-se para a guerra”<sup>17</sup>. Afirma ainda, que ao fazer isso, abdicava mesmo da tranquilidade da vida familiar, do doce convívio com a esposa e com os filhos ainda na juventude ou na infância.

O artigo coloca Manuel Clementino diante de dilema afetivo moderno, do homem que, em seu íntimo, divide-se entre dois sentimentos elevados dignificadores da masculinidade: o sentimento pátrio, de defesa da nacionalidade e a doçura da convivência familiar, no exercício do dever conjugal e paternal. Falou mais alto o espírito patriótico, venceu o soldado-cidadão, que ao defender a pátria estaria defendendo também a família.

Outro traço de virilidade enaltecido no personagem Manuel Clementino, com o sentido de lustrar o seu valor masculino, é a capacidade de contagiar os outros homens com o seu exemplo de bravura:

O exemplo do bravo Maj. Clementino converteu-se em incentivo à ardorosa plêiade de moços piauienses da capital. Estudantes oriundos de boas famílias, artistas, agricultores de posição decente, em grande parte parentes do Major, ofereceram-se

---

16 BRITO, Benedito de Sousa. A verdade histórica e o bravo major Manuel Clementino de Sousa Martins, um dos heróis da Balaiada. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras, n. 2, p. 153-161, 1980.

17 BRITO, 1980, p. 154.

para acompanhar o destemido parente e heroico guerreiro na luta contra os balaiois<sup>18</sup>.

A coragem é comunicativa, assim o perfil de Manuel Clementino é criado por Benedito de Sousa Brito, como modelo de fervor patriótico, capaz de incendiar os corações dos homens, de motivá-los para lutar e colocar a vida em risco, diante de interesses elevados que seriam: o amor pátrio, o desejo generoso de livrar os concidadãos da opressão e da indignidade provocados por homens ditos infames, assassinos e cruéis.

Nas entrelinhas da sua escrita, Benedito de Sousa Brito faz referências à família, vincula o prestígio e o poder do Barão da Parnaíba ao seu grupo, à sua potência familiar, em clara demonstração de que os homens da Balaiada não se moviam por interesses patrióticos, nacionais, mas, sim, que arriscavam a vida, incendiavam os espíritos e se motivavam para a guerra, muito mais pela defesa de um *socius* tradicional, familiar, que pela defesa de um sentimento de nacionalidade<sup>19</sup>.

A escrita revela, assim, uma retórica moderna, cria imagens de masculinidade que podem se fazer presentes em situações históricas mais diversas; podiam, tanto expressar as motivações para a luta de um cavaleiro medieval na Europa quanto as de um jovem soldado moderno, ou ainda se associarem às construções discursivas de um homem sertanejo envolvido na Balaiada. Essas articulações retóricas exprimem a essência emocional da coragem marcial, caracterizada pela ausência de egoísmo, em meio ao perigo de vida, pela comoção profunda diante da bravura do companheiro, pela volúpia da fidelidade e do sacrifício pessoal. Esse sentimento primitivo seria a base da qual se deriva o ideal da cavalaria, que evoluiu rumo à

---

18 BRITO, 1980 p. 155.

19 OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A construção social das masculinidades. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

construção de um imaginário nobre de perfeição masculina, próximo do anseio por uma vida mais bela, mas que também cria a máscara, que esconde um mundo de ganância e violência por trás de uma organização discursiva<sup>20</sup>.

Todas as ações efetuadas por Manuel Clementino e relatadas por Benedito de Sousa Brito são fundamentadas, nesse espírito de idealização masculina, coladas ao personagem em tela<sup>21</sup>.

A construção discursiva elaborada por Benedito de Sousa Brito sobre Manuel Clementino tem, no incidente que envolve D. Rosa Alvarenga, seu ponto mais relevante. A referida passagem, já tratada aqui, a partir dos relatos de Cruz Monteiro, nos quais a figura do comandante militar ganha cores sombrias que desqualificam sua memória, adquire, na narrativa de Brito, outras cores, criando uma nova imagem, purificada de gestos grosseiros ou de qualquer conduta desabonadora. Diante da situação de confronto, o comandante legalista mantém a fleuma, a respeitosa prudência, digna de cavalheiro diante de uma dama. Uma mulher honesta, mesmo que envolvida com os rebeldes, merecia respeito e até relativa proteção.

Quando Manuel Clementino, porém, se aproximava do importante sítio de lavoura de propriedade da respeitável viúva D. Rosa Alvarenga foi bruscamente atacado por forças reunidas nesse sítio, e aí aquarteladas, forças que, segundo então constou, eram alimentadas por essa senhora que aderira à rebelião e acoitava rebeldes.

Indignado com a notícia, o Maj. avançou sobre o sítio, pondo em retirada os atacantes, e, chegando à casa de D. Rosa verberou-a frente a frente pelo seu procedimento, homizian-do rebeldes; mas não praticou nenhuma violência material contra ela ou suas propriedades, não autorizou o saque da

---

20 HUIZINGA, Johan. O outono da Idade Média. São Paulo: Cosacnaify, 2010. p. 111.

21 BRITO, 1980, p. 156.

propriedade, não deu bofetadas na mulher, não rasgou suas vestes, muito menos a ofereceu nua aos soldados<sup>22</sup>.

Odilon Nunes, ao tratar do personagem Manuel Clementino em sua abordagem historiográfica sobre a Balaiada, direciona a análise para o aspecto que o interessa, enaltece o brilho do militar, evidencia a imagem do soldado, o comandante hábil em movimentar as tropas em defesa de sua causa. As palavras finais parecem buscar o equilíbrio entre o reconhecimento do valor do soldado e as facetas secretas do homem. Aponta a bravura, como sua principal qualidade, entretanto, faz ressalvas às afirmações ufanistas<sup>23</sup>. Ao finalizar sua análise, vagamente, lança pistas de coisas não ditas, quando afirma: “Clementino era incontestavelmente um bravo. Teria sido sem máculas, se houvesse sabido ser generoso”<sup>24</sup>. O historiador encerra, contudo, sem dar justificativas sobre sua última afirmação.

Uma questão que merece menção é a forma épica como a morte de Manuel Clementino é abordada nos vários relatos. Clodoaldo Freitas, seu crítico mais ácido, aponta sua morte como única justificativa para a construção discursiva do comandante das tropas governistas no patamar de herói; “a carreira dele como militar seria obscura se o cargo que exerceu não viesse ensopá-lo de sangue e lágrimas”<sup>25</sup>.

Segundo José Murilo de Carvalho, os heróis são símbolos poderosos, encarnam aspirações, são referências, suportes de identificações coletivas. Assim, a elevação de alguns à condição de heróis é instrumento eficaz para alcançar os corações dos cidadãos e

---

22 BRITO, 1980, p. 156.

23 NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. v. 3. Teresina: FUNDAPI, 2007. p. 64.

24 NUNES, 2007, p. 64.

25 FREITAS, 2019, p. 20.

convencê-los a se colocarem a serviço de uma causa e para legitimar governos<sup>26</sup>.

A morte de Manuel Clementino é o ponto central dos relatos sobre sua atuação na Balaiada. O jornal *O Telégrafo* narra de forma épica o acontecimento. Odilon Nunes, fundamentado na documentação oficial, assume um tom de sobriedade na sua escrita, no entanto, ao relatar a morte do comandante legalista, apropria-se do relato de Esmaragdo de Freitas e o faz de maneira sensível e emocional:

Foi nessa conjuntura que a atenção dos combatentes triunfantes se voltou para o vulto do chefe que se desmontara – e na estupefação, que um pressentimento constante não dirimira, viram muitos deles o corpanzil do homem bem apessoado, que os conduzira até ali, baquear, como uma árvore de grande porte, atingida por um raio da magia<sup>27</sup>.

Ainda citando Esmaragdo de Freitas, Odilon Nunes afirma que as últimas palavras do comandante foram: “Avancem, camaradas, que pra morrer um homem, não se abandona a causa: só vos peço que sejais constantes e vingai-me a morte!”<sup>28</sup> As últimas palavras de Clementino são as palavras de um herói, que são sempre de um homem determinado, imbuído de uma causa, são palavras exemplares que procuram difundir a ideia de que mais importante que a própria vida é o empenho por uma causa nobre, como era o amparo da pátria, na defesa da qual o homem não deve sentir medo de entregar a própria vida em sacrifício. Essa é a atitude de grandeza que se espera de um homem inspirado por ideais sublimes.

---

26 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 55.

27 FREITAS, Esmaragdo de. *Visconde da Parnaíba*. Oeiras: [s.n.], 1982. p. 67 apud NUNES, 2007, p. 63.

28 FREITAS, 1982, p. 67 apud NUNES, 2007, p. 63.

Assinale-se que não há relatos de medo, de desespero diante da inevitabilidade da morte, mas de coragem, de incentivo para que os companheiros deem continuidade à luta e à defesa da causa. A morte monumentalizada, as palavras supostamente ditas devem servir para tocar os companheiros; devem ser contagiantes e impulsionadoras da ação.

Manuel Clementino é assim discursivamente elevado ao panteão de heróis. Sua morte, seu exemplo de militar determinado devem ser suficientes para apagar qualquer mácula, qualquer gesto menos nobre ou menos admirável. O comandante, agora morto, sem ação, deveria continuar vivo, de forma idealizada, como inspiração àqueles que lutavam pela mesma causa que defendia.

Dando sequência à apreciação das figuras masculinas de elite, alçada à condição de centralidade, no movimento da Balaiada, passamos a analisar a construção discursiva de Lívio Lopes Castelo Branco. Se do lado das lideranças governistas ganhou relevância, a figura do major Manuel Clementino, do lado dos rebeldes, o nome de Lívio Castelo Branco é deliberadamente o escolhido. Os editores, no primeiro número do *Telégrafo* afirmam que não iniciariam a narrativa da Balaiada pelas ações do líder popular Raimundo Gomes, mas pelos acontecimentos que envolviam Lívio Lopes Castelo Branco e suas ações no movimento até sua fuga. Essa retrospectiva histórica termina na sexta edição, com o aviso de recompensa pela captura de Lívio Lopes Castelo Branco.

Lívio Castelo Branco aparece nos anos anteriores à Balaiada como liderança política emergente, fazendeiro e político na região Norte do Piauí. Ainda jovem, com vinte e cinco anos de idade, já havia exercido cargos eletivos e parecia ambicionar postos mais elevados. Contudo, entendia que a força política hegemônica, exercida pelas elites concentradas na cidade de Oeiras e capitaneadas pelo Barão da Parnaíba, era empecilho às suas ambições políticas. Percebendo,

no movimento rebelde da Balaiada, a possibilidade de desestabilizar politicamente o Barão da Parnaíba e assim abrir espaço para que outros grupos de mando acessassem o jogo de poder, no Piauí, Lívio arma um exército de 600 homens e parte para a cidade de Caxias, engaja-se no movimento rebelde, passando a se autodenominar comandante e chefe das forças rebeldes na província do Piauí. A cidade sitiada caiu sob o domínio dos balaios em 01 de julho de 1839.

Segundo Clodoaldo Freitas, Lívio Castelo Branco manteve-se como um dos líderes rebeldes até 11 de setembro de 1839, quando resolveu abandonar o campo de batalha e os seus comandados, fugindo em direção a Recife, de onde partiu para o interior pernambucano e só retornou ao Piauí, após o Decreto Imperial de 22 de agosto de 1840, que anistiou os rebeldes envolvidos na Balaiada.

Que razões teriam levado os editores de *O Telégrafo*, deliberadamente, a indigitar Lívio Castelo Branco como personagem central, no enredo da Balaiada no Piauí? No cálculo político do Barão da Parnaíba, a adesão de parte das elites piauienses à Balaiada, com investimentos de recursos materiais, era um risco que deveria ser eliminado a qualquer custo. Considerando a representatividade política e social que tinham na província, mesmo que passassem a organizar forças militares para reivindicar mudanças políticas, pessoas como Lívio Lopes Castelo Branco representavam um mal que precisava ser combatido e exterminado.

A desqualificação de Lívio Lopes Castelo Branco vai ocorrendo à medida que se monta, discursivamente, o cenário desastroso provocado pela Balaiada. O ponto máximo dos desastres seria a ocupação da cidade de Caxias pelos rebeldes. Os relatos afirmam que inúmeros assassinatos foram cometidos, que os rebeldes promoveram saques e destruíram grande parte da riqueza acumulada na cidade, que era, naquele momento, o principal entreposto comercial de grande parte do Maranhão e do Piauí.

Lívio Castelo Branco é também construído discursivamente como um homem sem palavras, sem honra, portanto, um indivíduo sem caráter. O próprio jornal *O Telégrafo* tenta comprovar isso, através da publicação das correspondências do líder rebelde, em confronto com relatos de ações supostamente praticadas por ele. Em sua correspondência, Lívio afirma que as relações entre as forças militares em conflito deveriam respeitar a honra militar e o direito de guerra. Apontava o chefe dos revoltosos para a necessidade de construção de um entendimento entre os dois lados, como uma maneira de evitar derramamento de sangue. Esses escritos são contrapostos a relatos de assassinatos e de outras formas de violência que teriam sido cometidas por Lívio Castelo Branco, no comando das forças rebeldes, o que seria a prova incontestada da sua falta de idoneidade moral<sup>29</sup>.

Numa outra correspondência, Lívio Lopes Castelo Branco solicita que as tropas governistas comandadas pelo major Manuel Clementino não avancem para a região de Caxias, onde se concentravam as forças rebeldes. O pedido era justificado, pois havia, segundo ele, avançadas negociações com o Governo do Maranhão, de sorte que o movimento poderia ser pacificado, sem fazer mais vítimas.

Os comentários do jornal mais uma vez questionam sobre os verdadeiros interesses de Lívio Castelo Branco nessa correspondência. Segundo *O Telégrafo*, as verdadeiras intenções do líder rebelde eram ganhar tempo enquanto cuidava de colocar em segurança os bens havidos no saque promovido na cidade de Caxias. Outrossim, é apontado, ainda que, diante dos desentendimentos que já se davam entre Lívio Lopes Castelo Branco e outros líderes rebeldes, este já estaria articulando a melhor forma de se desvencilhar do movimento da Balaiada, talvez, até pensando em pedido de perdão. Como não tinha coragem de fazer isso abertamente, estaria maquinando sua

---

29 INTERIOR: continuação do número antecedente. *O Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 5, p. 2, 5 dez. 1839.

saída do movimento, o que acabou por ocorrer, pelo abandono das tropas sob seu comando, quando fugiu do campo de batalha<sup>30</sup>.

Diante da falta de acordo com o governo do Maranhão, somado aos crescentes desentendimentos com lideranças do movimento e ainda os deslocamentos estratégicos das forças legais do Piauí em marcha para o combate em Caxias, Lívio Castelo Branco resolveu, no dia 11 de setembro de 1839, deixar o comando das tropas sob a responsabilidade de alguém de confiança e retirar-se do conflito. O desfecho da participação de Lívio Lopes Castelo Branco na Balaiada é apontado pelos críticos como falha grave, visto que ele havia envolvido pessoas na revolta, movimentado interesses e, num momento de dificuldades, fugira, abandonando os companheiros de luta<sup>31</sup>.

Se a participação de Manuel Clementino se encerra com a sua morte em campo de batalha, a mais gloriosa forma de morrer para um soldado, fortalecendo os elementos construtivos da sua imagem como herói, no caso de Lívio, a deserção será uma mácula que marcará para sempre a sua memória. Essa diferença entre os dois chefes militares será sempre lembrada em detrimento da construção de uma imagem positiva de Lívio Castelo Branco.

Ao desertar e abandonar os seus comandados, Lívio feriu de morte a ética militar, tão reivindicada por ele nas cartas, daí a gravidade das faltas cometidas. Ao comandante cabe a liderança, a definição das estratégias; os soldados devem ser encorajados pelos gritos de guerra, que reclamam dos comandados a coragem, o destemor, diante do adversário<sup>32</sup>. A deserção é comumente percebida como fragilidade, como sinal de desvirilização.

---

30 INTERIOR: continuação do número antecedente. O Telégrafo, Oeiras, ano 1, n. 3, p. 2-4, 28 nov. 1839.

31 FREITAS, 2019, p. 25.

32 BONAPARTE, 2015, p. 74-80.

Os redatores de *O Telégrafo*, que atendem aos interesses do grupo político capitaneado pelo Barão da Parnaíba, constroem a imagem do líder rebelde como um não-vir-a-ser masculino: homem de elite, bem-nascido, inteligente, no entanto, deixa-se levar por ambições menores, alia-se a homens desqualificados na promoção de desordens e de crimes. As atitudes de Lívio, como a fuga, tornam-se motivo para desqualificar seu caráter como homem e como militar. Apontam, como razões para suas atitudes: o medo do confronto direto com as forças governistas, capitaneadas por Manuel Clementino; a ambição de riquezas indevidas, como os frutos dos saques realizados em Caxias; a falta de firmeza de caráter, ao não realizar, na prática, as palavras ditas ou escritas.

Clodoaldo Freitas, ao referir-se a Lívio Castelo Branco e às implicações familiares de sua participação na Balaiada, afirma que Miguel Borges, seu filho, cresceu sob o signo do envolvimento do pai na rebelião: “O pai vencido, foragido, preso, perseguido, longe do lar, curtindo as amarguras e remorsos do seu crime, porque nas lutas civis, o criminoso é sempre o vencido, o vencedor é sempre o herói”<sup>33</sup>.

A afirmação final é bastante elucidativa quanto às imagens que se constroem sobre vencidos e vencedores em qualquer pós-guerra. No entanto, no livro *A Balaiada*, os comentários de Clodoaldo Freitas assumem um teor mais ácido nas referências a Lívio Lopes Castelo Branco. Ao tratar da sua participação no referido movimento, afirma que teve efetivo início com o cerco de Caxias no Maranhão, ocorrendo, assim também, sob sua responsabilidade, os horrores que se seguiram à tomada da cidade, que por ser rica e próspera foi o alvo preferencial dos rebeldes.

---

33 FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 143.

Miguel Borges Leal Castelo Branco<sup>34</sup>, ao usar da escrita para retratar a figura do pai o faz elaborando uma biografia; faz uso da história, talvez com a intenção de dar força de verdade à argumentação. Na construção discursiva, retrata Lívio como homem bem-intencionado, movido pelo senso de justiça, pelo interesse em defender os mais fracos, guiado pela força avassaladora do amor pátrio. Seriam igualmente nobres os sentimentos que definem a personalidade de Lívio Lopes Castelo Branco, segundo discurso elaborado pelos companheiros do Partido Liberal, quando de sua morte em 1869.

Na construção discursiva que faz Miguel Borges, ele procura idealizar o homem, lustrar a imagem com motivações superiores. Se ele se envolveu em movimento de sedição, fez por causas nobres: o senso de justiça, a defesa dos mais fracos, guiado pela força avassaladora do amor pátrio. Os escritos de Miguel Borges sobre Lívio Castelo Branco são claramente marcados por argumentação retórica moderna, centrada na idealização da masculinidade guiada por motivações superiores. Diferente, porém das idealizações de Manuel Clementino, não são feitas referências à coragem marcial, pois a fuga, o abandono das tropas e a proximidade da batalha impediam esse tipo de argumentação.

Na ausência da coragem marcial, o biógrafo busca outros argumentos para lustrar o biografado, quando remete à suposta tentativa de Lívio Castelo Branco em manter o controle sobre as tropas rebeldes, constrói sua imagem como homem capaz de ter a grandeza de se motivar pela generosidade, pela vontade de minimizar os males dos outros cidadãos, na medida em que procurava conter os ânimos exaltados e os interesses inferiores dos aliados e subordinados que queriam promover o saque e o terror.

---

34 CASTELO BRANCO, Miguel Borges Leal. Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

Miguel Borges constrói Lívio como homem superior, capaz de se envolver no conflito, para nele exercer a função de mediador, de conciliador, só se ausentando da luta, ao perceber que seus esforços seriam em vão. Essa é a saída retórica encontrada para enaltecer Lívio<sup>35</sup>. A idealização masculina moderna se faria presente pelo caminho da civilidade, da moderação, do espírito de contenção<sup>36</sup>.

Quanto a esse último aspecto, podemos ainda fazer algumas observações. Se analisarmos a correspondência de Lívio Lopes Castelo Branco, encaminhada ao comando das forças governistas e publicada no *O Telégrafo*, podemos perceber que o autor das missivas procurava abrir um canal de comunicação, apelava para a palavra de honra militar, solicitava que alguma negociação fosse aceita, afirmava o caráter político do movimento e indagava se havia a garantia dos correios, a fim de que se pudesse, debaixo de boa-fé, manter correspondência. Esse pode ser um indício que, somado a outros, fortaleceria a argumentação de Miguel Borges, quando tentou construir a imagem do pai como alguém que buscava a conciliação, o entendimento.

No entanto, a participação de Lívio na Balaiada será majoritariamente percebida como mácula. O próprio Miguel Borges, em sua biografia, informa que a participação de Lívio na Balaiada o marcou por toda a vida, sendo sempre munição usada por adversários: “Lívio Lopes, porém, a par de muitos dias de glória, como o que teve nas vezes em que triunfou em eleições, jamais deixou de ter, também, uma estrela adversa, que parecia querer anuviar o brilho de todas as suas ações”<sup>37</sup>.

---

35 CASTELO BRANCO, 2014.

36 Sobre os padrões masculinos modernos, cf. CASTELO BRANCO, Pedro Vilariño. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. História Unisinos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 85-95, maio/ago. 2005.

37 CASTELO BRANCO, 2014, p. 127.

Em conclusão, aprofundamos que as memórias referentes a Lívio Lopes Castelo Branco misturam o brilho da rebeldia, a generosidade capaz de sacrifícios pessoais em nome de valores superiores e certa percepção envergonhada de carregar a nódoa de um mau passo – além do envolvimento com movimento rebelde e, ainda, a fuga do campo de batalha.

O terceiro personagem escolhido para análise é Manuel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba, personalidade que, independente de qualquer juízo de valor, ocupa espaço significativo na história do Piauí. Seu envolvimento com o poder teve início no período colonial, quando participou de juntas governativas e após o processo de Independência concluído em 1823, assumiu o governo da província e nele se manteve como membro de juntas governativas ou como titular até 1843, quando, contando a idade de 76 anos, foi substituído. Manuel de Sousa Martins se ausentou do governo, mas não da política, pois participou das tramas e intrigas políticas do Piauí até os anos 1850, quando veio a falecer, em 1856, aos 89 anos de idade.

Clodoaldo Freitas, no livro *A Balaiada*, descreve-o como pessoa acessível, urbano no trato particular, desapegado de etiquetas e aparatos e ainda homem devoto que trazia consigo crucifixos e amuletos de proteção pessoal. A descrição se aproxima dos relatos feitos pelo naturalista inglês George Gardner que tratou pessoalmente com o Barão da Parnaíba, nos anos 1840<sup>38</sup>. No entanto, esse homem cordial, de bom trato transformava-se em personalidade de espírito agressivo ao ser contrariado em suas vontades e interesses.

Esse aspecto pessoal acabou por se refletir também no perfil do governo que ele comandou, pois sua administração foi, segundo definição de Clodoaldo Freitas, caracterizada pelo despotismo e

---

38 GARDNER, George. Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 211-212.

pessoalidade com que tratava os interesses do Estado, como bem expressa no seguinte fragmento:

Durante o governo do Barão, a razão, e o direito, a justiça e a liberdade se limitavam à norma traçada pela vontade onipotente do presidente, que absorvia tudo. O imposto, o voto, a lei desciam enxovalhados do santuário da divindade ao antro dos interesses inconfessáveis e dos caprichos levianos do déspota [...] O trabuco certo do assassino venal fez muita consciência calar-se na mudez terrível do túmulo [...]<sup>39</sup>.

Clodoaldo Freitas ainda o define como misto singular de virtudes e vícios, como homem fruto do seu tempo; que não favorecia o florescimento do espírito de liberdade, de construção de cidadãos e no qual o interesse público vivia em profunda simbiose com os interesses privados. O Barão era o chefe maior do grupo político, que concentrado em Oeiras, ramificava-se pelos aliados por toda a província, dominava o Piauí e usava a estrutura do poder público e a autoridade de governante, para beneficiar e fortalecer a si e aos seus aliados. Para o citado autor, a Balaiada teve grande utilidade para as elites que comandavam a província, pois o Barão e seus aliados aproveitaram o evento, para massacrar adversários e trazer para seu poder patrimônios ainda mais significativos.

É assim que ao tratar das incursões militares do major Manuel Clementino no início da Balaiada, Clodoaldo Freitas dá conta do ocorrido com o Senhor José de Sousa Maranhão, dando a entender que Manuel Clementino, ao sair de Oeiras no comando das tropas governistas, levou ordens secretas do Barão da Parnaíba, para agir contra alguns adversários, entre eles José de Sousa Maranhão, considerado inimigo do Barão<sup>40</sup>.

---

39 FREITAS, 2019, p. 36-37.

40 FREITAS, 2019, p. 21.

À espera por novas ordens vindas de Oeiras, Manuel Clementino teria posto em ação alguns homens para fazerem diligências e efetuar a prisão do referido cidadão. Mesmo alheio ao Movimento Balaio, o homem foi preso e conduzido à presença do comandante que o recebeu, de forma grosseira, dirigiu-lhe inúmeras injúrias e ameaças, e, em seguida, o remeteu para Oeiras, onde ficou detido durante muitos meses sem outra culpa a não ser a de ter o Barão como inimigo.

A Balaiada havia servido para reafirmar o poder do grupo político concentrado em Oeiras, bem como, para massacrar adversários e ainda aumentar fortunas particulares que se viram acrescidas com o resultado de práticas de extorsão e pilhagem.

Outro trabalho, de caráter biográfico, que trata do Barão da Parnaíba e que nos dá pistas para entender a construção discursiva de Manuel de Sousa Martins é o artigo do general Abimael Clementino Ferreira de Carvalho<sup>41</sup>. Ele afirma que o Barão da Parnaíba era homem capaz de comportamentos agressivos. Contudo, isso não era traço peculiar, mas sim, possibilidade existencial nas masculinidades do Piauí oitocentista.

Os citados biógrafos do Barão da Parnaíba apontam para a compreensão de seu comportamento como algo inerente ao meio social em que ele viveu, diretamente relacionada à condição de potestado rural, em situação de comando do poder provincial, devendo ser compreendido de forma integrada com seu tempo e situação social. Época em que os escravos eram açoitados, os presos espancados nas cadeias, os soldados chicoteados nos quartéis, os marinheiros vergastados nos navios, as crianças castigadas nas escolas, os filhos surrados em casa pelos pais.

---

41 CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. Um pouco de Oeiras. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Teresina, n. 02, p. 102-125, 1980.

O Barão não se envolveu diretamente nos campos de batalha, comandou toda a ofensiva contra os rebeldes enviando suas ordens aos subordinados sem sair de Oeiras. No entanto, por ordem sua foram promovidas execuções sumárias de rebeldes vencidos, outros foram aprisionados, flagelados e enviados para São Luís no Maranhão ou para Oeiras como prisioneiros de guerra. Entre os torturados, nem mesmo escaparam os chefes rebeldes, com vínculos familiares na elite local, como foi o caso do Ruivo – Francisco Lopes Castelo Branco – que foi açoitado, mas que conseguiu sobreviver, diferentemente do líder rebelde Capitão Manuel de Figueiras Mascarenhas Feitosa, “o Brasa viva” que morreu em consequência dos açoites.

Os açoites e punições físicas são justificados pela falta de reconhecimento de qualquer valor no adversário, pois são percebidos como “canalhas, bandidos, rebeldes”. E, assim, a eliminação física é o caminho a ser tomado. As punições são dadas no próprio corpo, são diretas, na retirada da vida, na humilhação física e espiritual do adversário.

Outro traço marcante do Barão da Parnaíba é ser exemplo de uma potência masculina ligada à cidade de Oeiras, capital do Piauí até 1852, expoente maior do poder das elites do centro-sul do Piauí. Manuel de Sousa Martins foi o responsável pelo brilho, pelos feitos que procuravam consolidar o poder e a força da cidade e de sua elite. A vitória do Barão na Balaiada foi também a vitória de Oeiras, das suas oligarquias, da sua virilidade, que posta à prova de fogo, que questionada por outros interesses políticos, como os de Lívio Lopes Castelo Branco, e por representantes das elites de outros espaços de mando no território do Piauí provincial, venceu, impôs sua força.

Nessa disputa de memórias, a que conclusões em construção podemos chegar nesse momento? Indiscutivelmente, no campo de batalha, a vitória coube ao projeto capitaneado pelo Barão da Parnaíba. Assumiu o planejamento e as ações das tropas legalistas no Piauí,

usou das energias militares necessárias para promover a derrota e a humilhação aos adversários, independente do estrato social.

Quanto às disputas simbólicas, mais uma vez a vitória coube às elites de Oeiras. Enquanto o Barão e depois Visconde da Parnaíba é escrito em romances, em relatos historiográficos ou memorialísticos como a grande liderança do Piauí, no século XIX, ou ainda enquanto Manuel Clementino de Sousa Martins tem a defesa de sua honra e de sua memória e a sua masculinidade marcial enaltecida e registrada, os relatos sobre Lívio Lopes Castelo Branco seguem tímidos e resumidos aos escritos de familiares.

A vitória do Barão da Parnaíba, porém, acabou nos anos seguintes, perdendo parte da energia. O governo imperial, que havia enviado forças para conter o movimento da Balaiada, que estava progressivamente pacificando o Império e impondo nova ordem política às províncias, estabelecendo sua força, centralizando o poder de mando na figura do imperador e na sua estrutura burocrática auxiliar, limitou progressivamente o poder político dos grupos oligárquicos regionais<sup>42</sup>.

Manuel de Sousa Martins, agora Visconde da Parnaíba, em 1843, com 76 anos e marcado pela decrepitude, fruto da idade avançada, foi afastado do poder provincial.

O Visconde da Parnaíba e seu grupo continuavam detentores de grandes fortunas e de grande prestígio político e social, no entanto, o jogo do poder político na província ficara mais complexo, novos grupos oligárquicos aprendiam as regras do jogo político propostas pela ordem imperial. O próprio Império impunha novas regras, o acesso ao cargo de presidente de província passava a ser uma indicação direta do Imperador, podendo ser ocupado por políticos de origem provincial diversa.

---

42 Sobre as reformas políticas do Estado Imperial brasileiro ver: CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). A construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 83-130.

A segunda metade do século XIX trouxe consigo, do ponto de vista político, a maturidade do governo imperial brasileiro e a conjuntura econômica, influenciada pela ascensão do capitalismo na Europa, cobrava um rearranjo das forças produtivas em âmbito nacional e regional<sup>43</sup>. O Piauí precisava adaptar-se a esses novos modelos e o fez em seu ritmo, de forma lenta e gradual.

Entre as mudanças propostas e executadas estava a transferência da capital. Assim, um jovem político de origem baiana, José Antônio Saraiva, contando com a força da indicação imperial, aliado às elites do norte do Piauí, retira de Oeiras um de seus principais trunfos, o *status* de capital da província. A sede política e administrativa da província migra em direção ao norte, para a nova capital, erguida à margem do rio Parnaíba, Teresina<sup>44</sup>.

Assim, perdas reais e simbólicas esvaziam a cidade de Oeiras na sua potência, tudo se transforma em saudade de um tempo de brilho pretérito, a apelar constantemente para a história e a memória. Logo, enaltecer a memória, a bravura, a habilidade guerreira e a capacidade estratégica das figuras masculinas da primeira metade do século XIX são também formas de manter viva a potência da primeira capital.

É exatamente a necessidade de manter vivo o brilho e a autoestima da cidade, que faz com que a memória seja tão zelosamente cuidada, e que seus personagens, seus feitos, particularmente os ligados ao processo de Independência e à Balaiada, sejam lembrados e ciosamente defendidos contra o esquecimento e contra os detratores.

---

43 Sobre as propostas para a economia brasileira no Segundo Reinado, cf.: PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). A construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 179-223.

44 MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Tempo de Balaiada. Florianópolis: UFSC, 1993.

Aos quadros políticos emergentes que lutavam por espaços de poder no Piauí, na segunda metade do século XIX e no século XX, com os herdeiros políticos do Visconde da Parnaíba, coube a tarefa de construir e valorar outras memórias. Aos poucos, outros feitos históricos foram valorizados, outras memórias enaltecidas. Assim a construção da Batalha do Jenipapo, evento ocorrido em Campo Maior (norte do Piauí) em março de 1823, como uma grande efeméride, ou ainda a canonização do 19 de outubro, data ligada às elites do Norte nos eventos da independência do Piauí, são frutos de disputas simbólicas e resultados efetivos das contendas pela memória. Nessa disputa, o dia 24 de janeiro, data reivindicada pelas elites de Oeiras como principal data cívica do Estado, como marco fundador da sua independência e adesão ao Império do Brasil, não foi esquecido de todo, no entanto, permanece fragilizado na sua importância e centralidade.

## CAPITULO II

# O perfil populacional e familiar das freguesias de São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória na Zona da Mata Mineira (1850-1888)

### Introdução

O estudo sobre a formação da família brasileira vem nos últimos anos ganhando fôlego junto à academia e é, hoje, tema recorrente nas Ciências Humanas e Sociais. Análises sobre compadrio, ilegitimidade, mestiçagem, concubinato e casamento são discutidos de forma madura e possuem um cabedal explicativo amplo para diversas regiões do Brasil. Junto a esses temas uma série de outros fatores é associado, colocando a existência da família de maneira mais crítica, nutrida por uma fileira de interesses, muitas vezes, de complexo entendimento.

Afirmamos que esse perfil familiar está associado diretamente ao quadro populacional da qual se analisa, pois permite aprofundar, comparar e cruzar dados que podem ser compreendidos de forma geral. As fontes paroquiais e os censos populacionais, se trabalhados em conjunto, permite-nos entender a organização familiar e o balanço populacional de uma dada sociedade. Através da compreensão das peças apresentadas nas listas e registros é possível obter um balanço mais amplo da população. Como observado por Maísa

Faleiros da Cunha sobre seu uso e potencialidade: “o emprego de registros paroquiais, juntamente com dados provenientes de levantamentos populacionais, permite a análise dos processos demográficos que marcaram as populações durante o século XIX, sendo possível comparar no espaço e no tempo as características regionais”.<sup>1</sup>

De fato, podemos perceber que para o estudo da família e da população, as fontes paroquiais se cruzadas com outros documentos podem nos dar um suporte explicativo, tendo em vista serem documentos de excelência para o estudo demográfico<sup>2</sup> e os censos são peças chave para a compreensão populacional.<sup>3</sup> Notamos, então, que uma fonte não se afasta da outra, mesmo sabendo que ambas podem ser trabalhadas separadamente e de formas variadas.

De acordo com estudos baseados em mapas populacionais e documentos paroquiais, Maria Sílvia Jardim Brügger afirma que Minas Gerais, no período escravista, apresenta um baixo índice de legitimidade. Suas justificativas para esse quadro baseiam-se na forma como foi ocupada a Província, no espírito aventureiro dos desbravadores brancos e no perfil itinerante da população. Para Sílvia, “a irregularidade, a fluidez e a pobreza seriam as marcas da vida destas pessoas, afastando-as do padrão conjugal que a Igreja e o Estado pretendiam impor-lhes”.<sup>4</sup>

Nas palavras da autora, os procedimentos familiares estavam relacionados diretamente às características socioeconômicas da

---

1 CUNHA, Maísa Faleiros da. Nupcialidade a população livre e escrava em uma área de abastecimento interno. Franca – SP, século XIX. Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Foz do Iguaçu, 17 e 22 de outubro de 2016.

2 NADALIN, Sérgio Odilon. A demografia numa perspectiva histórica. Belo Horizonte: ABEP, 1994. p.16

3 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; Maria Sílvia Casagrande Beozzo Bassanezi Quarenta anos de demografia histórica. R. Bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005

4 BRÜGGER, S. “Legitimidade e Comportamentos Conjugais: São João del-Rei, séculos XVIII e primeira metade do XIX.” In: XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP, 2000, Caxambú. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP, 2000.

região, podendo ser o casamento viável em algumas áreas e em outras nem tanto.<sup>5</sup> Esse seria o perfil de áreas próximas à mineração, como São João Del Rei. Mas qual seria o modelo dos casamentos em outra região mineira com características bem distintas da região apresentada pela autora? Permaneceria esse quadro de prevalência de casamentos não consignados pela Igreja ou teríamos uma preponderância de casamentos legítimos? É o que responderemos neste exercício. Para essa análise apresentaremos duas freguesias que estão localizadas na Zona da Mata Mineira, mais precisamente a área central, conforme abordado por Ângelo Carrara,<sup>6</sup> qual seja, São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória.

Em relação a São Paulo do Muriahé, já tivemos oportunidade de estudar de maneira mais aprofundada o sacramento de batismo sob vários aspectos, inclusive sob o viés da ilegitimidade. No entanto, até o momento, não comparamos essa freguesia com outras localidades da mesma região. Apenas nos aventuramos a compará-la com a região do Minho, no norte português. Sabendo que metodologicamente a análise comparada é um desafio, como bem especificou Marc Bloch, o que propomos neste artigo é tentar compreender duas freguesias da Zona da Mata mineira que foram ligadas administrativamente até o ano de 1878, qual seja São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória, entendendo que se trata de um exercício inicial de duas freguesias que geograficamente estão localizadas na mesma região.

Para Bloch, ao se usar do método comparativo nas Ciências Humanas deve-se ficar atento às semelhanças e diferenças, tendo como referência meios sociais distintos. O autor chama-nos a atenção para pesquisar e entender aspectos específicos e gerais de cada

---

5 Ibidem, p. 3

6 CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999. p. 11-15.

fenômeno a fim de auxiliar e compreender as “causas” e “origens” deles. Ao analisar sociedades medievais vizinhas e contemporâneas, Bloch afirmou que elas continham influências uma da outra que havia uma origem comum e que estariam sujeitas a ação de grandes causas. Sem comparações muito aprofundadas, Bloch parte do princípio de que as comparações muito vastas poderiam falsear semelhanças e esconder diferenças que poderiam ser importantes.<sup>7</sup>

Para Neyde Theml e Regina Maria da Cunha Bustamante, mesmo que Bloch use de uma mesma espacialidade e mesma temporalidade, sua proposta aproxima da ótica sociológica herdada de Émile Durkheim, por trazer uma perspectiva histórica mais ampla e por extrapolar os estudos locais e regionais, caracterizados pela tradição historiográfica francesa. Trazia, pois, a possibilidade do observador afastar-se de seu próprio ponto de observação e ultrapassar o caráter individual e único da sociedade observada.<sup>8</sup>

A fim de entender de forma mais profunda a Zona da Mata Mineira, propomos apresentar neste artigo alguns resultados de análises feitas comparativamente junto ao censo de 1872 e os registros de batismos de toda população, tomando como referência as freguesias de São Paulo do Muriahé e São Francisco do Glória, nos anos de 1848 a 1888. Serão analisados o quadro geral dos municípios e da população, as categorias sociais e o perfil da ilegitimidade, tendo como fonte o censo de 1872 e os batismos para que se possa visualizar e entender a composição familiar e populacional de duas freguesias da região central da Zona da Mata Mineira.

Em relação aos batismos foram extraídos 6332 assentos existentes na Paróquia São Paulo do Muriahé, entre os anos de 1848 a 1888, que foram anotados especificamente em quatro livros para tal

---

7 BLOCH, Marc. Comparaison. *Revue de synhèse historique*. LXIX (boletim anexo): 31-39, 1930.

8 THEML, Neyde; BUSTAMANTE. História Comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun./2007

designação<sup>9</sup>. Em São Francisco de Assis, nomeada posteriormente de São Francisco do Glória, foram 3894 assentos coletados em 2 livros de batismos e alguns registros transcritos no livro 3 de casamentos.<sup>10</sup> O primeiro assento data-se do ano de 1860, porém o nascimento ocorreu em 1858, ou seja, dois anos antes e estendemos a análise até o ano de 1888, de forma que as duas freguesias tivessem o fim da escravidão como recorte final.

O artigo será dividido em duas partes. Na primeira o foco estará voltado para o entendimento geográfico da região e seu perfil populacional de acordo com o censo de 1872. Na segunda parte os dados coletados junto aos assentos de batismos terão sua atenção e interpretação. Tal investigação contribuirá para ampliação do entendimento de uma região que até recentemente era excluída dos holofotes acadêmicos.

### A Zona da Mata mineira e sua população: a sub-região central

A ocupação da Zona da Mata mineira pelo homem branco se dá a partir da redução da exploração aurífera e do estímulo governamental para ocupação de outras áreas, além da mineração. Por mais de um século a região permaneceria com uma vegetação quase que intocável, apesar das “matas” serem caminho para negociantes que circulavam de São Paulo e Rio de Janeiro para o interior mineiro em busca de pedrarias e metais preciosos.

Por esse motivo, os sertões do Leste da Zona da Mata mineira terão sua ocupação efetiva no final do século XVIII. Antes desse período houve uma implantação política da Coroa em não ampliar

---

9 Foram excluídos dois lançamentos de escravos adultos, por acreditarmos ser insignificante o seu número para maiores estudos.

10 Para maiores detalhes, ver: FREITAS, Luis Fernando Ribas. Os Registros Paroquiais, Família e Sociedade em São Francisco do Glória, 1860-1888. Dissertação (Mestrado em História)- PPGH/Universo. Niterói 2018.

as áreas de fronteiras além-mineração, com o intuito de reforçar a vigilância ao contrabando do metal. Esses condicionantes somados às dificuldades naturais levou a Zona da Mata a efetuar seu desenvolvimento tardiamente se comparado às áreas mineradoras.<sup>11</sup>

A partir desse momento, os nativos que na região residiam juntaram-se a outros grupos nos vales, nas montanhas e na floresta que cobriam a região. Picadas foram abertas, fazendas foram conquistadas e ranchos foram construídos. Aos poucos o comércio ganhou corpo e forma, efetivando-se, definitivamente, por volta de meados do século XIX, fato que poderia variar de região para região, por esse dinamismo estar ligado diretamente à lógica da ocupação.<sup>12</sup> Inicialmente as culturas do milho, do feijão e da cana de açúcar tomaram alguma proporção, mas aos poucos o café ganhou destaque o que conferiu à região ser a Província mineira a maior em produção de café<sup>13</sup> e também em número de escravos.<sup>14</sup>

Localizada entre as fronteiras administrativas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, a Zona da Mata mineira foi dividida por Ângelo Carrara em três sub-regiões: a sub-região norte, composta pelos municípios situados na margem direita e esquerda do rio Doce; a sub-região

---

11 c.f. LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na zona da mata mineira, 1870-1920. V Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1986. p.82.

12 Ver: FREIRE, Jonis; ANDRADE, Vitoria Fernanda Schettini de. Produção de alimentos, cafeicultura e escravidão na Zona da Mata mineira, século XIX. Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 134-157, jan./jun. 2019.

13 ORLANDO, Arthur da Costa. Infraestrutura e desenvolvimento urbano de São Paul do Muriaé: finais do século XIX e início do XX (1870-1910). Dissertação (Mestrado em História)- PPGH/Universo, Niterói, 2019. PIRES, Anderson José. Capital Agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora- 1870/1930. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 1993.

14 MARTINS, Roberto Borges. Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM; ABPHE, 2018. LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

sul composta pelos vales do rio Paraíba do Sul e dos seus afluentes, rio Preto e rio Paraibuna; e a sub-região central composta pelo vale do rio Pomba, municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do Vale do Rio Doce e deste para o leste até o limite com a província do Espírito Santo.<sup>15</sup> Deter-nos-emos na análise de dados relacionados à sub-região central, território que compreende a localização das freguesias de São Paulo do Muriaé e São Francisco do Glória.

Figura 1

Localização dos municípios Muriaé e São Francisco do Glória - MG; produzida através do software livre QGIS versão 3.10, a partir da Fonte: Base Cartográfica Municipal - IBGE 2016 e 2017.



Fonte: QGIS DEVELOPMENT TEAM. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. 2020. Disponível em: <<http://qgis.osgeo.org>> Acesso em: 20/01/2020. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Base Cartográfica do Brasil. 2016. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_municipais/municipio\\_2016/](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2016/)> Acesso em: 20/01/2020

15 CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999. p. 11-15.

As freguesias em debate estão localizadas à margem esquerda do rio Pomba e são cortadas de maneira mais específica pelos rios Muriaé e Glória. Entre eles expandiram-se vários caminhos, roças e pousos que ao serem penetrados, povoaram a região leste da província.<sup>16</sup> Esse assentamento populacional que se estabeleceu nos sertões teve como porta de entrada principal o Caminho Novo. Foi esse caminho o responsável por uma maior circulação do comércio entre freguesias pertencentes ao Rio de Janeiro e Minas Gerais que permitiu a presença de novos exploradores.

A apropriação das terras para subsistência, que era o perfil inicial da região, cedeu lugar a um excedente que gerou uma produção de café intensa e sua dinâmica foi impulsionada pela construção da linha férrea. O escoamento desses produtos, era a princípio muito difícil, pois não existiam estradas para drenar o excedente. Uma das soluções encontradas, vistas em cidades interioranas da Mata mineira, foram às tropas de burros. De acordo com Paulo Mercadante, no lombo das tropas, a Mata encaminhava o açúcar, o fumo, o toucinho, o milho e recebia de volta o sal de Magé. Em regresso, no arsenal, havia também armas e munições, botas e ferramentas para os homens,<sup>17</sup> definindo, assim, um fluxo econômico inicial.<sup>18</sup>

Ajudado pelos avanços tecnológicos mundiais das indústrias, a estrada de ferro, viria suprir essa deficiência. O trem de carga, meio de transporte barato, de grande capacidade de carga e muito mais rápido, assumiria essa franja pioneira. Porém, “as ferrovias não tinham a capacidade de gerar um processo de produção novo”, pois “elas

---

16 MERCADANTE, Paulo. Os sertões do Leste. Estudo de uma região: mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

17 Idem, 1973. p. 62.

18 Ver: ANDRADE, Rômulo. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo). Tese (Doutorado em História)- PPGH/USP, São Paulo, 1995.

consistiam antes de tudo num aperfeiçoamento tecnológico exigido pela própria natureza de um processo de produção determinado e a elas pré-existentes.”<sup>19</sup> Entretanto, inicialmente, possibilitou que alguns lavradores em condições melhores pudessem contar com uma facilidade que assegurava o escoamento da produção agrícola e mercantil.

Neste entrelaçar entre produção agrícola e pessoal habitado, a sub-região central teve um crescimento significativo entre meados e final do século XIX. Segundo Tiago Castro Braga, entre os anos de 1872, 1890 e 1900, houve um crescimento populacional de mais de 100%. Em consonância com o desenvolvimento econômico vivenciado nos anos finais do século XIX, houve uma motivação por processos migratórios para a região, relacionados, principalmente, a profissionais ligados a atividades urbanas e rurais.<sup>20</sup>

De acordo com o censo de 1872 a Zona da Mata contava com um significativo contingente populacional de 373.765 pessoas. Deste total, 95.099 eram escravos, o que representa 25,4% da população. Na tabela abaixo observamos essa concentração dos maiores contingentes populacionais de pessoas livres e também de escravos.

#### Quadro 1

Quadro Geral dos municípios e da população da Zona da Mata mineira, 1872

Nº	Freguesias	Número de freguesias	População		
			Livre	Escrava	Total
01	Ponte Nova	09	49.627	7.604	57.231
02	Leopoldina	08	26.633	15.253	41.886
03	Juiz de Fora <sup>(1)</sup>	05	23.968	14.368	38.336
04	Santa Rita do Turvo	06	30.460	6.636	37.096
05	Muriae <sup>(2)</sup>	11	27.682	6.938	34.620

19 CARRARA, cit. cit. p. 21.

20 BRAGA, Tiago de Castro. Família, riqueza e sociabilidade na Zona da Mata mineira: Os Garcia de Mattos na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2017. p 41.

Quadro 1 (continuação)

Nº	Freguesias	Número de freguesias	População		
			Livre	Escrava	Total
06	Pomba	06	25.528	7.028	32.556
07	Ubá	06	25.311	7.149	32.460
08	Mar de Espanha	05	19.632	12.658	32.290
09	Rio Novo	03	15.838	6.957	22.795
10	Piranga	06	18.241	4.195	22.436
11	Rio Preto	05	15.746	6.313	22.059
Total		70	278.666	95.099	373.765

(1) 01 paróquia não recenseada (N. Sra. da Glória em S. Pedro D'Alcântara).

(2) 01 curato não recenseado (Divino Espírito Santo).

Fonte: ANDRADE, Rômulo. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1995.

Em 1872, Leopoldina, de acordo com os números apresentados no censo, possuía o maior contingente populacional de escravos, ou seja, 15.253 eram mancípios (36,4%), que eram usados em trabalhos diversos. Acreditamos que em sua maioria eram aproveitados na agricultura e principalmente no cultivo do café. Para Elione Guimarães, o contingente de escravizados em Juiz de Fora era maior do que o censo apresenta. Para a autora, soma-se um total de 19.351 almas, e não 14.368, como apresentado, pois, o recenseador não computou a população cativa de um importante distrito cafeeiro de Juiz de Fora.<sup>21</sup> São Paulo do Muriahé, apesar de ser a maior em número de freguesias (11), possuía uma significativa população escrava, num total de 6.938 almas, porém numa porcentagem inferior se comparada a Juiz de Fora e Leopoldina, ficando à frente de Rio Novo, Santa Rita do Turvo, Rio Preto e Piranga. Na categoria de livres destacavam-se em maior

21 GUIMARÃES, Elione da Silva. Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fapeb/Annablume, 2006. p. 54.

número populacional e em ordem crescente, Ponte Nova, Santa Rita do Turvo e Muriahé, 49.627, 30.460 e 27.682, respectivamente.

Em relação às primeiras paróquias da Zona da Mata central todas elas derivaram de um desmembramento a partir de Vila do Carmo. Desse carro chefe foi criada uma série de novas vilas, como Pomba, São João do Presídio, São José do Ubá, São Paulo do Muriahé, dentre outras. Em 1855 é instalado o município e vila de São Paulo do Muriahé, então composto pelas paróquias de São Paulo, Nossa Senhora da Glória, Patrocínio do Muriaé, Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola e Dores da Vitória.<sup>22</sup>

Em 1851 São Francisco de Assis era um curato subordinado a São Paulo do Muriahé. A partir de 1858 o curato foi elevado à paróquia e passaria compor o município de Muriahé, sendo chamado a partir de então de São Francisco do Glória.<sup>23</sup> Porém, em 1878 é criado o município de Carangola, tendo como sede a paróquia de Santa Luzia. Neste momento, São Francisco deixaria de pertencer administrativamente a Muriahé, para compor o município de Carangola.<sup>24</sup>

Como vemos, havia uma aproximação não apenas territorial entre as freguesias abordadas, mas também um laço administrativo, pelo menos até seu desligamento, ou seja, havia certo sincronismo de pertencimento entre ambas, segundo as leis instituídas. Mesmo sendo subordinadas a São Paulo do Muriahé durante alguns anos, inclusive no período da divulgação do Censo Populacional do Brasil Império, em 1872, nota-se que

---

22 ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. Os Sertões de São Paulo do Muriahé: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 2011.

23 COSTA, Joaquim Ribeiro da. Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. Belo Horizonte, BDM Cultura, 1997. p. 402.

24 FREITAS, op. cit. p 15-20.

o percentual populacional das freguesias se aproxima, conforme os quadros abaixo.

Quadro 2

Estado civil, São Francisco do Glória, 1872

Estado civil	Livres			Escravos			Total
	H	M	Total	H	M	T	
Solteiros	1.194	1.160	2.354	130	112	242	2.596
Casados	302	266	568	25	31	56	624
Viúvos	132	113	245	21	17	38	283
Total	1.628	1.539	3.167	176	160	336	3.503

Fonte: Recenseamentos Gerais do Brasil Império, 1872.

Conforme exposto, havia uma prevalência de solteiros para São Francisco do Glória, seja para as mulheres e homens livres seja para os escravos. Essa superioridade de solteiros não equivale dizer que eles não possuíam família e filhos, pois sabemos que poderiam existir casais que não celebravam o matrimônio, mas que constituíam família, tema que será abordado mais adiante. Se formos comparar os dados populacionais de São Francisco do Glória e de São Paulo do Muriahé notaremos que apresentam certa simetria.

Em relação à escravidão, há uma maior presença de cativos em Muriahé se comparado a São Francisco, números que poderiam estar ligados diretamente ao tamanho das propriedades, ao tipo e volume da produção, bem como o comércio estabelecido. Em relação à Muriahé, percebemos uma redução na presença de livres e uma diferença positiva da população em geral em relação à outra freguesia e ambas se igualam na categoria de mulheres livres.

### Quadro 3

Estado civil, São Paulo do Muriahé, 1872

Estado civil	Livres			Escravos			Total
	H	M	Total	H	M	T	
Solteiros	1.038	851	1.889	423	316	739	2.628
Casados	455	451	906	54	49	103	1.000
Viúvos	28	64	92	6	9	15	107
Total	1.521	1.539	2.887	483	374	857	3.744

Fonte: Recenseamentos Gerais do Brasil Império, 1872.

Afirmamos que o censo de 1872, até então, não fora trabalhado de forma satisfatória para a região. Alguns trabalhos abordam sutilmente esses dados para São Paulo do Muriahé, mas nenhum deles explora exaustivamente a fonte para a região como um todo e muito menos para São Francisco do Glória. Acreditava-se, até recentemente, que São Francisco estivesse muito aquém em números populacionais em relação à freguesia a qual pertencia juridicamente. Porém, observamos que esses números não foram tão díspares entre as freguesias e muito menos que essas análises se esgotam aqui, afinal carecem de novas pesquisas e outras metodologias de investigação de forma a aprofundar nos dados.

Na próxima sessão concentrar-nos-emos em analisar os assentos paroquiais de batismos a fim de entender o perfil familiar e o nível de ilegitimidade relacionado aos franciscanos e aos muriaenses.

### Família e ilegitimidade: os assentos de batismos

As atas batismais, além de outras deduções, fornecem-nos excelentes análises sobre o nível de adoção da taxa de nupcialidade seguido por celebrações via sacramento matrimonial. Baseada nesta ideia propõe-se apurar as percentagens de batismos e a composição familiar nas duas freguesias tendo como fonte principal os assentos batismais.

Como visto acima, o recenseamento nos aponta para uma superioridade de homens e mulheres solteiros entre brancos e escravos. Essa superioridade de solteiros nos leva diretamente a ideia da prevalência da ilegitimidade nas duas freguesias. Para a criança ser considerada legítima, os pais teriam de ser casados em uma união reconhecida pela Igreja e preencher os requisitos exigidos pela legislação em vigor, no caso as Ordenações Filipinas. Em contrapartida, as crianças naturais ou ilegítimas seriam frutos de vários tipos de uniões não reconhecidas pela Igreja<sup>25</sup>, porém esta porcentagem pode ser considerada uma taxa de “legitimidade” no sentido estrito da expressão. Em alguns casos os pais legítimos reconheceram e legitimaram esta filiação, concedendo a estes todos os direitos legais. Não queremos afirmar, assim como José Roberto Góes, que uma criança batizada dita natural não possuía um pai, como é evidente, exceto aos olhos da Igreja. Mas é uma criança de cujo pai a fonte não fala.<sup>26</sup>

Mas os dados apresentados pelo censo de 1872 viriam de encontro aos apresentados pelas atas de batismo? Ao observar a tabela de batismos de todas as categorias sociais relacionadas às duas freguesias, vemos uma aproximação dos dados, com algumas variações. Ou seja, existe um reduzido número de escravos batizando em São Francisco e uma superioridade deles para Muriahé. Esses dados poderiam estar ligados diretamente à data do primeiro registro do sacramento, pois se inicia em São Francisco no ano de 1858 e em Muriahé 10 anos antes. O que nos confirma que a organização paroquial em Muriahé aconteceu anterior a São Francisco. Porém, conforme observado nas tabelas 1 e 2 notamos que a presença desses escravos batizados em

---

25 LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, nº 31p.1-286, Janeiro, 2004. p. 72

26 GÓES, José Roberto. O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993. p. 118.

Muriahé na década anterior, não compromete a falta deles para São Francisco, por possuir uma porcentagem reduzida.

Relevante considerar a presença dos índios recebendo os Santos Óleos, porém, eles se fazem presentes somente em Muriahé. Saliento que o censo de 1872 e de 1980 não designava o índio de maneira evidente quanto a sua categoria social. Mas cabe reforçar que mesmo numericamente reduzido em relação ao panorama latino-americano, a presença indígena tem grande importância na formação do Estado Brasileiro. As categorias sociais adotadas são chamadas no censo de “raça”, “brancos”, “pretos”, “pardos” e “caboclos”, e também faz uma divisão geral entre “livres” e “escravos”, enquanto os “brancos” e os “caboclos” são sempre caracterizados como “livres”. Tais dados reforçam a impressão de que com a categoria “caboclo” está se falando dos índios, cuja escravização foi proibida inclusive em atos da antiga legislação colonial, muito embora a escravização deles tenha perdurado.<sup>27</sup>

Enumeramos 142 atos de batismos de índios para Muriahé, o equivalente a 2,39% do total entre puris e coroados. Mesmo o batismo de índios sendo em proporções reduzidas se comparadas a escravos e livres, é preciso levar em consideração, que somente após a chegada do primeiro padre da freguesia, Antônio Caetano da Fonseca, é que se iniciam os registros de batismos na Paróquia. Neste momento, muitos deles já se misturavam entre outros grupos sociais.

---

27 Para a categoria de índios estaremos analisando somente as atas de batismos, pois o censo de 1872 pode gerar uma série de dúvidas em relação à população etnicamente diferenciada, como os nativos. Para maiores detalhes, ver: OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais do Brasil (1872-1980). In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997 Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831997000200004>

Tabela 1

Batismos de todas as categorias sociais. São Paulo do Muriahé, 1848-1888

anos	livres	%	índios puris	%	índios coroados	%	escravos	%	Total	%
1848-1851	10	0,19	0	0	0	0	0	0	10	0,15
1852-1854	162	3,09	19	14,5	1	9,09	30	3,14	212	3,34
1855-1857	350	6,68	25	19,08	5	45,46	72	7,55	452	7,13
1858-1860	457	8,72	27	20,65	4	36,36	104	10,91	592	9,34
1861-1863	134	2,55	7	5,34	0	0	29	3,04	170	2,68
1864-1866	314	5,99	8	6,1	0	0	43	4,51	365	5,75
1867-1869	406	7,75	11	8,39	1	9,09	61	6,4	479	7,56
1870-1872	461	8,8	6	4,58	0	0	87	9,12	554	8,74
1873-1875	486	9,28	9	6,87	0	0	104	10,91	599	9,45
1876-1878	493	9,41	10	7,63	0	0	100	10,49	603	9,52
1879-1880	458	8,74	0	0	0	0	81	8,49	539	8,51
1881-1883	491	9,37	4	3,05	0	0	112	11,82	607	9,58
1884-1886	581	11,15	3	2,29	0	0	99	10,38	683	10,89
1887-1888	427	8,15	0	0	0	0	30	3,14	457	7,21
ilegível	7	0,13	2	1,52	0	0	1	0,1	10	0,15
total	5237	100	131	100	11	100	953	100	6332	100

Fonte: Livros de Batismos. Paróquia São Paulo, 1850-1889.

Observa-se que para São Francisco do Glória esse grupo desaparece entre os demais, pois nenhum índio é notificado. De acordo com Luis Fernando Ribas de Freitas, o que aparecem nos registros são mães dos menores, que são chamadas de índias puris ou tapuias.<sup>28</sup>

Adriano Toledo Paiva<sup>29</sup>, ao estudar a dinâmica populacional da fronteira leste do Termo de Mariana, mais precisamente os assentos de batismos da freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos, em um período anterior aqui exposto (1767-1793) chega a dados interessantes se comparados aos dados encontrados na Paróquia São Paulo em Muriahé e em São Francisco do Glória. Neste recorte, informa o autor, que inúmeras tribos indígenas, como Cropó, Croato, Puri, Bocayu e Guarulho foram destribilizadas. Os livres representam aproximadamente 28,25% dos registros de batismos, os escravos 12,25% e os índios 57,25%, não observando nenhuma queda abrupta entre os batismos de inocentes e adultos índios na administração da água batismal. Ou seja, o número de índios batizados quase duplica em relação aos brancos, o que demonstra um maior número da população nativa.

Para São Paulo do Muriahé, mesmo não havendo especificação do vigário para índios adultos administrados, as informações colhidas confirmam a importância do batismo para se dizer cristão, participante da Igreja e a não obrigatoriedade da concepção pelo sacramento do matrimônio para tal designação. A permanência ou não como membro da Igreja não era vista como um dos fatores primordiais para sua aculturação.

Segundo dados da tabela 1, relacionados à Paróquia São Paulo, quanto mais próximo ao final do século XIX menor o número de batismos efetuados entre os nativos. Tais dados nos faz acreditar que com a mistura étnica, estes grupos tenderam a ser ocultados pela fonte,

---

28 FREITAS, Luis Fernando Ribas. Os Registros Paroquiais, Família e Sociedade em São Francisco do Glória, 1860-1888. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/Universo, Niterói 2018.

29 PAIVA, Adriano Toledo. Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813). 2ª. ed. Belo Horizonte - MG.: Fino Traço, 2016. p.05-06.

como bem observa Hebe Castro<sup>30</sup> para o desaparecimento da cor no que diz respeito aos escravos, sendo um dos mecanismos para se nomear co-participante de um grupo considerado etnicamente superior.

Tabela 2

Batizados de todas as categorias sociais. São Francisco do Glória, 1858-1888

Anos	Livres	%	Índios Puris	%	Índios Coroados	%	Escravos	%	Total	%
1858-1860	29	0,78	0	0,00	0	0,00	2	0,64	31	0,77
1861-1863	302	8,15	0	0,00	0	0,00	59	18,91	361	8,99
1864-1866	415	11,20	0	0,00	0	0,00	55	17,62	470	11,70
1867-1869	229	6,18	0	0,00	0	0,00	28	8,97	257	6,40
1870-1872	311	8,39	0	0,00	0	0,00	15	4,80	326	8,11
1873-1875	439	11,85	0	0,00	0	0,00	49	15,70	488	12,15
1876-1878	611	16,50	0	0,00	0	0,00	54	17,30	665	16,56
1879-1880	314	8,47	0	0,00	0	0,00	8	2,56	322	8,01
1881-1883	416	11,23	0	0,00	0	0,00	21	6,78	437	10,88
1884-1886	490	13,23	0	0,00	0	0,00	10	3,20	500	12,45
1887-1888	104	2,82	0	0,00	0	0,00	1	0,32	105	2,61
Ilegível	43	1,20	0	0,00	0	0,00	10	3,20	53	1,37
Total	3703	100	0	0,00	0	0,00	312	100	4015	100

Fonte: FREITAS, Luis Fernando Ribas. Os Registros Paroquiais, Família e Sociedade em São Francisco do Glória, 1860-1888. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/Universo. Niterói 2018.

30 CASTRO, Hebe. Das cores do silêncio. O significado da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Em relação aos filhos legítimos, Iraci del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz nos esclarecem que em plantéis mais numerosos havia um alto percentual de filhos consignados pela Igreja, como também havia um ambiente propício para a constituição de famílias regulares.<sup>31</sup> Baseado nessa tônica e analisando a tabela 3 podemos deduzir que em Muriahé havia uma predominância de famílias escravas matrifocais, ou seja, constituída de mães solteiras e seus rebentos, bem como os parentes a ela adstritos,<sup>32</sup> o que poderia estar ligado diretamente ao perfil dos planteis da região. Tal fato reforça estudos de Rômulo Garcia de Andrade, Sílvia Maria Jardim Bruggüer, Jonis Freire, Vitória Schettini<sup>33</sup>, além de outros, demonstrando que a ilegitimidade permeava esta sociedade escravista mineira.

Tabela 3

Proporção de batismos por legitimidade entre escravos, São Paulo do Muriahé, 1848-1888

Legítimos	%	Naturais	%	Adulterinos	%	Indeterminados	%	Total
209	21,9	739	77,6	0	0	5	0,5	953

Fonte: Livros de Batismos. Paróquia São Paulo, 1850-1889.

Em Muriahé, cerca de 77,6% dos escravos eram filhos ilegítimos e 21,9% eram legítimos, ficando os indeterminados em 0,5%. Ao analisar o grupo dos livres e escravos notamos uma inversão nestes valores, provocada pela superioridade dos filhos legítimos, numa proporção

31 COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, 17:2 mai./ago. 1987

32 FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. A paz nas senzalas. Famílias e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.375.

33 ANDRADE, 1995. Op. cit. BRÜGGER, 2002. Op. cit. FREIRE. Jonis. Batismo e compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG), 1838-1888. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/ Unesp, Franca, 2004. ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Batismo e apadrinhamentos de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriahé, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/USS, Vassouras, 2006.

até certo ponto alta se comparada a outras localidades de Minas Gerais. Para o grupo dos livres 81,5% dos filhos levados à pia batismal eram legítimos e 18,5% naturais, conforme tabela 4, indicando que a escravidão tinha um peso forte no perfil das famílias ilegítimas.

Tabela 4

Proporção de batismos por legitimidade entre livres e escravos, São Paulo do Muriahé, 1848-1888

Legítimos	%	Naturais	%	Adulterinos	%	Indeterminados	%	Total
5166	81,5	1166	18,5	0	0	0	0	6332

Fonte: Livros de Batismos. Paróquia São Paulo, 1850-1889.

Conforme aponta Luiz Fernando Ribas Freitas, as informações evidentes na tabela 5 remetem-nos à questão do alto índice de filhos legítimos para a população de São Francisco do Glória como um todo e assim como Muriahé, há uma inversão nos dados se falarmos exclusivamente das famílias escravas. Até mesmo em relação aos filhos “adulterinos”, ou seja, crianças de quem o pároco sabia a paternidade, mas não informava como forma de preservar a integridade moral de pessoas bem reconhecidas pela sociedade. Há uma superioridade desse grupo entre os escravos.<sup>34</sup>

Tabela 5

Proporção de batismos por legitimidade entre os livres e escravos, São Francisco do Glória, 1860-1888

Legítimos	%	Naturais	%	Adulterinos	%	Indeterminados	%	Total
3387	84,5	514	12,7	88	2,2	26	0,6	4015

Fonte: FREITAS, Luis Fernando Ribas. Os Registros Paroquiais, Família e Sociedade em São Francisco do Glória, 1860-1888. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/Universo. Niterói 2018. p.27

34 FREITAS, op. cit. 20-29.

A categoria dos adúlteros para São Francisco é significativa em relação à Muriahé por não haver nenhum assento com tal designação. Comparativamente é notável uma pequena superioridade de filhos legítimos entre livres e escravos para São Francisco do Glória, na casa de 3% a mais do que a outra freguesia, o que reflete também na mudança percentual em relação aos filhos naturais, batendo uma média de 6% de diferença a favor de Muriahé.

Tabela 6

Proporção de batismos por legitimidade entre escravos, São Francisco do Glória, 1860-1888

Legítimos	%	Naturais	%	Adúlteros	%	Indeterminados	%	Total
84	20,9	270	67,4	45	11,2	2	0,5	401

Fonte: FREITAS, Luis Fernando Ribas. Os Registros Paroquiais, Família e Sociedade em São Francisco do Glória, 1860-1888. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/Universo. Niterói 2018.p.28

Em relação aos escravos, é visível o peso do maior número de escravos batizando para Muriahé, refletindo diretamente nos dados paroquiais, os números presentes no censo de 1872, pendendo uma maior evidência para os filhos naturais, com cerca de 10% a mais em relação a São Francisco.

Como notamos acima, em ambas as freguesias o peso da escravidão se faz evidente quanto tratamos de filhos ilegítimos, mas não nos restam dúvidas que novas análises são necessárias para que possa entender de forma mais profunda o perfil populacional e familiar da Zona da Mata mineira no século XIX.

## Considerações Finais

Fizemos neste artigo um exercício de entender a Zona da Mata Mineira de forma comparada, usando como referência duas freguesias próximas e afins. A partir dessa análise chegamos a algumas considerações relevantes.

Os dados trazidos pelo censo nos permitiu saber onde pisar e ainda evidenciou uma aproximação com os assentos de batismos, seja em relação a São Paulo do Muriahé seja em relação a São Francisco do Glória, freguesias com predominância de homens e mulheres solteiros e forte presença de filhos ilegítimos na categoria dos escravos. Notamos também que a forte presença de escravos em Muriahé, tal como apontado pelo censo, foi marcante para a montagem do quadro familiar dessa freguesia a partir dos dados paroquiais.

O diferencial entre ambas as freguesias recai sobre a ilegitimidade entre os escravos. É neste grupo que os filhos naturais têm maior peso, o que se equilibra em relação a toda população. Entre todas as categorias sociais há uma pequena sobreposição de casamentos legítimos, ou seja, quando somamos os percentuais de livres aos escravos observamos certo equilíbrio na forma de adoção familiar, mas o inverso ocorre se a análise for feita exclusivamente entre o grupo dos escravos.

Apesar das freguesias de São Paulo do Muriahé e de São Francisco do Glória serem localidades baseadas em modelos econômicos agrícolas e predominar as uniões ilegítimas, com uma população escrava pulverizada, afirmamos que existiu a constituição familiar, mesmo que a fonte não torne evidente a presença do pai. Tal ideia vem de encontro à tese de que em grandes propriedades havia uma maior possibilidade de casamentos, mas era possível a existência de famílias estáveis também em pequenas e médias escravarias, como nas regiões analisadas.

## CAPITULO III

# “Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!”: cólera, imprensa e política (1862)

### Introdução

O cólera morbo<sup>1</sup>, uma das doenças emblemáticas do século XIX – responsável, na ocasião, por quarenta milhões de mortes no

---

1 Também conhecido como cólera asiático, o cólera morbos é uma enfermidade infectocontagiosa cuja transmissão ocorre pelo consumo de água ou alimentos contaminados pela bactéria *vibrio cholerae*. Ao se instalar no intestino humano, a bactéria causa, após período típico de incubação de um a quatro dias, náuseas, cólicas abdominais, vômitos e violenta diarreia, o que ocasiona intensa perda de sais minerais e água. A desidratação leva à perda da elasticidade da pele, surgimento de olheiras profundas e enrugamento das mãos. Na sequência, ocorre o resfriamento do corpo, conhecido como algidez, queda da pressão arterial, supressão da secreção urinária e colapso circulatório. O meio mais eficaz de tratamento é a reposição imediata dos sais e líquidos perdidos pelas evacuações. Quando bem administrado, reduz a letalidade para quase zero. Todavia, as informações sobre a etiologia do cólera e sobre tratamento adequado inexistiam em meados do século XIX, recorte deste artigo. Por conta disso, o efeito da doença era devastador por onde passava. Para aprofundamento sobre o cólera no Oitocentos, ver: MCNEILL, Willian. H. *Plagues and peoples*. New York: Anchor Press, 1976; ROSENBERG, Charles E. *The cholera years: the United States in 1832, 1849, and 1866*. Chicago: University of Chicago, 1987.

mundo<sup>2</sup> –, aportou no Brasil em maio de 1855. A partir do Pará, a enfermidade rapidamente difundiu-se, deixando trágico rastro: em pouco mais de um semestre, atacou do Amazonas ao Rio Grande do Sul, matando cerca de duzentas mil pessoas até o início de 1856. A maior parte dos óbitos ocorreu na área hoje conhecida como Nordeste, tendo Bahia, Paraíba e Pernambuco concentrado cerca de cem mil deles<sup>3</sup>.

Surpreendentemente isento dos surtos de 1855-1856, quando o cólera grassava na maior parte das fronteiras provinciais, o Ceará foi atingido em 1862. A ruptura da ordem cotidiana promovida pela doença – com enfermos espalhados pela maioria das freguesias, despertando clima de medo e ceifando milhares de pessoas – oportunizou um tema, com forte apelo ao público, para as contendas políticas provinciais. Aliás, pela excepcionalidade e dramaticidade, o cólera tornou-se um dos assuntos com maior espaço na imprensa cearense daquele ano.

Os jornais ocupavam papel estratégico nos jogos políticos provinciais, tentando convencer a chamada “opinião pública” sobre a superioridade ou inferioridade de determinados projetos e ideias políticas, refletindo, assim, as divisões sociais e partidárias existentes à época. Unida aos interesses de grupos sociais específicos e em competição, longe de professar a neutralidade jornalística que alardeava, a imprensa da segunda metade do XIX promoveu acirradas lutas políticas.

Na conjuntura epidêmica, os jornais cearenses, visivelmente, politizaram o cólera, como demonstrarei ao longo do artigo, focando a análise no caso do diário *Pedro II*, folha ligada ao Partido Conservador, impressa em Fortaleza. Em um contexto de crise sanitária e

---

2 SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, Jacques. As epidemias na história do homem. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 124.

3 DINIZ, Ariosvaldo da Silva. Medicina e curandeirismo no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 57.

de intensas disputas entre os partidos na Corte e província, o *Pedro II* tomou a epidemia como mote para atacar o presidente do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior.

### Tempo de “Liga” e de epidemia

José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1833-1885) tomou posse como Presidente do Ceará no dia 5 de maio de 1862. Bacharel em Direito, formado no Recife, assumia, pela segunda vez, o posto máximo do executivo numa província: de 1860 a 1861, governou o Rio Grande do Norte. Findo o governo no Ceará (1862-1864), presidiu, ainda, Alagoas (1868-1871) e Maranhão (1872). Como deputado geral, por Pernambuco, foi eleito para duas legislaturas nos anos 1870<sup>4</sup>. Como era comum entre as elites políticas imperiais, o bacharel seguia os passos do pai, José Bento da Cunha Figueiredo (1808-1891), de currículo considerável<sup>5</sup>.

Na trajetória política de Figueiredo Júnior, 1862 mostrou-se desafio não muito fácil. No cenário nacional, o ano foi agitado. A instabilidade rondava a Corte. Em curto espaço de tempo, deu-se sucessão atabalhoada de três Gabinetes. A agitação tinha relação com mudanças implementadas na *Conciliação*, nos anos 1850. Durante o Gabinete de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, iniciado a 10 de agosto de 1859, os conservadores, descontentes com a reforma eleitoral

---

4 BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 355-362.

5 Doutor em direito pelo curso jurídico de Olinda, onde tornou-se professor; membro do Partido Conservador, foi presidente das províncias de Alagoas (1849-1853), Pernambuco (1853-1856), Minas Gerais (1861-1862) e Pará (1868-1869); deputado e senador; conselheiro do Estado; e ministro dos Negócios do Império, no Gabinete de 25 de junho de 1875, liderado por Caxias. Por seus serviços políticos, José Bento da Cunha Figueiredo foi agraciado como grande dignitário da Ordem da Rosa e com o título de Visconde do Bom Conselho, no ano de 1888. BLAKE, op. cit., p. 336.

empreendida pelo Marquês de Paraná, conseguiram aprovar mudança no voto distrital: ampliaram para três o número de deputados eleitos por círculo ou distrito. Com isso, os conservadores esperavam conter a eleição de liberais e favorecer o pleito de políticos renomados frente às “notabilidades de aldeias”, os “tamanduás”<sup>6</sup>, como eram descritos os chefes locais, vistos como incapazes de conceber e tratar dos grandes assuntos nacionais.

A estratégia mostrou-se equivocada: quando aplicada, na eleição de 1860, houve aumento considerável de liberais eleitos. Emergia oposição numerosa e aguerrida. O governo Ferraz, não esperou sequer a primeira sessão legislativa: renunciou a 03 de março de 1861, sendo substituído por Caxias. A ampliação do voto distrital tinha trazido liberais históricos de volta ao parlamento. *Pari passu*, alguns conservadores passaram a adotar postura mais moderada, incluindo alguns herdeiros da *Conciliação*. Ao mesmo tempo, houve aumento de chefes locais nas cadeiras da casa temporária. As eleições trouxeram incertezas sobre a real composição das bancadas: havia “maior possibilidade de aparecimento de candidaturas rebeldes, ou simplesmente não perfeitamente entrosadas com os chefes nacionais dos partidos”<sup>7</sup>.

O senador Nabuco de Araújo, de origem conservadora, mas que fez parte do Gabinete da *Conciliação*, batizou o movimento que marcaria os anos 1860. Em discurso, Araújo convocou liberais e conservadores moderados a fazerem “liga”: “O que não admito, e contra o que eu protesto em honra do Brasil, em honra da nossa civilização, é que se não possa fazer uma liga com os liberais, porque em razão do seu passado eles estão perpetuamente excomungados”<sup>8</sup>.

6 CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem/Teatro de Sombras. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 399.

7 CARVALHO, op. cit., p. 410.

8 ARAÚJO, Nabuco de. Apud NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 433-434.

Em maio de 1862, Zacarias de Góis e Vasconcelos – ainda às vésperas, defensor ativo dos princípios conservadores que orientavam o Gabinete – liderou a votação de moção contrária a Caxias. O resultado foi apertado: a declaração passou por um voto. Para salvar Caxias, o Imperador poderia recorrer à dissolução da Câmara, mas não o fez: desejava a conservação dela até o fim da legislatura, em 1864. Zacarias de Góis foi, então, escolhido presidente do conselho de ministros, a 24 de maio de 1862<sup>9</sup>.

Todavia, o triunfo de Zacarias de Góis era apenas aparente. As forças liberais e conservadoras dissidentes – a *liga* aludida pelo senador Nabuco –, de um lado, e conservadores impenitentes – chamados de “emperrados” –, de outro, não demonstraram ter confiança no novo Gabinete e programa. Sales Torres Homem apresentou moção contrária ao Governo, sendo aprovada por diminuta margem: 49 votos contra 43<sup>10</sup>.

Pedro II recusou-se, mais uma vez, a dissolver a Câmara. Para contornar o impasse e tentar garantir um governo com condições de sustentação numa Câmara marcada pelo equilíbrio de facções – visível nas votações apertadas que derrubaram Caxias e Góis – o Imperador convocou o Marquês de Olinda. O apelidado “ministério dos velhos”, iniciou-se a 30 de maio de 1862. Era formado por nomes conhecidos da política nacional, saídos quase inteiramente do Senado, como os viscondes de Maranguape, Albuquerque e Abrantes. O Gabinete foi recebido sem entusiasmo, mas não se desenhou

---

9 HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: do Império à República. Rio de Janeiro, 2012. p. 17.

10 Ante a curta existência do governo Zacarias de Góis, o mais breve da história do Império, ficaria conhecido como o “Gabinete dos três dias” – em alusão ao ministério de Necker, nomeado por Luís XVI às vésperas da queda da Bastilha –, malgrado ter o ministério brasileiro se arrastado por meia dúzia de dias. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 90.

aversão clara ao mesmo. Ele fora gestado com acompanhamento próximo do Imperador, que chegou a traçar e apresentar, a Olinda, lista prévia com alguns nomes<sup>11</sup>.

Foi, portanto, neste cenário conturbado que José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, assumiu a presidência da Província do Ceará. Sua nomeação e posse ocorreram em meio ao sobe e desce de gabinetes em 1862. Designado para o cargo em 9 de abril, ainda no Gabinete Caxias, Figueiredo Júnior tomou posse no dia 5 de maio. Seus primeiros ofícios, entre 5 e 13 do mesmo mês, foram dirigidos ao conselheiro José Ildefonso de Sousa Ramos, titular do Ministério dos Negócios do Império<sup>12</sup>. Como narrado há pouco, no dia 24 do mesmo mês, subiu Zacarias de Góis ao Gabinete, caindo seis dias depois.

A demora na comunicação entre a Corte e Fortaleza era considerável. A viagem marítima a vapor demorava mais de dez dias para singrar a distância entre elas. Desta forma, a notícia da ascensão e ruína ministerial chegaram com atraso. Alheio às mudanças no Paço carioca, Figueiredo Júnior continuava a endereçar ofícios a José Ildefonso de Sousa Ramos<sup>13</sup>. Somente em 05 de junho endereça ofício à Zacarias de Góis, quando a presidência do Conselho de Ministros e o Ministério dos Negócios do Império já eram chefiados

---

11 CADENA, Paulo Henrique Fontes. O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFPE, Recife, 2018, p. 244.

12 ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO - ANRJ. Ofício 36 a. 13 mai. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

13 ANRJ. Ofício 41. 26 mai. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

pelo Marquês de Olinda<sup>14</sup>. No dia 18 de junho, passou a se corresponder com o marquês<sup>15</sup>.

Os conflitos políticos descritos acima não deixaram de se refletir nas disputas políticas do Ceará, agravadas pelas cenas catastróficas do cólera nas quais o presidente ocupava espaço estratégico. Como chefe do executivo, tinha a função de coordenar os socorros públicos, tendo que prestar contas, ao ministério e à opinião pública cearense, das decisões administrativas tomadas durante a crise, em meio ao número crescente de mortes por todo Ceará. Os usos políticos da doença colocavam a presidência em situação delicada, sendo alvo de disputa entre jornais de matizes conservadoras e liberais.

Neste cenário, o diário conservador *Pedro II* tornou-se o inimigo número um da administração de Figueiredo Júnior. No cerne da oposição mesclaram-se o incômodo com a reverberação das propostas da *Liga* na província do Ceará e uma questão pessoal, envolvendo o presidente e a redação do diário, como demonstrarei a seguir.

### “Calamidade igual, só o cólera”

Quando toda a província geme sob a pressão do cólera morbo, que a tem enlutado; quando todos os espíritos preocupam-se das funestas, e tristes consequências de tão horrível epidemia, [...], os chimangos desta vila fomentam intrigas, e entendem ser esta a melhor oportunidade para reabilitarem seu partido, pretendendo montá-lo, apossando-se de todas as posições como outrora, com sacrifício dos interesses públicos, fazendo de alguns empregos, que ainda por desgraça lhes

---

14 ANRJ. Ofício 41 a. 05 jun. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

15 ANRJ. Ofício 49. 18 jun. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

estão confiados, uma arma que manejam contra nós, seus adversários, sem procurarem salvar as aparências a todos os respeitos<sup>16</sup>.

Com essas palavras, uma carta anônima enviada da vila de Ipu, com data de 27 de junho de 1862, acusava os *chimangos* – alcunha dada aos indivíduos ligados ao Partido Liberal – de agirem, sordidamente, no exercício dos cargos públicos, na promoção de interesses políticos particulares na localidade. O texto publicado, no diário *Pedro II*, principal porta-voz dos *caranguejos* – os conservadores do Ceará, também conhecidos como *carcarás* –, acusava o promotor de Justiça, Francisco Barboza Cordeiro, de pressionar e questionar as decisões do juiz de direito de Ipu. Segundo a carta, o magistrado inocentara o réu Victor Ferro, conservador octogenário local, de processo no qual a promotoria pedira punição de vinte anos de cadeia. Ao tempo em que a missiva se rasgava em elogio à decisão do juiz, o acusador, Francisco Cordeiro, era detratado: os negócios públicos se decidiriam pelo espírito partidário do promotor, usando o cargo para satisfação dos interesses do grupo político do qual fazia parte.

A carta aponta a suposta prevaricação de Francisco Cordeiro e o pretense abuso de poder como agravados pela situação delicada vivida na província em meados de 1862. No tempo do julgamento em Ipu, no qual a promotoria teria agido de má-fé, movida por interesses intestinos, o cólera fazia gemer e enlutar a população do Ceará. Nesse sentido, o texto tornado público pelo *Pedro II* acabava por detratar ainda mais os adversários liberais, levantando a pecha de serem desumanos e impiedosos nas ambições, ao ponto de não se envergonharem de ações políticas baixas numa época de medo e morte assolando os cearenses. A missiva de Ipu é, portanto, exemplo de

---

16 Pedro II, n. 179, 7 ago. 1862, p. 1. Atualizei a ortografia de todas as citações de fontes presentes no artigo, como forma de tornar a leitura mais dinâmica e acessível aos leitores.

como o *Pedro II* apropriou-se do cenário caótico do cólera com vista às disputas políticas provinciais.

O *Pedro II* foi fundado em 1840, por Miguel Fernandes Vieira (1816-1862). Formado bacharel no curso jurídico de Olinda, na turma de 1837, foi deputado provincial e geral pelo Ceará e nomeado senador em 9 de abril de 1862. Cerca de dois meses após tomar posse na câmara vitalícia, faleceu no Rio de Janeiro<sup>17</sup>. A família Fernandes Vieira, com raízes em Saboeiro, foi uma das lideranças mais influentes do Partido Conservador no Ceará, ao ponto de seu apelido familiar, “carcará”, ser utilizado como um sinônimo do partido na província.

Ao longo de seu quase meio século de existência (1840-1889), o *Pedro II*, foi o principal porta-voz dos conservadores no Ceará. O cólera ocupou destaque nas páginas dele entre 1855 e 1856, quando do desembarque da doença no Brasil e dos surtos nas províncias circunvizinhas. O jornal ocupava, à época, a função de folha oficial provincial, haja vista o controle quase completo do governo do Ceará pelo Partido Conservador após a substituição do liberal histórico José Martiniano de Alencar, em 1841<sup>18</sup>. Assim, entre 1855-56, ao mesmo tempo em que o *Pedro II* demonstrava a tensão pela ameaça epidêmica, a forma como tratou o fenômeno não deixou de imprimir valorização das ações das autoridades provinciais e locais, elogiando as ações profiláticas com fins políticos e como forma de acalmar os leitores, tementes da chegada da epidemia. Com a manifestação do cólera e após a posse de Figueiredo Júnior, em 1862, a postura adotada pelo jornal na cobertura da epidemia mudou completamente.

---

17 STUDART, Dr. Guilherme. Dicionário bio-bibliográfico cearense. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1913. Vol. 2, p. 386.

18 CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUZA, Simone (org.). Uma nova história do Ceará. 3ª. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. p. 146.

De início, a recepção de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior por parte do *Pedro II* pareceu anunciar-se promissora. Nomeado por Caxias e filho do futuro Visconde do Bom Conselho - político com relações estabelecidas com personalidades da política imperial - o jovem presidente do Ceará aparentava ser um novo aliado dos conservadores na luta por espaços de poder entre as elites políticas locais. Na edição de 6 de maio de 1862, o órgão publicou na seção “Interior” – que sempre trazia notícias sobre a Corte e outras províncias brasileiras – uma correspondência, enviada do Recife e assinada por um certo “Rubim”. Nela, havia críticas ao vice-presidente do Ceará, José Antônio Machado, pelo trato da epidemia do cólera, pois “esperava a vinda do S. Exc. Dr. José Bento para de comum acordo regularem o que fosse mais conveniente”, em vez de agir imediatamente na contratação de médicos e envio de remédios às localidades afetadas pela epidemia.

Na sequência, a correspondência comentava ter o novo presidente de lidar com dois “males terríveis”: o cólera e as eleições que se dariam na cidade de Icó. Após anunciar os desafios abertos ao mandatário recém-nomeado, o *Pedro II* provocava a “folha liberal da província” (*O Cearense*): “É bom que Sua Excelência vá desde logo conhecendo quem são os liberais daí com quem terá de lutar”<sup>19</sup>. Ao publicar a carta, nota-se, portanto, *O Pedro II* não só se mostrava agradável ao chefe do executivo provincial como tentava, igualmente, captar simpatia, ao instá-lo a desconfiar dos liberais cearenses.

Mesmo com a epidemia tomando o Ceará, a relação amistosa entre o diário e o presidente manteve-se nos números seguintes. Dedicando parte das páginas a publicações oficiais – serviço contratado a prestar pelo governo da Província do Ceará –, transcrevia ofícios e outros documentos, dando conta das orientações às comissões sanitárias espalhadas pelas províncias e da contratação de médicos para

---

19 Pedro II, n. 102, 06 mai. 1862, p. 3.

socorro dos doentes, ações descritas de forma positiva em outras seções do periódico, nas quais não se poupavam elogios ao chefe do governo. Em 20 de maio, informava que Figueiredo Júnior tinha visitado a Santa Casa de Misericórdia, onde coléricos de Fortaleza eram tratados. Destacava o fato de ele ter agido “tão bem para que no hospital se fizesse um pequeno depósito de gêneros por conta do governo”<sup>20</sup>.

Descrevendo a situação epidêmica, o *Pedro II* não deixava, porém, de solicitar ações mais enérgicas. Em texto dedicado ao cólera na capital, afirmava a preocupação do presidente em não “abrir os cofres à exageração e superficialidades”. Isso refletiria boas intenções e as “ordens que têm sido dadas”, no geral, seriam “suficientes”. Não obstante, opinava: “algumas dessas providências não satisfazem as necessidades da quadra em que nos achamos, ou são mal executadas”, por falta de profissionais para auxiliar na condução imediata, ao hospital, das pessoas acometidas pelos primeiros sintomas da doença. Em tom de súplica respeitosa, arrematava:

Confiamos que estas nossas mal esboçadas considerações serão acolhidas com indulgência, e no sentido com que as escrevemos pelo distinto cavalheiro a quem dignamente estão confiadas as rédeas do governo da província.

Minore Sua Excelência quanto estiver a seu alcance o peso dos males que acabrunham o Ceará, que seu governo será abençoado e recolherá em sua consciência o mais precioso galardão que possa ambicionar sua filantropia e patriotismo<sup>21</sup>.

Todavia, a cortesia no trato ao presidente e os elogios às ações de combate ao cólera mudaram radicalmente nas páginas do *Pedro II*, entre fim de maio e início de junho de 1862. Essa virada brusca foi capitaneada por questões particulares envolvendo a redação do

---

20 Pedro II, n. 114, 20 mai. 1862, p. 3.

21 Pedro II, n. 116, 22 mai. 1862, p. 2.

*Pedro II*, mas também refletiu as leituras que as personagens daquele contexto fizeram das alterações no cenário político nacional e, por extensão, se refletiu nas disputas por espaços de poder no Ceará, contrapondo a imprensa conservadora à liberal.

Neste sentido, as críticas do *Pedro II* ao presidente não deixaram de ser catalisadas em benefício próprio pelos órgãos liberais impressos no Ceará, como *O Cearense* (Fortaleza) e *O Araripe* (Crato). *O Commercial* (Fortaleza) não ficava atrás, ao se apresentar como periódico “dos interesses comerciais, agrícolas e político liberal conciliador”. Como será exposto mais adiante, este jornal mudou de nome, tornando-se *Gazeta Oficial*, em julho de 1862. Impressa duas vezes por semana, a *Gazeta* ocupou destaque na interposição ao *Pedro II*. Por fim, *O Sol* (Fortaleza) também ocupava a cena pública, somando-se aos órgãos de postura liberal.

Tais periódicos, a partir de fins de maio de 1862, passaram a atuar nitidamente em conjunto na defesa de Figueiredo Júnior e de suas ações contra a epidemia, contrapondo-se às opiniões da redação do *Pedro II*. Alargando o circuito de comunicação, inclusive, com o apelo a folhas de diferentes matizes políticas de outras províncias, com quem trocavam cartas e artigos ou repercutindo entre si os mesmos textos que imprimiam em formas de transcrições, respostas ou comentários, os quatro órgãos citados promoveram intensa campanha de detração do *Pedro II* e de promoção do presidente do Ceará.

Para compreensão da adesão entusiasmada dos liberais ao presidente no contexto da epidemia, é preciso esclarecer a motivação da mudança na forma moderada com que o *Pedro II* tratava Figueiredo Júnior e a coordenação dos socorros aos lugares atingidos pelo cólera. Uma personagem ocupou papel de destaque na dinamização das disputas políticas de 1862: Manoel Franco Fernandes Vieira

(1821-1880)<sup>22</sup>. Desde 1854, ele ocupava o cargo de inspetor na Inspetoria do Tesouro Provincial, chefiando assim o controle das finanças do Ceará. Competia, por lei, ao inspetor comandar a repartição responsável pela “exata administração, arrecadação, contabilidade e fiscalização das rendas provinciais”, atuando debaixo da imediata orientação do presidente da província, a quem prestava juramento quando da posse no cargo. Era do Inspetor que partia a ordem para pagamento das despesas estabelecidas por lei da Assembleia Provincial, bem como as extraordinárias, determinadas pelo presidente da província. Cabia a ele, ainda, a definição dos períodos para arrematação dos impostos, a partir da ação das coletorias espalhadas pelo Ceará, cujos coletores e arrecadadores eram nomeados e demitidos livremente pelo titular da Inspetoria. O inspetor tinha autorização para corresponder-se diretamente com todas as autoridades da província, espedindo resoluções e ordens às repartições imediatamente subordinadas a ele, com o escopo de garantir a execução das determinações da repartição e favorecer a arrecadação dos impostos. Pelo cargo exercido, recebia ordenado mensal no valor de 1:800#000 (um conto e oitocentos mil réis)<sup>23</sup>.

Manoel Franco conciliava o cargo na Inspetoria com outra função, dessa vez privada: era um dos redatores do *Pedro II*. Sobrinho de Miguel Fernandes Vieira, que, como já exposto, em 1862 foi à Corte tomar posse no Senado, morrendo pouco tempo depois, Manoel

---

22 Nascido em Maranguape, bacharelou-se pelo curso jurídico de Olinda na turma de 1844. No mesmo ano, foi eleito deputado provincial. Entre 1856 e 1857, foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, o maior posto político conquistado na carreira. Ao longo da vida, ocupou cargos na magistratura, como promotor público de Quixeramobim, juiz municipal de Ipu e Sobral e juiz de direito em Sobral, Viçosa e Cabrobó, esta última na província de Pernambuco. STUDART, op. cit., p. 336.

23 Lei n. 830, 22 set. 1857 apud OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. (Org.). Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1846) Tomo III. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará INESP, 2009. p. 147.

Franco passou a ser o principal responsável pela edição do jornal na ocasião. As relações políticas estreitas entre os conservadores e os governos provinciais do Ceará garantiram ao periódico a publicação do expediente, editais e demais comunicações do governo da província, com contrato estipulado por lei da Assembleia Legislativa, em 1850<sup>24</sup>. Desta forma, a dupla função de inspetor/redator, somada à origem “carcará”, fazia de Manoel Franco Fernandes Vieira, figura influente entre os conservadores cearenses. Além das duas atribuições profissionais, era vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, tendo na quadra epidêmica, então, maior visibilidade social.

A intensificação dos casos de cólera pelo interior do Ceará estimulou o *Pedro II* a publicar mais artigos, cartas e notícias com destaque para a mortalidade. Do mesmo modo, tais textos aumentavam o apelo e as críticas à agilidade do governo provincial no trato da crise epidêmica. Nesse cenário, os jornais liberais cearenses passaram a reproduzir e comentar as informações do *Pedro II* sobre o cólera, destacando especialmente os trechos com críticas ao presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Nitidamente, as folhas chinganas, aproveitando as tensões existentes por conta da epidemia, passaram a insinuar a existência de conflitos no interior do grupo “caranguejo”. A postura não deixou também de se apropriar das notícias sobre as mudanças na política nacional, chegadas ao Ceará no início de junho de 1862.

Em 10 de junho, *O Cearense* publicou cartas anônimas – datadas em 23 e 25 de maio, portanto entre a queda de Caxias e a nomeação de Zacarias de Góis –, enviadas do Rio de Janeiro, traçando informações da situação política na Corte. Em texto repleto de índices de oralidade – com o autor formulando várias perguntas, respondidas

---

24 Lei n. 517, 01 ago. 1850 apud OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. (Org.). Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1846) Tomo II. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará INESP, 2009, p. 180.

na sequência, simulando uma conversa ao vivo com o leitor, convidando a uma leitura em voz alta<sup>25</sup>–, narrava ter um vapor trazido ao Rio de Janeiro as “desagradáveis notícias do cólera” no Ceará. Da mesma embarcação, teriam descido conservadores cearenses, espalhando “graves acusações ao seu presidente José Bento, por não dar providências” contra a epidemia. As críticas, inclusive, teriam chegado à imprensa da Corte por meio de carta – atribuída pelo *O Cearense* ao deputado conservador Domingos José Nogueira Jaguaribe –, “pintando” o presidente do Ceará como “novel, desprestigiado, ignorante, desumano”. Em tom irônico, o texto d’*O Cearense* indagava a razão de correligionários “abocanharem assim ao amigo”. Como resposta, insinuava que a crise do governo Caxias estimulava as críticas dos conservadores cearenses, dado à expectativa de Figueiredo Júnior cair junto ao Gabinete que o nomeou: “Quer você saber? Duvido que se o ministério não caísse, que o Jaguaribe, ou outro correligionário do Sr. Figueiredo Júnior mandasse publicar essa carta”<sup>26</sup>.

---

25 Tratando dos periódicos do século XIX, Marialva Barbosa, chama atenção para a importância de se identificar os “dispositivos de leitura” ou “índices de leitura” – escolhas gráficas fixadas pelo jornal, tais como títulos, fios, colunas, resumos introdutórios, etc., para tentar diminuir a distância entre o texto e o leitor, servido como guia de leitura – e os “índices de oralidade” – como, por exemplo, a impressão de pequenos traços direcionando as mudanças de temáticas entre um assunto e outro, letras maiúsculas em profusão no meio de frases, o uso de negrito etc. –, “instrumentos implícitos ou explícitos que destinam os textos aqueles que os leriam em voz alta ou os escutariam”. O próprio teor provocativo de alguns textos aponta para como sua leitura convidava mais à oralização do que à leitura silenciosa. Para a autora, havia uma “contaminação do mundo oral nas letras impressas” dos jornais brasileiros oitocentistas, o que, em uma sociedade majoritariamente analfabeta, intensificava a circulação das informações impressas para além dos grupos sociais letrados, ampliando o alcance de leitores e/ou ouvintes delas. BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900). Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 44-45.

26 *O Cearense*, n. 1528, 10 jun. 1862, p. 2)

Impressa dezesseis dias depois da sua suposta produção (25 de maio), a carta anunciava o Gabinete Zacarias de Góis. Não obstante, na data da publicação pelo *O Cearense*, a 10 de junho de 1862, esta folha ignorava que o ministério Zacarias já tinha sido substituído pelo chefiado pelo Marquês de Olinda. Se de fato houve, como sugere a folha liberal, o cálculo por parte dos “caranguejos” de que a substituição de Caxias resultaria na prematura queda de Figueiredo Júnior – o qual, ao tempo da publicação, tinha pouco mais de um mês no cargo de Presidente da Província do Ceará –, os fatos que se deram na Corte no final de maio de 1862 – a decisão do Imperador de não dissolver a Câmara, indicando Olinda para a missão de organizar governo, quando a *Liga* reconfigurava o jogo parlamentar – frustraram tal previsão.

Diante da mudança do Gabinete e das provocações liberais, o *Pedro II* rebatia os adversários alegando não haver desgaste nas relações com a presidência. Respondendo ao *O Commercial*, e abusando das ironias para detratar o opositor, típicas da imprensa do oitocentos, o *Pedro II* explicava os artigos sobre o cólera como movidos “pelo amor” à província e por um suposto dever da imprensa. Negava opor-se à presidência. Ela, inclusive, estaria “convencida disso”. Desta forma, o “colega [*O Commercial*] perde o seu tempo descendo a essas misérias pelo mero desvanecimento de prestar serviços à nossa custa”. Afirmava ainda: se fosse de seu entendimento “fazer oposição ao Sr. José Bento”, a faria “com franqueza, lealdade e sem mistérios”, pois “teria consciência dos encargos que assumimos como jornalistas”<sup>27</sup>.

Na conjuntura de trocas de farpas impressas, os periódicos liberais atingiram adversário respeitável: insatisfeito com a repercussão na imprensa de críticas sobre o gerenciamento da quadra pestilenta, Figueiredo Júnior pediu satisfações ao inspetor de Tesouraria,

---

27 *Pedro II*, n. 138, 18 jun. 1862, p. 3.

Manoel Franco, sobre a postura do *Pedro II*, posto ser também seu redator. A criação de uma seção no jornal, denominada “Cholera”, teria sido o ingrediente intensificador do mal-estar. Sentindo-se pressionado, *O Pedro II* aumentou o tom de voz no rebate aos rivais e continuou tergiversando sobre o interesse em desqualificar o governo provincial. Defendia-se argumentando ter apenas o interesse público e buscar auxiliar o presidente contra os problemas advindos do cólera.

Em 2 de julho, comentando a situação da vila de Maranguape, o *Pedro II* voltou a citar o presidente e provocar a imprensa liberal, reforçando o discurso de agir com imparcialidade. Sobre o chefe do executivo provincial, afirmava satisfazer “quanto é possível” as “exigências e reclamações daquela localidade, feitas por médicos em serviço ou pela comissão de socorros”. Dizia assim fazer “homenagem à verdade”, o que deveria tranquilizar o jornal *O Comercial* “quanto às suspeitas infundadas que concebeu, de que estávamos de ânimo deliberado a censurar a administração do Sr. Dr. José Bento com relação às providências de S. Exc. sobre a epidemia”. Reiterava o artigo: a criação da coluna “Cholera” tinha em vista “justificar a conveniência, a necessidade mesmo, que tinha Sua Excelência” de se libertar, acaso estivesse circunscrito, de “certas regras de economia por ventura recomendadas pelo governo geral”. A afirmação não deixava de ser problemática, pois aludia ser o presidente influenciável e fraco, temeroso, supostamente, de enfrentar o Governo Imperial, que recomendava cautela nos gastos com os socorros públicos. O *Pedro II*, ainda, sugeria condicionar o apoio ao presidente à leitura positiva ou negativa dos atos deste: “Sempre, porém, que Sua Excelência merecer os nossos aplausos, não lhos [sic] recusaremos; não temos para com o Sr. Dr. José Bento nenhum motivo nem

pensamento de hostilidade; e pelo contrário razões bem fundadas para aderirmos com lealdade a sua administração”<sup>28</sup>.

Ante a insubordinação do chefe da Inspetoria de Tesouraria Provincial, o presidente assinou ato despedindo-o do cargo que ocupara por oito anos. Publicamente, a justificativa para a demissão foi a suposta má situação financeira da repartição, com a instauração de sindicância para investigá-la<sup>29</sup>. A reação do *Pedro II* foi instantânea: em 3 de julho de 1862, Manoel Franco Fernandes Vieira assinou texto rechaçando insinuações aventadas n’*O Cearense*. O ex-inspetor negava ter tentado negociar a permanência na Tesouraria e afiançava, categoricamente, que a “presidência em sua velezade” tentara esmagá-lo com a portaria de demissão. Insinuava ser alvo de chantagem: ceder ao presidente da província, saindo da redação do *Pedro II*, sacrificando os “interesses políticos do partido [conservador]”, já “tão contrariado e solapado por todas as presidências a pretexto de conciliação”, para assim manter o cargo<sup>30</sup>.

Confirmada a exoneração, o presidente passou a ser descrito como alguém possesso e raivoso, “obcecado por uma vingança indigna, só própria de espíritos mesquinhos”. A demissão seria acintosa: “revoltante injustiça que tem indignado a todo o público desta capital”. Sobre o futuro do presidente, vaticinava: “um remorso eterno há de persegui-lo pela injustiça revoltante e picardia infame que acaba de cometer”<sup>31</sup>.

A cada novo número, cresciam as acusações. A 5 de julho de 1862, o diário descrevia a versão de como fora a audiência na qual José Bento inquirira Manoel Franco sobre as críticas constantes feitas ao governo por conta do cólera. O então inspetor de tesouraria

---

28 Pedro II, n. 148, 02 jul. 1862, p. 3.

29 O Cearense, n. 1531, 01 jul. 1862, p. 1.

30 Pedro II, n. 149, 03 jul. 1862, p. 3.

31 Pedro II, n. 150, 04 jul. 1862, p. 3.

teria reagido afirmando, na ocasião, “nada tinha que ver [a presidência] com a empresa do *Pedro II* nem tão pouco exercer menor inspeção sobre a direção da folha; mas não querendo criar embaraços a sua administração, faria por evitar de tocar no cólera que era a fibra delicada”<sup>32</sup>. Tais publicações tentavam reforçar a imagem do *Pedro II* como defensor da liberdade de imprensa, ante a um governo ansioso por barrar tal liberdade, censurando os temas delicados da administração, especialmente sobre a premente epidemia. A respeito de Manoel Franco, o jornal investiu na representação dele enquanto cidadão benemérito, caridoso e ciente das responsabilidades no socorro dos conterrâneos. Ele seria a voz humanitária e generosa, bradando pela imprensa em “termos enérgicos e convenientes em prol da humanidade aflita e desvalida, que caía exangue mais à falta de recursos do que à intensidade da peste que, no seu introito, se manifestava benigna”. O currículo e experiências, como inspetor da tesouraria, redator e vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, somavam-se à pletora de adjetivos: “ilustrado”, “probo”, “honrado” e “exemplar pai de família”. Todavia, o presidente da província “não pôde suportar as comedidas e justas censuras do Sr. Dr. Franco; ficou desatinado, e pretendeu sufocar a nobrosa de sentimentos e patriotismo” com a ameaça de demissão na Tesouraria:

S. Exc., pois, em vez de aproveitar as lições de quem mais inteligência e experiências tinha dos homens e das cousas; pelo contrário timbrava em seu capricho e amor próprio, e sem atender a prudência tão necessária aqueles que se acham encarregados de autoridade pública e de dirigir povos, mormente em circunstâncias difíceis e excepcionais, abusou do poder da força e do alto do cargo que ocupava para demitir do emprego de inspetor da tesouraria provincial o Sr. Dr. Franco,

---

32 Pedro II, n. 151, 05 jul. 1862, p. 3.

deixando com essa sua medida injusta, arbitrária e vingativa essa repartição fiscal acéfala<sup>33</sup>.

Revoltava, especialmente, ao jornal a instauração de sindicância, com uma comissão realizando devassa na Tesouraria Provincial que, segundo a presidência, encontrava-se em má situação. A ilação punha em xeque a competência e honestidade de Manoel Franco, daí a urgência de defender o máximo possível seu editor, desqualificando a acusação de estar a tesouraria em crise<sup>34</sup>.

Ante as insinuações a respeito do caráter e competência de seu principal redator, o *Pedro II* intensificou a leitura negativa acerca das experiências administrativas do presidente. Para o jornal, a saída de José Bento da presidência do Rio Grande do Norte, em 1861, fora marcada por “lama”, “desatinos”, “perseguição” à imprensa, como a prisão de tipógrafos e pela covardia e abuso da força. Arrematava: em um país sério o “Sr. José Bento nunca sairia do fundo empoeirado de uma secretaria”, porém, “no Brasil, país das raridades, entregava-se uma província da categoria e civilização do Ceará e numa época de crise” a tal homem. Nada se aproveitaria de sua administração no trato do cólera. Isso seria compartilhado pela opinião pública: “questão vital para a província, o Sr. José Bento está condenado no conceito de todos como inepto e imprevidente com suas providências póstumas”<sup>35</sup>.

Em meio à intensa artilharia de críticas contra si, o governo provincial desfêchou novo ataque, dessa vez ao bolso do *Pedro II*: rompeu o contrato que fazia deste a folha onde era impresso o expediente oficial. Nas primeiras semanas de julho, a presidência da província fechou contrato com a Typografia Commercial, de Francisco Luiz de Vasconcelos, por novecentos mil réis. Em 16 de julho, *O Commercial*

---

33 *Pedro II*, n. 183, 12 ago. 1862, p.1.

34 *Pedro II*, n. 221, 27 set. 1862, p. 1.

35 *Pedro II*, n. 151, 05 jul. 1862, p. 3.

passou a se chamar *Gazeta Oficial*, publicando o expediente e mais atos oficiais do governo provincial. Sobre o contrato em questão, a *Gazeta* afirmava ser o valor do novo contrato cem mil réis inferior ao do *Pedro II*, alegando, assim, uma economia aos cofres do Ceará<sup>36</sup>. Ao assumir o espaço de órgão oficial, a *Gazeta* passou a intensificar as críticas - já encetadas enquanto se chamava *O Commercial* -, ao *Pedro II*, destacando a performance do presidente no socorro aos vitimados pela epidemia, também ancorando essas questões no âmbito de uma pretensa opinião geral da população.

De sua parte, com o redator demitido de cargo de extrema importância, com a perda de um conto de réis no contrato de publicação do expediente provincial e sem perspectiva de qualquer intervenção do Governo Imperial neste cenário, o *Pedro II* reagiu desqualificando a *Gazeta Oficial*. Em matéria encabeçada pelo dístico “anões quanto mais alto sobem, mais diminuem em proporções”, o presidente era acusado de improvisar um “novo contrato em prejuízo do cofre provincial e da expedição e pontualidade com que era feito o serviço”, pois não conseguira uma “folha grátis que servisse de receptáculo de suas salsadas”. O governante, inclusive, dividiria seu tempo entre enviar cartas para imprensa de outras províncias “narrando façanhas que não fez” e redigir os textos da *Gazeta*, “onde tem revelado seu toupeirismo” e “até que ponto é *amante* da verdade na exposição dos fatos”<sup>37</sup>.

Assim, o *Pedro II* intensificou o uso do cólera para detratar o governo de Figueiredo Júnior, apontado como pessoalmente responsável pelos milhares de mortos da província e pelos prejuízos econômicos decorrentes:

---

36 *Gazeta Oficial*, n. 1, 16 jul. 1862, p. 3.

37 *Pedro II*, n. 179, 07 ago. 1862, p. 1, grifo da fonte.

Essa grande mortalidade deve ser imputada antes a incúria do Sr. José Bento, em não tomar providências a tempo, do que a intensidade do mal em si.

[...] Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!

O Sr. José Bento é um elemento dissolvente em todas as cousas em que se mete; mas o pior de tudo são as lágrimas sem remédio da pobre humanidade<sup>38</sup>.

Em outra edição, o *Pedro II* asseverava: na “administração da província nunca tivemos cousa mais desasada: calamidade igual, só o cólera”. Parecia impossível que o governo imperial – a quem nitidamente o diário evitava criticar de forma direta naquele contexto – continuasse sem condoer-se da sorte dos cearenses, diante de um inepto administrador, causa das desgraças da população<sup>39</sup>.

Segundo o jornal do ex-tesoureiro, o governo provincial não tomou medidas preventivas, enviando médicos, recursos financeiros e ambulâncias de remédios para as localidades do interior apenas após serem atingidas. Nesta versão, o presidente recusava-se a despende um pouco do tesouro provincial com medidas profiláticas, com prevenção, para gastar verdadeira fortuna após centenas de pessoas morrerem, e isso apenas pelo brado da imprensa, a lhe pressionar: “Quando [...] chegavam os socorros públicos enviados por S. Exc. já os cemitérios se achavam repletos de cadáveres, e em seu auge os focos mortíferos de infecção, que, hoje e por muito tempo, farão sentir os seus efeitos”<sup>40</sup>.

---

38 Pedro II, n. 173, 31 jul.1862, p. 1.

39 Pedro II, n. 179, 07 ago. 1862, p. 1.

40 Pedro II, n. 183, 12 ago. 1862, p. 1.

## Considerações finais

Ao longo deste artigo, analisei a postura adotada pelo jornal *Pedro II* na cobertura da epidemia do cólera que grassou no Ceará de 1862. Folha conservadora, o *Pedro II* tomou o evento epidêmico como mote para desestabilizar o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Na base da postura editorial adotada sobre o assunto, demonstrei a explosão de uma crise particular envolvendo a redação do *Pedro II* e o presidente. Todavia, a leitura mordaz sobre a ação da administração provincial no trato do cólera, também acabou refletindo as leituras que as personagens daquele contexto fizeram das alterações no cenário político nacional – a ascensão da chamada “Liga Progressista”, que redesenhava a composição do Parlamento na Corte – e, por extensão, seus efeitos nas disputas por espaços de poder.

Desta forma, o *Pedro II* tentou colar na figura de Figueiredo Júnior a culpa pela tragédia do cólera no território cearense, ao mesmo tempo em que foi obrigado a rebater a aliança entre os jornais ligados ao Partido Liberal na província, defensores da presidência provincial. Se para o *Pedro II*, a postura do presidente era calamitosa, para os órgãos liberais, havia total acerto do chefe do executivo cearense no trato da epidemia, acusando o jornal conservador de ser movido por despeito pessoal e pela insatisfação com o contexto político nacional que parecia desfavorável aos conservadores no Ceará.

Portanto, o artigo demonstra como um evento dramático do Ceará de 1862, responsável pela morte de cerca de doze mil pessoas e pela disseminação do medo entre a população do litoral e do sertão, acabou sendo apropriado por diferentes setores da política provincial.



## CAPITULO IV

# Negócios de elite: poder, instituições e atuação política dos negociantes de Ouro Preto, Minas Gerais, nas primeiras décadas do Império

### Negócios e elites

No processo de independência do Brasil, a defesa do constitucionalismo e a influência dos ideais liberais estiveram acompanhadas, e muitas vezes submetidas, ao receituário absolutista e às práticas políticas consolidadas na América Portuguesa. Às elites senhoriais interessava a manutenção da ordem social e da escravidão, ameaçadas com a possibilidade de cidadania para as classes subalternas, reclamadas em ações de rebeldia, ou “anarquia”, como se dizia na época. Ao mesmo tempo, uma cultura política herdada do Antigo Regime e da colonização preservava-se, delineando a ação de famílias e potentados locais, desejosos de reproduzir e ampliar suas posições sociais e mandonismo.<sup>1</sup>

A formação da esfera pública de poder, a partir de 1822, com suas instituições e ritos políticos, passou por debates e tensões que, invariavelmente, diziam respeito à maior centralização ou autonomia das regiões na configuração do Estado brasileiro. Para analisar esse processo têm sido fundamentais as pesquisas que se debruçam sobre

<sup>1</sup> SILVA, Ana Rosa Cloclot. De comunidade a nação regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). Almanack brasiliense. Num 02. Novembro. 2005.

as elites regionais e locais, sua inserção nas novas instituições e no debate político, tanto defendendo interesses patrimoniais quanto ajudando a moldar a burocracia e a relação do centro com as partes.<sup>2</sup>

A cidade de Ouro Preto, como capital da província de Minas Gerais, era palco de atuação das elites políticas provinciais e fornecedora tradicional de quadros que compuseram a cúpula da administração, da política e da magistratura nacional. A antiga região mineradora, com um dinamismo econômico comprometido pela redução da extração do ouro, consolidou-se, no século XIX, como centro urbano e mercantil. Estabeleceu-se então uma elite de negociantes locais que se configuraram como parte da elite política, inserindo-se no processo de formações das instituições estatais. O problema que se coloca é qual teria sido a forma e o nível de penetração desse grupo socioeconômico e como esta análise pode representar a atuação político-institucional das elites locais no Império.

Ao longo do século XVIII, os negociantes galgaram espaços na hierarquia social da América Portuguesa, através da ação política, do poderio econômico e da estratégia de inserção nas famílias de conquistadores coloniais, os “nobres da terra”. Ao fim do setecentos e início do século XIX, a velha discriminação da sociedade do Antigo Regime com os comerciantes, por correlação com o trabalho manual e com os cristãos novos, já havia perdido força e a fidalguia luso-brasileira estava repleta de membros da alta mercancia. Mas esta inclusão não se operou por fora do esquema estamental e hierárquico, pois, somente um grupo seletivo alcançaria distinção no mar confuso de mercadores, taverneiros, vendeiros, armazeneiros e mascates. Eram os “homens de negócio”, classificados e, praticamente, nobilitados como tal.<sup>3</sup>

---

2 DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo. Globo, 2005.

3 SAMPAIO, Antônio Carlos. Comércio, riqueza e nobreza: Elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime Português. In. : FRAGOSO, João Luís.[et al.] org. Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Edufes/Vitória. Lisboa, 2006.

No caso de Ouro Preto, os lojistas eram aqueles comerciantes que ocupavam a parte mais nobre da cidade, mercanciando no térreo e vivendo nos sobrados das ruas São José e Direita. Atuavam no mercado de crédito, no atacado de mercadorias importadas e, em alguns casos, estavam ligados ao comércio de escravos, do ouro, de terras minerais e dos derivados da agropecuária regional. Ao longo das décadas de 1820, 1830 e 1840, os laços deste grupo de comerciantes com os congêneres atacadistas do Rio de Janeiro tornaram-se mais estreitos e contínuos, formando cadeias de reciprocidade mercantil, na qual se destacavam aqueles que alcançavam confiança e crédito na capital do Império e controlavam o mercado local. Portanto, a elite comercial da cidade mantinha práticas muito similares aos poderosos “negociantes de grosso trato”, sendo alguns de seus membros registrados como tal na Junta do Comércio.

A partir da análise das escrituras cartoriais de Ouro Preto foi possível flagrar o destaque dos comerciantes em diversos setores de transações: comércio de imóveis, comércio de escravos e, principalmente, nas escrituras de dívida e hipoteca. Em que pese a relativa dispersão do crédito pessoal, uma característica das economias pré-industriais e pré-bancárias, um pouco mais de 50% das transações e valores informavam comerciantes como credores das dívidas escrituradas. Entre 1820 e 1865, essa concentração foi se tornando ainda maior, demonstrando a consolidação e auge da elite mercantil, principalmente entre as décadas de 1830 e 1850. Um grupo seletivo de negociantes grossistas, alguns transmutados em rentistas ou banqueiros, a partir do último decênio da amostra, controlou o crédito tanto para os pequenos comerciantes locais quanto para os moradores.

Na análise qualitativa dos negócios, bens e no rastreamento da inserção política e social os mesmos nomes e sobrenomes se repetiram, o que nos ajudou a montar um quadro bem revelador da relação comércio, crédito e poder político. No estudo das práticas de

mercado ficou evidente que, a partir de 1850, uma elite desses negociantes grossistas destacou-se dos congêneres locais por passar a investir em títulos da dívida pública e ações. Esse é um processo de modernização que acompanha a tendência das maiores praças mercantis do Império, principalmente após o fim do tráfico (1850) e das reformas econômicas, como a Lei de Terras e o Código Comercial Brasileiro (1850). Os chamados “Empréstimos provinciais”, a “Caixa Econômica de Ouro Preto” e a “Caixa Filial do Banco do Brasil de Ouro Preto”, tiveram investimentos diretos e foram controlados politicamente por essa mesma elite de negociantes e rentistas locais.<sup>4</sup>

O processo de criação, centralização e arranjo do Estado brasileiro transformou as instituições locais, principalmente os cargos eletivos, sobre os quais redes de poder e controle social se acomodaram ou ascenderam. Instituições como o juizado de paz, a Câmara Municipal, a Guarda Nacional, a Assembleia Provincial, chefia de polícia, juizado de órfãos foram ocupados pelos grupos dominantes locais. Postos em agremiações religiosas e títulos honoríficos conferidos pela monarquia, por serviços prestados, garantiram também o triunfo de indivíduos e famílias como elite regional, que, dessa forma, conquistavam respeito e prestígio com a chancela do poder central.<sup>5</sup>

---

4 Em doutoramento sobre a atuação econômica e política dos negociantes de Ouro Preto, analisei uma amostra de 1535 escrituras cartoriais, em cruzamento com listas de habitantes, inventário, além de documentações institucionais, como Junta do Comércio, relatórios provinciais, atas eleitorais etc. ANDRADE, Leandro Braga. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

5 Os maiores negociantes locais receberam o hábito da “Ordem de Cristo”, no Período joanino e no Primeiro Reinado. Do mesmo modo, um seleto grupo foi condecorados como “oficiais”, “cavaleiros” e “comendadores” com a nova “Ordem de Cristo”, no Segundo Reinado, e com a “Ordem da Rosa”. Ver: *Ibid*, p. 352-377.

Partiremos da premissa de que os grupos e indivíduos que compõem as instâncias superiores da sociedade ocupam posições-chave, colocam-se como dirigentes da coletividade e que se orientam pela reprodução da hierarquia social vigente, representa a elite. O termo elite, dessa forma, será empregado em um movimento dinâmico horizontal, em que o político, o econômico e o social podem ou não estar associados, e em um movimento vertical, onde vê-se níveis diferentes de domínio, dependendo da área de atuação dos indivíduos e de seus cargos, o local, o regional e o nacional.<sup>6</sup>

Em pesquisa sobre os membros do Conselho de Estado no Segundo Reinado, de Maria Fernanda Martins, as linhas mestras conceituais que conectam o período colonial com a fase nacional são as noções de “elite”, “cultura política” e “relações de parentesco”. Grandes troncos familiares e redes de matrimônio endogâmicas transpuseram a virada do século XVIII para o XIX, o período joanino e a independência conformando-se como a elite social e política que comandava a governança nacional, a partir da Corte, mantendo laços contínuos com as regiões e províncias. As práticas clientelistas resistiam ao tempo e são, também, uma chave para compreender o comportamento dessa elite. Sobretudo, na esfera local e provincial, como cultura política, o clientelismo sobrevivia “(...) dando suporte social e político ao Estado, mesmo sendo poderes paralelos.”<sup>7</sup>

Estamos, portanto, diante de uma sociedade em que valores como a inserção em poderosas redes de parentescos, postos de prestígio político, militar e administrativo, além é claro, o senhorio da terra e de escravos, são ainda fundamentais para a compreensão das hierarquias sociais. É aqui que podemos situar os homens de negócio,

---

6 HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In.: (org) HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006. p. 7-16.

7 MARTINS, Maria Fernanda. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites, a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2007. p. 170.

como a faceta local e urbana desta composição, com um “fazer-se elite”, diante de uma sociedade hierarquizada, escravista, que vive profundas transformações institucionais e de práticas econômicas.

Uma análise da participação dos negociantes de Ouro Preto em instituições políticas de importância para dinâmica dos poderes locais lançará luz sobre as formas de atuação dessas elites locais e como elas se articularam ao processo de centralização do Estado Imperial. As seguintes instituições estiveram sob a análise: Tropas de milícias e Ordenanças, Guarda Nacional, Câmara, Eleições paroquiais, Assembleia Provincial e Assembleia Geral.

Prestígio, poder e negócios: a tradição militar colonial das elites locais.

Em Ouro Preto, os negociantes compunham, desde o século XVIII, os tradicionais postos de mando local, fato similar de outras capitâneas, como atestou Cristiane Mello: “(...) o crescente processo de afirmação econômica dos comerciantes (...) fazia com que a Coroa não pudesse prescindir do apoio deste novo segmento, procurando incorporá-lo no aparelho administrativo colonial, fortalecendo sua base social.”<sup>8</sup> Tiago Gil, defendeu que essa multiplicação de capitães cumpria a função de demarcar socialmente os mandatários locais. Considerando a “(...) hierarquia militar como régua social (...), mais do que armas, os capitães comandavam seus escravos, suas casas, suas regiões, e, assim, controlavam a economia.”<sup>9</sup>

Na antiga Vila Rica de Ouro Preto, conforme as listas de habitantes de 1804, considerando somente as patentes de Alferes para

---

8 MELLO, Cristiane Pagano. Os corpos auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: a capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a Manutenção do Império Português no Centro-Sul da América. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2002. p. 15.

9 GIL, Tiago Luís. Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2018. p. 222-223.

cima, encontramos 88 oficiais, sendo 40 comerciantes ou 45,5%. Caso pudéssemos excluir os oficiais da tropa paga (1ª linha), possivelmente a proporção seria ainda maior, pois os negociantes donos de lojas e alguns proprietários de lavras de mineração dominavam o comando das Milícias (2ª linha) e Ordenanças (3ª linha). Mesmo sem formação militar, os oficiais destes corpos poderiam ser efetivos por terem respeito local, recursos, animais de montaria ou por serem fiéis à ordem e à obediência do Real Serviço, interessados eles mesmos no controle das classes populares.

No relatório da Secretaria de Governo de 1820, dos 50 oficiais do 1º Regimento da Cavalaria de Milícias de Vila Rica (Ouro Preto), 20 eram negociantes, seguidos de proprietários (11) e Empregados públicos (10).<sup>10</sup> Se para muitos estudos, os proprietários de terras encarnaram o típico “capitão-mor”, que usava sua riqueza e seu prestígio para mediar os interesses da Coroa, para a região em questão foram os negociantes lojistas quem melhor se revestiam destes atributos.

Um dos principais negociantes e lideranças políticas da cidade nos tempos da independência, o Capitão José Bento Soares, foi assim descrito pelo governador em 1812: “(...) este vassalo benemérito é pronto em assistir com seu dinheiro para as precisões do Estado nesta Capitania foi ele o que supriu o [interinamento] a toda a despesa da remonta de Esquadrões, quando marcharam para S. Paulo.”<sup>11</sup> Sua lealdade foi recompensada com o hábito da Ordem de Cristo, com a concessão de sesmarias, arrecadação de loterias e autorização régia para explorar a fábrica de pólvoras da vila.

---

10 Arquivo Público Mineiro. (APM) Secretaria de Governo da Capitania. SG Cx 120. Doc 02.

11 Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Ano 18. 1913. 345-572.

Prestígio, poder e interesses econômicos também estiveram interligados com as novas configurações institucionais que surgiram ao longo da afirmação do Estado Imperial.

### Os negócios da vereança: comerciantes na Câmara de Ouro Preto

A grande alteração institucional do poder municipal no Império veio com a lei de 1º de outubro de 1828, que criava nova configuração e atribuições para a câmara. No ano anterior havia sido criado o cargo de Juiz de Paz, uma autoridade eleita pela população local para arbitrar conflitos civis, com poderes policiais e aplicação de multas nas paróquias. Nesse passo, a câmara ficava restrita às suas funções administrativas e ainda controlada pelos conselhos, depois assembleias provinciais. Uma novidade foi a instituição da eleição direta, o que tornou as câmaras um balizador importante para a configuração das elites locais.<sup>12</sup>

Da Câmara Municipal de Ouro Preto partiram quadros que compuseram a primeira elite provincial, mas, sobretudo, mantinha-se como a base política das novas lideranças. Isso se processou na década de 1830, quando o nível provincial foi privilegiado pela Regência, e na década de 1840, quando o nível nacional tendeu a concentrar poderes e atribuições. A centralidade urbana, a concentração da burocracia provincial e de forças militares determinaram as características dos grupos sociais que compuseram a câmara. Entre 1812 e 1822, 27 vereadores ou 49,1%, eram comerciantes. Mesmo com a Constituição de 1824, a Lei de 1828 e a criação das assembleias Provinciais, em 1834, os negociantes lojistas continuaram perfazendo a maioria dos eleitos.

---

12 CHAVES, Edneila R. Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais 1833 – 1872). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2012.

Construímos uma tabela, realizando o cruzamento de diversas fontes, a partir das quais foi possível aproximar da ocupação de todos os membros da câmara municipal de Ouro Preto, entre 1823 e 1877.

Composição da Câmara de Ouro Preto segundo a ocupação. 1823-1877.

Período	1823-1828	1829-1840	1841-1852	1853-1864	1865-1877	Total
Legislatura	(6)	(3)	(3)	(3)	(3)	(18)
<b>Ocupação</b>						
Negociante	14	15	18	10	03	60
Prof. Liberal	06	03	02	10	07	28
Emp. Público	02	02	03	03	12	22
Militar	05	04	02	02	02	15
Proprietário	04	02	00	00	01	07
Religioso	00	01	02	00	03	06
Total	31	27	27	27	28	140

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, Memorial histórico e político da câmara municipal de Ouro Preto. Ouro Preto. Cor e cor Editorial. 2004; Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. (APMOP). Lista de Qualificação de votantes. Distritos de Ouro Preto e Antônio Dias. 1846-1850; Arquivo Público Mineiro. Listas nominais de habitantes. 1838-1840; Banco de dados Cedeplar/UFMG.

Trata-se de aproximação porque, ao longo da vida, o indivíduo poderia ter migrado sua principal atividade. Mas sem dúvida é um bom termômetro para indicar os grupos sociais que compuseram a instituição.

Na década de 1820, persistia a predominância de negociantes, seguidos de profissionais liberais e militares. Eram esses os grupos que protagonizaram os acontecimentos locais do processo de emancipação política do Brasil. A década de 1830 com 55,5% das cadeiras e 1840 com 66,6% representaram o apogeu e domínio quase absoluto de negociantes na câmara.

Família e mandatos estavam intimamente relacionados. Aliás, não somente no âmbito municipal. As instituições mais poderosas do Império, como o Senado e o Conselho de Estado também estavam atravessadas por arranjos familiares.<sup>13</sup> Embora a dinâmica urbana de Ouro Preto e o fato de ser capital política tenha permitido uma certa rotatividade, com a presença de empregados públicos, militares e profissionais liberais, havia uma clara estratégia de reprodução do poder de algumas famílias.

Ao analisarmos os indivíduos ou famílias que alcançaram três ou mais mandatos, chegamos a um total de 85 mandatos, com 33 vereadores diferentes, sendo que 19 deles eram comerciantes. Dessa forma, encontramos uma concentração no setor mercantil não apenas no número de mandatos, mas também do número de indivíduos e famílias.

O mais significativo que o rastreamento nominal revelou é que a vereança está conectada, pela via do parentesco, com outros níveis de atuação política. Entre as famílias de maior destaque na câmara estão: A família “Assis Figueiredo” que atuou também na Assembleia Provincial e Guarda Nacional; os “Magalhães Musqueira” e “Teixeira de Souza”, do grupo político do Barão de Camargos (Manoel Teixeira de Souza, Senador do Império); a família “Monteiro de Barros”, o poderoso clã do Barão de Paraopeba (Romualdo José Monteiro de Barros, vice-presidente de província e conselheiro de governo); os “Magalhães Gomes”, ligados por parentesco com José Bento Soares (conselheiro provincial e capitão de ordenanças); os “Soares do Couto” que atuaram também nas antigas tropas de milícias, na Guarda Nacional e Assembleia Provincial; os “Silva Lagoa”, sócios da firma Guimarães & Lagoa do Rio de Janeiro; os “Santos”, da firma “Santos & Irmãos”, liderada por Francisco de Paula Santos

---

13 MARTINS, Op. Cit.

(maior negociante e banqueiro da cidade, deputado da Assembleia Provincial e da Assembleia Geral por vários mandatos).<sup>14</sup>

Seja pela preservação dos interesses econômicos ou pela reprodução do status social das famílias, o fato é que, na configuração das elites políticas do Império, a câmara continuava sendo uma base importante e a grande presença dos negociantes indicava que esse grupo continuaria sendo intermediário relevante da realidade local com tais elites.

### A milícia dos negociantes: a Guarda Nacional e a elite mercantil

A Guarda Nacional foi um símbolo do poder das elites locais no processo de formação do Estado brasileiro. Criada pela lei de 18 de agosto de 1831, foi uma milícia civil não paga, que tinha por vocação atuar nos municípios, dando suporte às atividades policiais de garantia da ordem ou auxiliando o exército nas áreas de fronteira e em situações de emergência.

Alguns pesquisadores defendem que a Guarda Nacional ajudou a delimitar a cidadania, através da matrícula de qualificação e da disseminação de um sistema de organização que parte do Estado e alcança todo o território. Por outro lado, essa grande massa, militarmente amadora, foi entregue ao controle de cidadãos eleitos localmente, em outras palavras, homens de poder e prestígio.<sup>15</sup>

Os estudos sobre a Guarda Nacional são quase unânimes em concordar que, embora o conjunto dos guardas tivesse origem humilde, o oficialato foi controlado por grupos e famílias enraizados na vida política e no poder econômico locais. Aliás, essa característica

---

14 Um detalhamento do cruzamento dos nomes dos vereadores com famílias, negócios e outros níveis de atuação política pode ser visto em ANDRADE, Op. Cit. p. 335-351.

15 URICOECHEA, Fernando. O minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX. Editora Difel. São Paulo. 1978.

que agradava ao governo central, fez da milícia um instrumento de intermediação entre o poder privado e o poder estatal, ao gosto do projeto liberal em curso na década de 1830.<sup>16</sup>

A estrutura orgânica estava dividida da seguinte forma: uma “Legião” no município, comandada por um coronel, que poderia ter mais de um “Batalhão”, que comandado por um Tenente Coronel estava dividido por 4 a 8 “Companhias”, comandadas por um capitão. A Companhia era composta de 100 a 140 homens e abarcava um ou mais distritos. Pela lei de 1831, os oficiais da Legião do município eram indicados pela presidência da província e os oficiais dos batalhões e companhias eram eleitos, respeitando os critérios censitários de renda, por maioria absoluta de votos, pelos próprios membros qualificados para votar.<sup>17</sup>

Na primeira eleição para Guarda Nacional de Ouro Preto, em 1832, dos 24 oficiais eleitos para as oito companhias do Primeiro Batalhão, 19 eram negociantes.

Conforme se observa no quadro abaixo, dos 19 oficiais eleitos para a Primeira Companhia (que corresponde à paróquia urbana de Nossa Senhora do Pilar), 14 eram negociantes. Os quatro membros do Estado Maior do Primeiro Batalhão (eleitos pelo oficialato das oito companhias) também viviam da mercancia. Foi mesma a elite de negociantes lojistas, também presentes nos quadros da Câmara, na antiga Cavalara de Milícias e Tropas de Ordenanças, que venceu o primeiro pleito da Guarda Nacional.

---

16 SALDANHA, Flávio Henrique. Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. Anablume/FAPESP. São Paulo. 2006. p. 44.

17 Ibid. p. 77-78.

Oficiais eleitos na primeira eleição da Guarda Nacional em 1832 (Primeiro Batalhão da cidade de Ouro Preto)

Patente	Oficial	Votos	Ocupação
Estado Maior	1º Batalhão de Ouro Preto		
Tenente Coronel	Manoel Soares do Couto	18	Negociante
Major	Antônio R. Fernandes Forbes*	31	Negociante
Tenente Ajudante	Narciso Tavares Coimbra*	27	Negociante
Porta Bandeira	Antônio José Dias Coelho*	21	Negociante
1ª Companhia	Distrito de Ouro Preto		
Capitão	Luís Augusto Soares do Couto	92	Negociante
Tenente	Antônio R. Fernandes Forbes*	55	Negociante
Alferes	José Batista de Figueiredo	58	Negociante
Alferes	Honório P. de Azeredo Coutinho	53	Emp. Público
1º Sargento	Antônio José Dias Coelho*	50	Negociante
2º Sargento	Narciso Tavares Coimbra*	45	Negociante
2º Sargento	Silvério P. da Silva Lagoa	36	Negociante
Furiel	Faustino Monteiro Peixoto	24	Negociante
Cabos	Diogo José Lopes	49	Negociante
Cabos	Manoel José de Lima	38	Negociante
Cabos	Agostinho J. Ferreira Andrade	37	Ourives
Cabos	Carlos Coelho Seabra	37	n/e
Cabos	José Rodrigues de Abreu	34	Negociante
Cabos	Joaquim Eleutério de Abreu	33	Negociante
Cabos	João Narciso de Paiva	33	n/e
Cabos	Bernardo José Barbosa	32	Negociante
Cabos	Silvestre José da Costa	30	Negociante
Cabos	Antônio Coelho Ferreira	29	Negociante
Cabos	Antônio de Souza Braga	28	Negociante

Fonte: APM. Presidência da Província. Correspondência Guarda Nacional. PP 1/6 cx 67. Doc 03; APM. CMOP. Licenças para casa de negócio. 1831/1833. APM. Presidência da Província. Lista de habitantes. 1838. n/e= não encontrado. \* Oficiais eleitos para a Primeira Companhia e, posteriormente, eleitos para o Estado Maior do Primeiro Batalhão do Município

O processo de centralização decisória da Guarda Nacional, com maior controle dos comandantes e do presidente de província,

intensificou-se ao longo da década de 1830 e após a Revolta Liberal de 1842. Mesmo com tais mudanças, a matrícula dos oficiais da guarda nacional da Legião do Município e dos batalhões urbanos da década de 1840 indica a continuidade da predominância de negociantes.<sup>18</sup> Mesmo com as alterações de atribuições e escolha do oficialato, a Guarda Nacional manteve-se como instituição fundamental na configuração da ordem pública e da vida política.

Os estudos existentes sobre a Guarda Nacional posicionam a instituição no debate da centralização ou descentralização do poder do Estado. Mas, o que verificamos é que a milícia cívica se notabilizou, também, como palco da ação de uma elite política que se constrói na paróquia, no distrito ou no município, respondendo e se articulando com o poder central. O caso da família “Figueiredo” é emblemático. Os negociantes José Batista, Carlos de Assis, Antônio Carlos, Joaquim Carlos e Narciso Tavares Coimbra (cunhado) foram indicados para cargos no oficialato justamente no quinquênio liberal do ministério imperial (1844-1848). Embora já fossem atuantes, sob a liderança do deputado provincial liberal José Batista de Figueiredo, conseguiram ter presença hegemônica na guarda neste período.

A Guarda Nacional afunilou ainda mais do que a câmara municipal a pirâmide do poder local, uma vez que permitiu a membros de um grupo reduzido posicionarem-se como agentes do Império e, assim, colocarem-se como mediadores políticos e dignos de honra.

### **A elite da paróquia: A “classe dos homens práticos” no universo de doutores, vigários e bacharéis**

O conjunto de elementos apresentados até aqui já seria suficiente para afirmar que ser dono de loja em Ouro Preto era um caminho quase certo para alcançar um descolamento para cima do universo

---

18 APM. Presidência da Província. Correspondência Guarda Nacional. PP 1/6 cx 67. Doc 03.

dos homens livres pobres, como artífices, jornaleiros, tropeiros, vendedores e outros trabalhadores urbanos. Sem dúvida trata-se de uma herança dos finais do período colonial, quando a atividade mercantil grossista já possibilitava ascensão em uma sociedade profundamente hierarquizada. Consideramos três condições específicas na promoção da posição dos homens do comércio de Ouro Preto: o fato de estarem em uma cidade com vocação mercantil e centralidade urbana, o fato de ser a sede da burocracia e da política provincial e de não ter se constituído no município, após a decadência da mineração tradicional, um cinturão agrário-escravista poderoso, como em outras regiões da província.

A elite política paroquial e municipal da capital da província não estava atrelada em sua maior parte, pelo menos diretamente, à propriedade rural, como na maior parte do Império. Sendo assim, resta ainda verificar qual teria sido a projeção deste grupo no cenário provincial e nacional. Ou seja, onde estavam os negociantes de Ouro Preto, na hierarquia política do Império, em suas diversas guinadas institucionais, no processo de formação do Estado? É o que será tratado a seguir.

Além das estratégias familiares, as relações de amizade e troca de favores estavam no centro da explicação para o poder político local dos negociantes de Ouro Preto. Vivendo na capital, conviviam nas mesmas ruas, dividiam os mesmos bancos das igrejas, os eventos e associações religiosas que os altos funcionários do governo, deputados e presidentes de província. Além do destaque que os negócios e a riqueza lhes proporcionavam, a tessitura do poder ocorria nas intrincadas relações de tipo clientelar. Como defendeu Richard Graham, o clientelismo é o fio que amarrava a trama da política do Brasil imperial e se constituía em ações de proteção, favorecimento, em troca de lealdade política.<sup>19</sup>

---

19 GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Editora da UFRJ. Rio de Janeiro. 1997. p. 2.

No episódio da Revolta do Ano da Fumaça (1833), no qual a tropa de linha (o exército) e oficiais da Guarda Nacional de Ouro Preto levantaram-se contra o governo liberal moderado da província, lá estavam alguns negociantes, inclusive o líder da rebelião, o tenente coronel do Primeiro Batalhão da Guarda Nacional, Manoel Soares do Couto.

Conflitos que precederam à revolta em Mariana e o apoio das câmaras de cidades e vilas, como da própria Mariana, Ouro Preto e Caeté devem-se à profunda insatisfação de alguns potentados com a perda ou não conquistas de cargos de poder local. Para Francisco Andrade, o movimento marca uma reação da municipalidade contra a subordinação imposta pela legislação e pelo governo provincial ao tradicional poder das câmaras.<sup>20</sup> Já para Wlamir Silva, não se tratava de oposição entre os níveis de governos, provincial e municipal, entre magistrados e elites locais proprietárias ou entre guardas nacionais e tropas de linha. Eram os cargos políticos de direção locais que estavam no centro da disputa, “(...) no momento em que o poder local era reorganizado na perspectiva do poder provincial.”<sup>21</sup>

Estudos como os de Marcos Ferreira Andrade, sobre Campanha da Princesa<sup>22</sup>, e Edna Resende, sobre Barbacena<sup>23</sup>, indicam participação efetiva de elites regionais na tessitura política do Estado Imperial, “(...) impondo suas demandas e constituindo-se como elite

---

20 ANDRADE, Francisco E. Poder local e Herança Colonial em Mariana: Faces da Revolta do Ano da Fumaça. In.: Termo de Mariana: História e documentação. Ouro Preto. Imprensa universitária da UFOP. 1998. p. 127-135.

21 SILVA, Wlamir. Liberais e povo. A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo. Ed. Hucitec. Estudos Históricos. 2008. p. 311.

22 ANDRADE, Marcos Ferreira. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2008.

23 REZENDE, Edna Maria. Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

política que, ao mesmo tempo em que assumia o compromisso com a condução e preservação do Estado, mantinha seus laços com sua região de origem”.<sup>24</sup>

Segundo Patrícia Genovez, políticos radicados em Ouro Preto e região, tanto liberais quanto conservadores, sempre tiveram uma projeção provincial e nacional muito significativa, por ter sido o centro administrativo, mas também o centro minerador de colonização mais antiga, de onde irradiavam as tradições e influências que as famílias perpetuavam, mesmo quando ocupavam outras áreas do território.<sup>25</sup> No entanto, quando rastreamos os mandatos mineiros nas Assembleias (Provincial e Geral) e no Senado, somente pontualmente identificamos negociantes, embora fossem grupo predominante da política municipal ouro-pretana. Isso ocorria porque eram as lideranças políticas letradas (bacharéis e clérigos) que se destacavam a partir da capital. Em geral, eram filhos de extensas e tradicionais famílias que os formavam justamente para compor o quadro da elite política.<sup>26</sup>

No entanto, a importância já salientada dos cargos locais que os negociantes lojistas alcançavam não nos permite dizer que havia um círculo de notáveis, eleitos deputados e senadores, independente e

---

24 DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. Revista USP, Dossiê Brasil Império, São Paulo, n. 58, pp. 116-133, jun/ago. 2003. p. 118.

25 GENOVEZ, Patrícia Falco. O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2003.

26 Sobre os filhos de famílias mineiras tradicionais que estudavam direito na Faculdade de São Paulo nos anos de 1830, há uma carta datada de 09 de abril de 1833, na qual 27 deles repudiam a Sedição militar de 1833. A assinatura da carta revelou a presença dos principais clãs familiares mineiros, como Souza Ramos, Monteiro de Barros, Teixeira Leite, Cerqueira Leite, Vasconcelos, Nogueira Penido, Junqueira, Rodrigues Horta e Fernandes Leão. Ver em REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. “A sedição militar de Ouro Preto em 1833”. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano 7. 1902. p. 73.

descolado da realidade municipal. Sendo os pleitos para estes cargos indiretos, havia um grupo de eleitores, escolhidos pelos votantes.

Vejamos como ficou o quadro que descreve os nomes dos eleitores escolhidos no pleito de 1836, da Paróquia de N. Senhora do Pilar de Ouro Preto, com vistas ao preenchimento dos cargos de deputados da Assembleia Provincial e da Assembleia Geral, para a legislatura de 1838-1839.

Os eleitores conformavam um grupo de notáveis moradores no distrito paroquial. Era também a principal eleição do município sede da província. Esta grandeza está demonstrada pelo perfil dos eleitos em 1836: o vice-presidente da província, que também foi eleito como deputado no mesmo pleito, o secretário de governo, o presidente da província, também reeleito deputado provincial. Ainda merece destaque a presença de dois padres, demonstrando a importância das lideranças eclesásticas, um militar de linha e um empregado público, ambos consolidando liderança política local, a partir de seus postos.

Resultado contido na “Ata de eleição da Paróquia de N. Senhora do Pilar de Ouro Preto”. 1836.

	Eleitores	Ocupação	Cargo Público
1	Antônio da Costa Pinto	Magistrado	Vice da Província
2	Antônio R. Fernandes Forbes	Negociante	Vereador
3	Rodrigo P. Soares de Albergaria	Emp. Público	Vereador
4	Narciso Tavares Coimbra	Negociante	GN/Juiz de paz
5	José Batista de Figueiredo	Negociante	GN/Vereador
6	Herculano Ferreira Pena	Bacharel	Sec. da Província
7	José Felicíssimo do Nascimento	Padre	
8	José da Cunha Mello	Vigário	
9	Joaquim Antão Fernandes Leão	Advogado	Dep. Provincial
10	Bernardo Jose de Araújo	Militar	
11	José Peixoto de Souza	Negociante	
12	Francisco de Paula Santos	Negociante	

Fonte: APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ata Paroquial de Eleição. 1824-1836. CMOP 199. Rolo 54.

Cabe destaque a presença de cinco negociantes, comprovando a hipótese de que a elite mercantil urbana de Ouro Preto configurou-se como uma elite paroquial, atuante nos rumos da política provincial, de forma indireta. Mais uma vez destacamos que se trata de uma fase de hegemonia liberal na política provincial, realidade que se inverteria no início da década de 1840. Na capital, uma série de transformações econômicas consolidou o poder econômico dos comerciantes lojistas, também detentores do crédito e atuantes no mercado de escravos. Assim formou-se uma elite liberal letrada e religiosa, apoiada na base eleitoral local, em que dominavam os homens do comércio estabelecido.

A presença dos negociantes Narciso Tavares Coimbra e José Batista de Figueiredo, cunhado e irmão do Padre João Batista Figueiredo, político liberal, ex-conselheiro de governo e vice-presidente da província, revela bem que, para além de suas ocupações, era a estratégia da família, como base liberal moderada local, o que mais importava.

Outro nome presente na ata da eleição paroquial foi o do mais poderoso negociante, banqueiro e investidor de Ouro Preto, entre as décadas de 1830 e 1870, Francisco de Paula Santos. Seus negócios com a mineração, com os títulos da dívida provincial e com firmas no Rio de Janeiro o aproximaram do governo provincial, tanto nos períodos liberais quanto nos conservadores. Portanto, ele representa uma exceção, tanto nos negócios como na carreira política em sucessivas eleições parlamentares.

Paula Santos mostrou-se um parlamentar atuante, propositivo e combativo nos três mandatos que obteve na casa legislativa mineira, na década de 1840 e nos seis que conquistou na Assembleia Geral a partir de 1850. Os discursos e projetos sugeridos pelo deputado abordavam temas intimamente ligados às questões econômicas da província e do país, falava e agia em prol de medidas governamentais

e legais para o setor, alegando defender os negócios de fazendeiros, mineradores, comerciantes e empresas. Em algumas situações mostrava-se, politicamente independente, em nome daqueles que dizia representar, a “classe dos homens práticos”.

Tendo sido ele mesmo um dos financiadores, através da dívida pública provincial, em 1845, fez duras críticas ao atraso na obra da “Estrada do Paraibuna”, que modernizaria a ligação entre a região central da província e o Rio de Janeiro.

Eu observo, que o assucar que se vende nos engenhos a 800 e 1:000, e nas povoações por poucos mais, entretanto, que no Rio de Janeiro igual gênero se vende à 3:000. Isto que acontece com o assucar acontece com os mais produtos. E porquê? Por que apesar da diferença de preços não convém conduzi-los, não só pelos gastos de transporte, como pela demora, que há até sua chegada ao mercado, que muitas vezes influi para alterar o gênero etc, etc.<sup>27</sup>

Já quando estreou na Assembleia Geral, no calor das discussões da reforma bancária de 1853, que fundiria o Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco Brasil de Mauá, o comendador criticou os propositores do projeto, ao observar que “(...) a classe dos homens práticos, a humilde classe dos homens práticos que eu tenho a honra de representar nesta casa, não está tomando parte nos debates.”<sup>28</sup> Suas intervenções sempre caminhavam no sentido de defender o crédito e moeda sonante fundamentais para o comércio e agricultura.

Sua trajetória nos negócios e na política, apesar de incomum, indica um processo de modernização do perfil do empresário

---

27 ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Jornais Mineiros. O compilador. 1845/17/02. p. 02.

28 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da câmara dos deputados. Volume. 2. 15/06/1853. Disponível em: [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br).

nacional, mas o coloca como um mediador de interesses de sua base política, a cidade de Ouro Preto e os negócios da região.

Jonas Moreira Vargas, em estudo sobre a elite política do Rio Grande do Sul, identificou que abaixo da elite nacional e provincial estaria a “elite paroquial”, entendendo a paróquia não apenas como a circunscrição religiosa, mas como localidade distante geográfica e politicamente do centro do poder. Esses potentados “(...) se caracterizariam por apresentarem uma esfera de influência reduzida, ao próprio município e arredores e, dificilmente, alguns desses conseguiriam romper esta barreira (...)”.<sup>29</sup> O caráter estratégico que os chamados mediadores, adquiriam está na distância física e na posição periférica do mundo da paróquia em relação às decisões tomadas na Corte.

A dimensão mediana do alcance dos negócios, a restrita capacidade de acumulação da economia regional ouro-pretana, o caráter tradicional de suas práticas de mercado e práticas políticas distanciavam os comerciantes da capital da província mineira de uma possível ação como “bloco de poder”.<sup>30</sup>

Com as armas que tinham, agiam para se aproximar do poder e reproduzir a hierarquização da sociedade escravista e do regime monárquico. Do ponto de vista estrutural, compunham uma base de intermediários políticos e econômicos, muito importantes para engendrar as redes de poder provinciais e nacionais, como bem salientam diversas pesquisas, que analisaram famílias, proprietários e comerciantes de outras regiões de Minas Gerais e do Brasil. Sendo assim, a noção de subordinação congelaria a atuação dessas elites,

---

29 VARGAS, Jonas Moreira. Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul. 1850-1889. Editora UFSM/AnpuhRS. Santa Maria, 2010. p. 39.

30 Termo utilizado na análise da atuação política dos negociantes da praça do Rio de Janeiro. PIÑEIRO, Theo L. Os simples comissários: negociantes e política no Brasil Império. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2002.

como se não estivessem interligadas, numa relação de reciprocidade com o centro, sendo pertinente compreendê-las através da ação dos mediadores econômicos e políticos, como Paula Santos.

### Conclusão

A conquista de cargos eletivos, patentes e títulos honoríficos estava envolvida em todo um espectro cultural, no qual as relações clientelares e estratégias familiares alçavam e mantinham os negociantes em situações de destaque. Dessa forma, para o caso dos negociantes de Ouro Preto, não havia uma atuação coordenada como “bloco de poder” ou “grupo de interesse”, como já experimentavam algumas grandes praças comerciais do Império. É evidente, no entanto, que as redes de amizade e reciprocidades comerciais uniam os agentes mercantis em diversas situações, na busca por privilégio e interesses, mas sem um nível sofisticado de associação.

O mais importante a destacar é como a conformação do Estado Imperial dependeu desses agentes locais de poder e como a realidade paroquial sempre esteve articulada com as redes de poder que comandaram a política provincial e regional.

## CAPITULO V

# Um passo atrás: o movimento regressista na Província de Pernambuco (1835-1836)

### A crise da Regência moderada

O ano de 1835 não foi um ano qualquer para a política do Império no Brasil. Dois eventos marcaram de maneira significativa o processo de formação do Estado Nacional brasileiro iniciado em 1822. O primeiro foi a instalação das Assembleias Provinciais, um dos principais símbolos do caráter descentralizador da reforma constitucional concretizada no Ato Adicional em 1834. O segundo foi a eleição, em abril, para a escolha do novo Regente. Saía de cena a Regência Trina e surgia a Regência Una. Neste cenário de mudanças uma crise política se formava entre as elites que comandavam o poder na corte e seus desdobramentos se espalhavam pelas províncias.

Desde o 7 de abril de 1831, quando D. Pedro I abdicou do trono em favor do seu filho, os liberais moderados ascenderam ao poder. Senhores da Regência Trina, foram implementando com o passar do tempo medidas descentralizadoras que amenizavam o centralismo característico do 1º Reinado, culminando com a reforma constitucional de 1834. Durante este tempo foram secundados por uma oposição formada por liberais mais extremados de um lado (a facção

exaltada) e, de outro, uma facção mais conservadora e ligada à estrutura do sistema do antigo imperador (os restauradores). No entanto, os senhores da Regência chegavam em 1835 rachados. Uma das evidências foi o apoio à candidatura para regente do pernambucano Holanda Cavalcanti por parte de uma de suas alas, mesmo existindo uma candidatura oficial que era a do Padre Feijó. A vitória do candidato oficial não diminuiu as divergências. Pelo contrário, a divisão foi aprofundada.

O principal líder desta dissidência entre os liberais moderados foi o político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ele soube captar as insatisfações com os resultados das reformas liberais, dando os primeiros passos rumo à criação de uma nova composição política e costurando apoios à sua causa.

O desenvolvimento do pensamento e das ações de Vasconcelos pode ser identificado por meio da leitura do seu jornal na corte, *O Sete d’Abril*. Já nas primeiras edições de 1835 foram publicados artigos com críticas à instituição do júri e ao trabalho dos juízes de paz. Na edição do dia 15 de maio, publicava-se uma matéria do periódico *O Conciliador*, comentando a instalação dos trabalhos da Assembleia Geral daquele ano. Neste artigo falava-se da “indispensável reforma das Justiças de Paz e Juízos Municipais”, pois o sistema judiciário passou a enfrentar problemas desde que os juízes de paz receberam atribuições que foram além das questões conciliatórias. Um exemplo eram os embaraços provocados pela formação do processo por parte de juízes leigos. Outros artigos procuravam mostrar os resultados das reformas liberais com a notícia de fatos ocorridos em diferentes províncias, especialmente relativas ao trabalho dos júris. Uma delas foi a do “Progressivo em Pernambuco” em que se relatava um atentado com mortes ocorrido durante os trabalhos de um júri em Recife no dia 14 de julho.<sup>1</sup> O objetivo era criticar as con-

---

1 O SETE D’ABRIL, Rio de Janeiro, 12 mai. 1835, p. 1-2; 15 set. 1835, p. 2.

seqüências negativas trazidas pelas reformas para a vida do império, especialmente o Código de Processo.

Ao mesmo tempo em que se afastava paulatinamente dos liberais moderados ligados a Evaristo da Veiga e Feijó, Vasconcelos começou a reverberar em seu jornal um posicionamento a favor da revisão de determinados pontos das reformas liberais. Pensava-se também na articulação de uma nova corrente política que romperia a dicotomia até então existente entre a maioria, formada pelos moderados que sustentavam a Regência, e a minoria, composta por seus opositores. Os deputados que não estivessem em nenhum dos lados formariam um terceiro partido, ainda pouco compacto e flutuante em suas opiniões.<sup>2</sup>

Esse comportamento de Vasconcelos foi prontamente combatido por Evaristo da Veiga. Comprometido com a continuidade da chamada “obra da regeneração” promovida pelas reformas liberais, Evaristo definiu o seu lado político como o campo do *progresso*, um contraponto às ideias agora defendidas por Vasconcelos. A este acusou de cortejar a “Retrogradação” e a construção de um terceiro partido a surgir das ruínas dos já existentes, transformando-se em porta-bandeira da “reação” e “apóstolo do regresso”.<sup>3</sup> Vasconcelos iria assumir para si a expressão “regresso”, com a qual ficaria a partir dali sendo conhecido o movimento sob sua liderança. Mas faria diferença entre *regresso* e *retrogradação*, dois conceitos diferentes que, segundo ele, Evaristo e seus apoiadores tentavam confundir para colocar a opinião pública contra os *regressivos*. A retrogradação era o voltar atrás, reimplantar um sistema que excluía a Constituição e a liberdade. Para Vasconcelos, o regresso ou *sistema regressivo* não tinha relação alguma com isso. Consistia na adoção de métodos que excluíssem medidas precipitadas, que impedissem a adoção de teorias

---

2 O SETE D’ABRIL, Rio de Janeiro, 30 jun. 1835, p. 2.

3 AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 1º jul. 1835, p. 3.

incompletas ou que não tivessem como base a experiência. Podia ser tomado como o ecletismo político ou como o “magnífico sistema do justo meio”.<sup>4</sup> Se determinadas instituições não estivessem funcionando bem que fossem modificadas.

O embate entre o *progresso* e o *regresso* teve início nos trabalhos legislativos de 1835, sendo os ataques mútuos entre Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos as ações mais evidentes da luta entre esses dois novos campos ideológicos. Foi neste clima beligerante que se desenrolou o processo de apuração dos votos da eleição regencial e a confirmação do nome de Diogo Antônio Feijó como o vitorioso. Mas somente em outubro aconteceria a posse. Até então existia um clima de incerteza quanto à efetivação do padre de Itu como novo Regente.

De acordo com Paulo Pereira de Castro, houve relutância de Feijó em aceitar o novo posto.<sup>5</sup> Ele já não havia assumido um compromisso formal em relação à candidatura que seus aliados promoviam. Quando se considerava eleito, divulgou a estes uma circular reservada intitulada “Declaração de Feijó para Aceitar a Regência”, em que demonstrava ainda hesitação em aceitar o cargo. Um de seus aliados, o liberal paulista Álvares Machado, dava como certa a negativa de Feijó.

A dúvida sobre a posse do novo Regente fez reviver uma ideia surgida ainda no início dos trabalhos legislativos. Vasconcelos afirmou que alguns deputados estavam receosos dos inconvenientes e das graves consequências das multiplicadas eleições. Conceberam, então, a ideia de conferir a Regência a uma das princesas, que no caso seria a princesa Januária. Esses deputados, segundo Castro, eram o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos, D. Romualdo

4 O SETE D'ABRIL, Rio de Janeiro, 13 out. 1835, p. 2.

5 CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. 8a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 53-54 e 59.

Antônio de Seixas (Arcebispo da Bahia) e Miguel Calmon du Pin e Almeida. O apoio na Câmara dos Deputados ficava por conta do chamado *partido holandês*, formado pelo grupo que sustentou a candidatura do pernambucano Holanda Cavalcanti para a Regência. A decisão final de Feijó em assumir como Regente diminuiu o fervor dos *januaristas*.

Mesmo enfraquecida, a ideia de uma Regência sob a direção da princesa Januária perdurou por boa parte do ano de 1836. A Lei nº 91 de 30 de outubro de 1835 tratou de determinar a perda do direito à sucessão da Coroa do Império do Brasil por parte de D. Maria 2ª, filha de Pedro I e rainha de Portugal. Ao mesmo tempo mandou reconhecer como sucessora do trono a princesa Januária depois de seu irmão, Pedro II.<sup>6</sup> Para aumentar as desconfianças dos aliados de Feijó, no início de 1836, na Assembleia Provincial de Minas, Bernardo Pereira de Vasconcelos afirmou que a ideia da princesa Januária como Regente poderia ser sustentada constitucionalmente.<sup>7</sup> Foi tal o temor que logo no início dos trabalhos da Câmara começaram a chegar representações contra e a favor deste assunto. Na sessão do dia 6 de maio foram apresentadas representações vindas de Minas Gerais. Eram contrárias as da Assembleia Provincial e das Câmaras das vilas de Itabira de Mato Dentro e de S. João d'El-rei.

De acordo com os deputados provinciais mineiros, havia “temores, e fundamentadas suspeitas de se querer substituir a regência do ato adicional à constituição uma outra, cuja inconstitucionalidade se pretende atenuar, acobertando-se com o nome respeitável da

---

6 Lei nº 91 de 30 de outubro de 1835. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-91-30-outubro-1835-562732-publicacaooriginal-86834-pl.html>. Acessado em 19.08.14.

7 No discurso na Assembleia Provincial mineira em que atacava a representação a ser enviada à Câmara dos Deputados contra a pretensão de uma Regência sob a direção da Princesa Januária, Vasconcelos procurou mostrar sua viabilidade constitucional. O SETE D'ABRIL, Rio de Janeiro, 11 abr. 1836, p. 2.

sereníssima princesa, a senhora D. Januária”. Já a Câmara Municipal de Barbacena dizia não participar de iguais receios.<sup>8</sup> Pelo menos outras seis representações foram enviadas aos deputados entre os meses de maio e junho. A maioria era contrária à ideia. Uma delas foi da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada no arraial de Prados, termo da vila de São José, comarca de São João d’El-Rei. Já a da Câmara Municipal da vila de São José da comarca do Rio das Mortes “aplaudirá a substituição da atual regência pela da senhora Januária, se o corpo legislativo assim o julgar vantajoso ao Brasil”.<sup>9</sup>

Um dos deputados que se destacaram na luta pela regência de D. Januária foi o pernambucano Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, irmão de Holanda Cavalcanti e do então presidente da província, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Ainda em 1835 ele apresentou proposta para a antecipação da maioridade da princesa. Em 1836, foi ele quem tomou a iniciativa para que a princesa fosse logo reconhecida como herdeira do trono. Na sessão do dia 21 de maio apresentou o requerimento pedindo que fosse marcada a reunião conjunta da Câmara e do Senado momento em que D. Januária seria reconhecida Princesa Imperial.<sup>10</sup> No dia 4 de agosto a reunião conjunta foi realizada, tendo a princesa Januária, então com 14 anos, feito o juramento como herdeira presuntiva do trono. Embora a ideia da mudança da Regência não lograsse êxito, em Pernambuco o tema foi motivo para disputas na imprensa e serviu, à semelhança da corte, como elemento que diferenciaria regressistas de progressistas.

---

8 Annaes do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados – Terceiro Ano da Terceira Legislatura – Sessão de 1836. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filhos, 1887. p. 18.

9 Idem, p. 119.

10 Idem, p. 83.

A posse de Feijó não foi o fim dos problemas para ele e seus aliados. Pelo contrário, era o início de um período bastante conturbado e que levaria a sua renúncia em setembro de 1837. Pereira de Castro e João Manoel Pereira da Silva chamam a atenção para uma característica pessoal do novo Regente que lhe rendeu sérios problemas: o seu ressentimento, a incapacidade de esquecer e de perdoar. Para o primeiro, Feijó considerava-se um homem do “mato” e desenvolvia grande antipatia por uma civilização urbana insegura e falsa, cujos valores eram ditados por uma elite formada em Coimbra e contra quem ele combatia.<sup>11</sup> Já Pereira da Silva afirma que Feijó guardava muito bem as injúrias que recebera, os despeitos e as ofensas que precisou suportar.<sup>12</sup> O resultado foi a dificuldade em estabelecer laços políticos e se deixar rodear por pessoas que poderiam lhe conferir apoio. O maior exemplo disso foi a separação dele em relação a Bernardo Pereira de Vasconcelos, a quem Feijó nutria profunda aversão. Foi justamente Vasconcelos o responsável por aglutinar a oposição parlamentar que tantos problemas criaria para o novo Regente. Até mesmo de Evaristo da Veiga, o maior apoiador e o grande cérebro por trás da sua candidatura, Feijó se afastaria.

O contexto em que o padre de Itu retornava ao poder era bem diferente daquele que caracterizou a sua primeira passagem pelo poder, nos idos de 1831, quando ocupou o Ministério da Justiça da Regência Trina. Politicamente, ele estava muito mais enfraquecido. Divididos, uma parte dos moderados começava a flertar com antigos restauradores em torno de uma forte oposição forjada por Vasconcelos. Os posicionamentos de Feijó em relação às questões que envolviam a Igreja Católica (celibato clerical e nomeação de bispos) e o apoio à maneira descentralizadora com que as Assembleias

11 CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. p. 57.

12 SILVA, J. M. Pereira da. História do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II (1831-1840). 2a.ed. aumentada. Historical Collection from the British Library. Lexington: 2012. p. 171.

Provinciais vinham legislando, davam munição para que a oposição se armasse, acusando-o de heresia e de fomentar a fragmentação do Império. Ele herdou duas graves rebeliões: a do Pará, iniciada em janeiro de 1835, e a do Rio Grande do Sul, cujo início deu-se em setembro, menos de um mês antes da sua posse. A situação estava tão grave que o próprio Feijó não se surpreenderia com a desanexação de partes do território ao norte e ao sul do Império. A maneira como lidou com a Farroupilha do sul levou muitos a o acusarem de conivência com os rebeldes gaúchos.<sup>13</sup>

O resultado de todos estes fatores foi um governo em constante conflito com uma oposição que só se fortalecia, com frágil apoio parlamentar e sem muito espaço de manobra.

### Retorno e progresso chegam a Pernambuco

A posse de Feijó em outubro de 1835 coincidiu com um novo arranjo entre os partidos políticos pernambucanos. Iniciava-se um processo de surgimento de novos termos: aos poucos as velhas designações que até então dominavam o cenário político local (*moderados*, *exaltados* e *restauradores*) passaram a dividir o espaço com outras que caracterizaram a polaridade que começava a predominar na política nacional e local. Os políticos se dividirão entre regressistas e progressistas. Os moderados assumiram seu posicionamento ao lado do *progresso*, enquanto os Cavalcanti e os antigos restauradores ligados a Araújo Lima ficaram com o *regresso*. Os exaltados eram um caso à parte. Ideologicamente, avessos ao que os regressistas defendiam, uma ala combatia o regresso, mas não queria ser identificada com os moderados. Era o caso do padre João Barbosa Cordeiro. Outra também era combativa, mas não fazia restrições à aproximação com os chimangos. Exemplo disso foi João de Barros

---

13 CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. p. 66-68.

Falcão de Albuquerque Maranhão, que nas páginas do periódico *O Republicano Federativo* diziam estar os moderados já unidos “fraternamente com os republicanos legais, com o objetivo de aniquilar com a infame coluna do regresso”.<sup>14</sup> Por sua vez, os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios não comungaram com os regressistas, mas não romperam por completo com o governo de Francisco de Paula Cavalcanti.

Os termos *regresso* e *regressistas* começaram a circular em Pernambuco no final de 1835. Tudo teria começado logo após o retorno de Luiz Cavalcanti da corte, ao final dos trabalhos da Câmara dos Deputados, quando já não havia esperanças de que o seu irmão, Holanda Cavalcanti, assumisse a Regência. Tais termos difundiram-se ao lado da defesa da aclamação da princesa Januária como Regente. Em janeiro de 1836 *O Velho Pernambucano* denunciava que ideias de regresso espalhavam-se rapidamente e uma “demência” de reação apoderava-se dos espíritos.<sup>15</sup> Em março, outro periódico moderado reclamava da apatia dos brasileiros e, especialmente, dos pernambucanos, que viam silenciosamente o retorno dos homens da *Coluna do Trono e do Altar* e suas intenções de solapar a liberdade. As ideias deste movimento se difundiam de tal maneira que em outro artigo o mesmo periódico reclamava em suas páginas: “Não há, presentemente, quem não fale em regresso: prega-se com o maior descaramento possível, esse terrível passo retrógrado”.<sup>16</sup>

Foram os moderados os primeiros a tentarem caracterizar este movimento, a quem denominavam de *partido*. Na sua edição do dia 12 de dezembro de 1835, o jornal moderado *O Velho Pernambucano* classificou como um partido saudoso, do passado, e que foi retirado

---

14 O REPUBLICANO FEDERATIVO, Recife, 10 mar. 1836, p. 2.

15 CONSTITUIÇÃO E PEDRO 2º, Recife, 24 mar. 1836, p. 2. O VELHO PERNAMBUCANO, Recife, 18 jan. 1836, p. 2.

16 CONSTITUIÇÃO E PEDRO 2º, Recife, 10 mar. 1836, p. 2.

do poder com o 7 de abril de 1831, concentrando, assim, sua luta no retorno daqueles funcionários públicos que perderam os seus empregos. No final daquele mês, outro artigo criticava os que atribuíam ao governo moderado todos os males do país e apontavam como “tábua de salvação a necessidade de uma marcha retrógrada”. À medida que o ano de 1836 avançava os moderados ampliavam suas críticas e enriqueciam sua visão a respeito do regresso. Associaram-no inicialmente à oposição, à regência de Feijó e às instituições liberais criadas depois da abdicação de Pedro I.

Os regressistas imputavam a tais instituições a responsabilidade pelo desgoverno e pelos abusos individuais, além de expô-las ao desprezo público. Isso advinha do fato deles sempre terem repudiado a “revolução de Abril”, aborrecendo as autoridades constituídas e os “homens do progresso”, encarregados de dar continuidade à obra da regeneração. Tentavam incutir falsos medos, como o do aparente perigo que a religião católica enfrentava no Brasil. Usavam palavras vagas de Feijó para apontá-lo como defensor do casamento sacerdotal e colocar as populações fanáticas contra ele. Diziam ainda, os moderados, que os regressistas exerceram diferentes papéis durante as fases da revolução: de cortesãos venais e flexíveis durante a tirania passaram a zeladores da liberdade. Lutavam contra o governo porque dele não conseguiam os empregos almejados, dignidades e pensões. Ainda segundo os moderados, o regresso consistia em “todas as medidas produtivas de males, porque fazem retrogradar a Nação no caminho que a Natureza lhe traça para ser feliz”. Queriam a Constituição mas naquilo que conservasse a “mui Útil nobreza hereditária ou transmissível”. Regresso seria o sinônimo de despotismo, de retorno a uma condição de escravidão. Por trás do

seu discurso de reforma de leis administrativas estaria a luta por destruir a Constituição.<sup>17</sup>

Do lado dos liberais exaltados havia o jornal *O Anti-Regressista*, do padre João Barbosa Cordeiro. Acusado de ser vira-casaca por abandonar quem antes apoiava e se aproximar de quem combatia até bem pouco tempo, o padre Barbosa definia-se como um liberal do “justo meio”. Na luta entre regressistas e chimangos, ele se põe no meio, afirmando ser um defensor da Constituição.<sup>18</sup> Concentrava-se em combater a ideia defendida pelos regressistas de “no-breza transmissível”, afirmando que o Brasil não deveria retroagir dos seus princípios liberais. Barbosa Cordeiro dizia que a fidalguia brasileira era formada na sua maior parte por pessoas desprezíveis, ignorantes e pobres. Na verdade, não havia fidalgos no Brasil. Reconhecer-se como tal seria uma futilidade. A luta dos regressistas, de acordo com ele, era para implantar a fidalguia no Império. Advertia que, onde ela existe, a liberdade tornava-se impossível. O brasileiro deveria, isto sim, ser distinguido pelos seus talentos e virtudes, da forma como pregava a Constituição. Não dava crédito ao livro *Nobiliarquia Pernambucana*, preferindo tomar como verdadeiro ao *Lusidendo* em que eram apontadas traições de muitos ditos aristocratas pernambucanos.<sup>19</sup>

Os moderados também seguiam nesta linha de denunciar o elitismo dos regressistas. Para eles, a ânsia destes por reformas era fruto da raiva que sentiam por “se acharem nivelados com os demais Cidadãos, que eles afoitam a considerar inferiores a si”. Lopes

---

17 O VELHO PERNAMBUCANO, Recife, 12 dez. 1835, p. 2; 30 dez. 1835, p. 3; 18 jan. 1836, p. 2.; 22 fev. 1836, p. 1. Constituição e Pedro 2º, Recife, 10 mar. 1836, p. 1.

18 O ANTI-REGRESSISTA, Recife, 27 mar. 1836, p. 02. Nabuco de Araújo ironizou este posicionamento de Barbosa Cordeiro dizendo ser novidade, pois este padre sempre viveu nos partidos exaltados e extremos. O Aristarco, Recife, 09 abr. 1836, 1.

19 O ANTI-REGRESSISTA, Recife, 21 mar. 1836, p. 2.

Gama, por exemplo, desejava excluir do cargo de jurado grande parte dos cidadãos só porque “não se adquire nas tendas a ciência do Julgador”. Segundo ele, a renda anual para permitir alguém ser jurado deveria aumentar, pois o valor previsto em lei de 200 mil réis anuais até mendigos conseguiam acumular. E ainda o problema da ineficácia de muitos juízes de paz era o fato de não possuírem riqueza.<sup>20</sup>

Outro periódico exaltado era *O Republicano Federativo*, escrito pelo jovem estudante do curso jurídico de Olinda, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão. Liberal e republicano convicto, associava o Regresso com o retorno dos antigos *Colunas* e sua pregação absolutista. Tendo em suas fileiras os irmãos Cavalcanti, o “partido Regressivo” seria composto pelos aristocratas e lutava contra a liberdade, pretendendo abolir os direitos civis e políticos dos brasileiros garantidos pela Constituição.<sup>21</sup>

Chamados à arena da imprensa, os regressistas enfrentaram seus adversários e procuraram mostrar à opinião pública sua visão sobre a causa que defendiam. Os principais periódicos ligados a este grupo eram *O Aristarco* e o *Diário de Pernambuco*. O primeiro era escrito por Nabuco de Araújo, porta-voz dos Cavalcanti na imprensa local. Já no segundo, destacavam-se os artigos de José Bernardo Fernandes Gama que assinava como *Gm* e o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama.

A atuação de Nabuco iria torná-lo um dos alvos preferenciais dos ataques da imprensa moderada e exaltada. Uma das acusações imputadas a ele era a de ser volúvel na sua trajetória política. O Republicano Federativo dizia ter sido Nabuco republicano quando escreveu o *Echo de Olinda*, restaurador no *Velho de 17* e agora, com o seu *Aristarco*, era defensor do absolutismo em nome da princesa Januária.

---

20 CONSTITUIÇÃO E PEDRO 2º, Recife, 24 mar. 1836, p. 2; 28 mar. 1836, p. 2.

21 O REPUBLICANO FEDERATIVO, Recife, 10 mar. 1836, p. 1.

Para João de Barros Falcão, Nabuco estava nas vezes de ser tratado pela máquina de Marcos Mandinga, proposta por Cipriano Barata em fins da década de 1820, para tratar os corcundas e tirar a tortura do seu absolutismo.<sup>22</sup> Em sua defesa, Nabuco afirmava nunca ter se apresentado contra a monarquia. Desde que editou o periódico *O Velho de 17*, em 1833, já havia censurado por intempestiva e prematura a revolução de 1817. Também taxou de louca a “desordem” de 1824 e, pesando os serviços prestados por Pedro I com os erros que cometeu, mostrou que foi antinacional, perigosa e injusta a revolução de 7 de abril de 1831. Quanto à acusação de que o regresso se apegava à ideia da nobreza transmissível, afirmava que tal ideia era defendida por um ou outro escritor regressista, que se iludia com essa vantagem de alguns governos da Europa. Para ele, a nobreza hereditária seria impraticável no Brasil. Mas isso não significava que em seu pensamento não houvesse elitismo. Isso fica claro em seus ataques aos que se opunham ao regresso. Contra Filipe Lopes Neto e José Tavares, dois de seus maiores opositores entre os moderados, Nabuco os classificava como figuras que nada valem “porque além de ridículos não têm riqueza, nem saber, nem virtude”.<sup>23</sup>

Este elitismo também é identificado em Fernandes Gama, para quem o regresso era a representação dos insatisfeitos com os rumos tomados pelo processo revolucionário desencadeado a partir do 7 de abril de 1831. As promessas de felicidade geral para a Nação terminaram na implantação, de acordo com Gama, de um regime despótico. Identificava um desses grupos insatisfeitos como sendo o da “classe” dos cidadãos laboriosos, nascidos “na abundância” e entre a “classe média da Nação”. O cidadão desta classe cedeu “de bom grado” muitas das prerrogativas que gozava em favor “da classe que lhe

---

22 Idem, *ibidem*.

23 O ARISTARCO, Recife, 6 abr. 1836, p. 2; 09 abr. 1836, p. 1. A PONTE DA BOA VISTA, Recife, 21 abr. 1836, p. 2.

era inferior”, pensando que disso resultaria o bem da Nação. O resultado foi a decepção, pois naquele momento ele se via “sujeito ao mais infame despotismo, quiçá até de algum que já foi seu escravo, em cujas mãos a lava revolucionária depositou o poder”. Para Fernandes Gama, o regresso era sinônimo de abrigo, refúgio, acolhida, guarida e amparo, além de luta contra a anarquia e a ditadura.<sup>24</sup>

Por sua vez, o padre Lopes Gama procurou esclarecer a natureza do movimento chamado *regresso* a partir do entendimento do que o termo significava. Segundo ele, do ponto de vista do desenvolvimento político de um povo o *regresso* tem a conotação de “voltar o pé para trás, voltar sobre o passo dado, desandar”. O termo não era o melhor para batizar o movimento, pois não era retornar a um sistema antigo que os seus defensores queriam. “E haverá Brasileiro sensato, sincero amigo da sua Pátria, que deseje volver-nos ao antigo Regime, que suspire em fim pelo sempre hediondo, e detestável Absolutismo?” O que alguns preconizavam como sendo necessário para retornar atrás não deveria ser entendido como pôr abaixo a Constituição ou derrubar as liberdades e garantias. Quem isso defendesse poderia ser tachado de “louco furioso, ou por um inimigo público”, pois, ao invés de consertar os problemas que o Império enfrentava, traria ainda maiores desgraças à Nação.

Para Lopes Gama o regresso deveria ser entendido como um movimento que buscava, principalmente, a revisão de determinadas leis e instituições criadas pelas reformas liberais, como os juízes de paz, o júri e a Guarda Nacional. Além disso, os códigos de Processo e Criminal continham disposições inconvenientes para o Brasil. Era preciso, portanto, “monarquizar” ainda mais as instituições e as leis, adaptando o sistema político aos habitantes e às circunstâncias do país e não o contrário.<sup>25</sup> Lopes Gama não via como viável a im-

---

24 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 14 mar. 1836, p. 1.

25 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 17 mar. 1836, p. 2.

plementação de princípios republicanos e democráticos no Brasil, afinal o seu povo não estava preparado para um sistema político deste tipo. O melhor caminho era o da monarquia constitucional representativa.

Em outro artigo o padre Lopes Gama voltou a tratar da palavra *regresso*. Reafirmou neste texto que taxar de *regresso* a defesa de reformas em certas leis e instituições não era correto e nem político. Incorreto porque reformar não é voltar atrás, antes isso seria *progresso*. Não é político porque pode associar erroneamente aos que tentaram levar o Brasil novamente ao antigo regime absoluto. Na sua visão o nome *regresso* foi forjado pela luta política, o que levou muitos a erroneamente associarem esse movimento à tentativa de destruir garantias e liberdades públicas. O que todos aspiravam não era ao *regresso*, mas as reformas de certas leis e instituições “que a experiência nos tem mostrado, serem incompatíveis com as nossas circunstâncias, ou inexecutáveis, atentos os hábitos, e costumes de longos anos.” O alvo de suas críticas era, mais uma vez, os códigos Criminal e de Processo, o júri, a administração da justiça, o sistema policial, a Guarda Nacional e, principalmente, os juízes de paz.<sup>26</sup>

O contraponto ao *regresso* seria, por sua vez, o *progresso*. Foram os moderados que empunharam a sua bandeira. Eles se consideravam os continuadores da revolução iniciada com o 7 de abril de 1831. Enquanto os regressistas propunham um retorno ao passado, os progressistas defendiam a continuidade das reformas. Na sua visão, o progresso não era o “adiantamento inovador ou revolucionário, sem o aumento do bem estar, e da felicidade Nacional”. O que defendiam era o *progresso* “das reformas bem entendidas do que existe vicioso nas nossas instituições, a extinção dos abusos, a promoção das boas Leis, a sustentação e defesa das Autoridades”. Diziam sempre terem lutado pela ordem, preferindo o bem do Estado aos seus próprios

---

26 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 11 abr. 1836, p. 2.

interesses. O governo, que é *progressivo*, sustentava a todo custo as leis, a tranquilidade e a dignidade nacional.<sup>27</sup>

A crítica dos regressistas ao *progresso* se concentrava nos efeitos das reformas originadas com o 7 de abril. Segundo Fernandes Gama, o resultado do *progresso* foi a decepção de quem acreditou em suas propostas. Foram convencidos de que se veriam livres dos excessos praticados por generais, corregedores e capitães-mores, e agora estavam sofrendo “o mais intolerável dos despotismos, não praticado por aquelas pessoas, cujas circunstâncias unidas a uma educação não vulgaríssima faziam menos dolorosos alguns excessos; mas de centenas de déspotas arrancados [...] do nada pela [...] mão dos revolucionários”. Até o povo encontrava-se desiludido e sentindo-se traído, pois perdeu “o sagrado direito da segurança de suas pessoas”, faltando juízes que lhes fizesse justiça. Ele ainda acusava o progresso de ser sinônimo de anarquia e de ameaçar implantar a ditadura republicana no Brasil.<sup>28</sup>

Quanto ao padre Lopes Gama, seu questionamento ao progresso era no sentido de saber se os “utopistas” queriam democratizar ainda mais as instituições ou se planejavam eliminar da organização social brasileira o elemento monárquico. Para Lopes Gama, isso fatalmente levaria o país à conflagração geral e ao mesmo abismo em que se encontravam os seus conterrâneos da América do Sul. A liberdade que tanto os progressistas apregoavam não podia ser vista como o fim da sociedade, mas sim como o meio. O fim era a felicidade geral.<sup>29</sup>

Dessa forma, os novos progressistas e regressistas pernambucanos traziam para a província o embate que ocorria na capital do Império. É bom ressaltar a afinidade com que os Cavalcanti

---

27 O VELHO PERNAMBUCANO, Recife, 22 fev. 1836, p. 1.

28 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 2 jan. 1836, p. 2; 14 mar. 1836, p. 1.

29 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 mar. 1836, p. 2.

trabalharam com o grupo de Bernardo Pereira de Vasconcelos na corte. A proximidade entre os dois grupos pode ser identificada através da colaboração entre os seus porta-vozes da imprensa local e no Rio de Janeiro. De janeiro a maio de 1836, o *Sete de d'Abril* de Vasconcelos publicou quarenta edições. Em dezenove delas foram estampadas em suas páginas artigos da imprensa pernambucana. Eram do *Diário de Pernambuco*, da *Quotidiana Fidedigna* e do *Aristarco*. Tais artigos foram escritos na sua maioria por José Bernardo Fernandes Gama, Miguel do Sacramento Lopes Gama e Nabuco de Araújo, versando seus conteúdos sobre críticas às reformas liberais, defesa do regresso e da Regência da princesa Januária. A imprensa moderada percebeu essa afinidade. Em um artigo escrito no Rio de Janeiro e reproduzido em Pernambuco, muito provavelmente da *Aurora Fluminense*, afirmava-se que havia uma articulação entre elementos da capital que procuravam desacreditar o Regente Feijó com correspondentes em Pernambuco. Os artigos do *Sete* e cartas particulares serviam para basear matérias no *Diário de Pernambuco*. Reproduzidas estas matérias na corte, imaginava-se que elas eram a opinião da província. As calúnias da corte eram repetidas por correspondentes do *Diário*, repetindo-se a mesma estratégia usada para atacar Pedro de Araújo Lima durante a eleição para regente.<sup>30</sup>

---

30 CONSTITUIÇÃO E PEDRO 2º, Recife, 31 mar. 1836, p. 2.



## CAPITULO VI

# Presidentes de província, administração e a cultura política no Segundo Reinado: algumas notas

Em 1850, o Império do Brasil possuía uma população pequena, se comparada aos grandes Estados africanos, asiáticos e europeus, e dispersa pelas 18 províncias então existentes. Esse era um Estado de dimensões continentais, que dispunha de poucos dados oficiais sobre os seus cidadãos, suas atividades econômicas e propriedades; todavia, as informações disponíveis embasavam a convicção da Coroa na necessidade de se povoar os sertões do Império e ampliar o raio de alcance das suas instituições. A onda de revoltas do Período Regencial aproximou as elites provinciais do Governo Imperial, em um processo de centralização negociada que duraria até o final do regime. A historiografia se debruçou principalmente sobre os projetos e debates políticos dos principais presidentes, mas pouco se investigou sobre o cotidiano da administração provincial e os rumos que estas práticas conferiam às políticas de Estado. Neste capítulo apresentamos alguns resultados de nossas pesquisas sobre as administrações provinciais, a partir de dados sobre a Paraíba e o Pará, além das proposições de Francisco Adolfo Varnhagen para essas gestões.

## A administração do Império

A nossa discussão sobre a administração do Império do Brasil no Segundo Reinado parte da análise da burocracia, a “vocação de todos”, na concepção de Joaquim Nabuco. Nesse período, com a economia assentada na agropecuária, eram poucas as opções de empregos para os profissionais liberais, e mesmo às pessoas com menor grau de instrução, na iniciativa privada. José Murilo de Carvalho mostrou que a “burocracia imperial eram várias”<sup>1</sup>. A base da estrutura administrativa do Império estava no Governo Central, que detinha cerca de 69% dos cargos em 1877. As posições mais cobiçadas eram aquelas dos ministérios e suas repartições, o coração do poder<sup>2</sup>. A Câmara Geral, com 108 deputados, e o Senado, com 50 cadeiras na legislatura de 1853-1856, eram o foco de boa parte dos burocratas, mas esses mandatos contavam com poucos cargos de assessoria. Suas cadeiras eram proporcionais ao número de habitantes das províncias: Minas Gerais, com uma população superior a dois milhões de almas, contava com 20 deputados e 10 senadores<sup>3</sup>. O Governo Central ainda dispunha dos cargos nas duas faculdades de Direito, nas aduanas, entre outras repartições. Ele contava ainda com mais de 2 mil clérigos que, nesse período, faziam parte da burocracia do Império. As paróquias desempenharam uma importante função administrativa ao Estado, ao registrar as certidões de batismo e de casamento, os quais eram utilizados como documentos públicos. As divisões das freguesias foram adotadas para o

---

1 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. p. 46.

2 CARVALHO, op. cit. p. 158.

3 JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 3ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Departamento de Documentação e Divulgação, (1889/1979).

mapeamento das propriedades, por ocasião da aplicação da Lei de Terras de 1850. Ainda assim, o maior número de cargos estava no Exército.

O Exército, ao longo do Segundo Reinado, contava com um efetivo que alcançou em torno de 16 mil soldados em 1851; 18 mil em 1863; 20 mil em 1869; 17 mil em 1875; 14.300 em 1883 (mesmo contingente presente em 1889)<sup>4</sup>. No ano de 1877, a burocracia imperial estava assim dividida: os militares somavam 27.134 integrantes<sup>5</sup>; o Judiciário, 1.377 funcionários; o setor eclesiástico, 2.426 clérigos, e ainda outros 23.435 possuíam funções diversas<sup>6</sup>. No total tínhamos 54.372 funcionários, o que correspondia a 0,55% da população recenseada em 1872 (9.930.478 pessoas). Esse número de empregados do Governo Imperial (67,27% do total), somado aos outros 24.381 funcionários dos governos provinciais (24,79%) e das câmaras municipais (5,94%), ainda assim não chegava nem a 1% da população do período<sup>7</sup>. Um percentual baixíssimo, que por si só contraria a tese de uma “herança maldita” do Governo português: uma burocracia pesada e parasitária. Esse funcionalismo não permitia ao Estado o alcance desejado dos seus diferentes órgãos à todas as freguesias e à totalidade dos seus habitantes, espalhados pelos mais diversos rincões do Império.

O debate em torno da administração imperial, especialmente sobre espaços de autonomia local e da centralização política no

---

4 COSTA, Vilma Peres. A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. Campinas/ São Paulo: Ed. UNICAMP/ Hucitec, 1996. p. 290.

5 Os números totais apresentados por José Murilo de Carvalho diferem daqueles citados por Vilma Peres Costa, embora o próprio Carvalho discorde do dado colhido do relatório de Manoel Francisco Correia em seu “Relatório e trabalhos estatísticos” (27.134 soldados), ele adota esse número na avaliação global da burocracia. Ver: CARVALHO, op. cit. p. 150. COSTA, op. cit. p. 290.

6 CARVALHO, op. cit. p. 150.

7 CARVALHO, op. cit. p. 157.

Segundo Reinado, recebeu um bom número de trabalhos. As pesquisas ampliaram as chaves de compreensão das relações estabelecidas entre as “elites locais” e os gabinetes ministeriais. A obra de José Murilo de Carvalho pode ser considerada um divisor de águas nas investigações sobre a política e a administração no Brasil durante o Período Imperial. A “Construção da ordem/Teatro de sombras” permitiu o deslocamento da análise da política centrada na figura do imperador para o plano das elites políticas. José Murilo de Carvalho desenvolveu um estudo profundo dos agentes do poder a partir de uma ampla prosopografia. Ele também mostrou que o monarca teria a função de equilibrar as clivagens políticas através da alternância de partidos nos gabinetes ministeriais. Carvalho, porém, analisou o grupo político estabelecido no poder enquanto uma elite burocrática ideologicamente homogênea e divorciada da camada de proprietários rurais<sup>8</sup>.

As pesquisas sobre o Estado Imperial foram renovadas com a obra de Ilmar Rohloff de Mattos, que introduziu o debate sobre a classe social do marxismo inglês, e os conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci em torno do Estado e da política nessa discussão. Mattos defendeu a distinção programática dos partidos Conservador e Liberal e a hegemonia ideológica do primeiro sobre o último<sup>9</sup>. Para ele, os burocratas não eram alheios às suas origens e, quando não ascendiam de proprietários, eles procuravam integrar-se às famílias dos fazendeiros, a fim de conquistarem novos espaços econômicos e políticos. Segundo Ilmar Mattos, a classe de proprietários rurais teve uma “...íntima relação entre a construção do Estado Imperial e a constituição da classe senhorial”<sup>10</sup>. Nessa obra, os conser-

---

8 CARVALHO, op. cit.

9 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, (1987/2004).

10 MATTOS, op. cit. p. 88.

vadores fluminenses ganham papel de destaque sobre as lideranças políticas das “províncias periféricas”, e o autor não chega a discutir o papel das suas elites na administração do Império.

O papel do clientelismo na relação entre o Governo Central e as elites locais recebeu destaque na obra de Richard Graham sobre a política no Brasil Imperial. As “ligações ansiosas” conectavam a paróquia mais distante até a Corte<sup>11</sup>. Os partidos políticos eram facções nas quais as famílias disputavam espaços, algo que estava acima de um programa ou de uma ideologia. Richard Graham analisa, com grande riqueza empírica, a relação estabelecida entre o governo geral e as elites locais, mas o seu estudo se concentra nas províncias do Sudeste e da Bahia.

A análise das relações do Governo Imperial com as elites locais também recebeu as atenções das pesquisas de Maria Fernanda Martins, que analisou o Conselho de Estado, defendeu a tese de que os seus membros possuíam ligações familiares com os integrantes das camadas dominantes de outras províncias, e essas relações permitiram a construção de *redes interprovinciais*, o que contribuiu para a integração dessas elites ao poder central<sup>12</sup>. Martins mostrou que o Conselho de Estado atuou como um intermediário nas negociações entre o poder central e os interesses dos chefes locais. Para a autora, o processo de centralização política entre as décadas de 1840 e 1860 foi resultado de uma articulação dos diversos segmentos da elite, muitas delas construídas a partir das suas conexões familiares. Maria Fernanda Martins mapeou as redes de relações interprovinciais em várias províncias, especialmente as do Rio de Janeiro, Minas

---

11 GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

12 MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

Gerais e Bahia, mostrando a origem dos conselheiros e a sua relação com o Conselho de Estado.

A complexa dinâmica das administrações provinciais ao longo do Período Imperial foi investigada por Maria de Fátima Gouvêa, que revelou a importância da dimensão regional na política brasileira oitocentista. Sua obra aborda a relação entre a política imperial e a esfera local<sup>13</sup>. Gouveia analisa a província a partir de suas instituições, destacando o papel da Assembleia, um privilegiado espaço de negociação das elites locais. A riqueza do trabalho de Gouveia reside principalmente no seu exame detalhado do funcionamento dos órgãos burocráticos das províncias e o papel dos seus funcionários. Esse trabalho abre perspectivas para investigações das relações políticas estabelecidas pelos gabinetes imperiais com as elites locais a partir da administração pública.

O peso das elites provinciais no jogo político do Império recebeu destaque na obra de Miriam Dolhnikoff (2005), que defendeu que a centralização política ocorrida no Segundo Reinado não teria neutralizado os chefes políticos locais, mas sim acomodado essas lideranças com autonomia para administrarem as suas províncias e, ao mesmo tempo, garantirem sua participação no Governo Central por meio da Câmara dos Deputados<sup>14</sup>. O federalismo no Brasil teria se adequado à realidade política do período através do abandono da república e da democracia. Dolhnikoff mostra o peso dos interesses das elites locais, ao analisar as províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e também o espaço de autonomia desses governos através dos “presidentes da terra”. Embora não partilhemos de sua tese sobre o federalismo, Dolhnikoff abre espaço para

---

13 GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

14 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

analisarmos a atuação dos presidentes de província enquanto elementos basilares da administração do Império.

### O cotidiano das administrações provinciais

As pesquisas nas documentações provinciais da Paraíba e do Pará<sup>15</sup> mostram a preocupação central dos presidentes em torno da “tranquilidade pública”, especialmente em vista de ameaças de motins e revoltas.

Em 1822, o Brasil tinha uma população entre 4,5 e 4,8 milhões de pessoas, e cerca de um terço seria escrava. Em 1854, a população escrava teria chegado a cerca de 1,85 milhão, respondendo por volta de 25% do total de indivíduos, e um quarto desse total de cativos estava fixado em Minas Gerais<sup>16</sup>. O censo de 1872 revelou 9.930.478 habitantes, com a população escrava na casa de 1,5 milhão. Em 1886/87, às vésperas da abolição da escravidão, ainda existiam pouco mais de 700 mil escravos. Em 1872, dados censitários mostraram que o Nordeste contava com 46,6% dos moradores do Império<sup>17</sup>. Logo, a região que contava com as províncias mais povoadas, e entre elas a Paraíba, cuja população escrava estava em franca diminuição

---

15 O nosso projeto “Os presidentes de província nos quadros da negociação Conservadora (1850-1855)” propõe analisar cinco províncias: Pará, Paraíba, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a partir do expediente das suas presidências. Neste texto utilizaremos os dados das pesquisas do Pará e da Paraíba.

16 FARIA, Sheila Castro. Censo de 1872. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 131-133. Segundo a autora, a população em 1856 estava estimada em 7.677.000 habitantes.

17 Marcelo de Paiva Abreu & Luiz Aranha Correa do Lago. A economia brasileira no Império 1822-1889. Texto para discussão no. 584, Departamento de Economia, PUC-Rio, novembro de 2010.

em função do tráfico interprovincial<sup>18</sup>, era também aquela “menos interessada” em defender a escravidão.

Em 1872, o número percentual de escravos não chegava a 16% do total dos habitantes do Império, isto em um contexto em que a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, freou o alargamento e manutenção da escravidão via importação de escravos, e também quando a Lei do Ventre Livre, de 1871, gerava seus primeiros impactos no crescimento vegetativo da população cativa. Esse índice também mostrou a expansão do grupo de trabalhadores aqui chamados de *livres e pobres*. As províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo apresentaram um alto percentual de escravos em relação ao quadro geral da sua população. Mas o mesmo índice não esteve presente nas províncias do Nordeste, onde esse percentual foi menor do que a média do Império. O Brasil era um país de mão de obra livre na década de 1850, mas as relações de trabalhos eram ditadas por um sistema assentado na escravidão. A manutenção da ordem era o principal objetivo dos governos provinciais, pois a qualquer momento poderia surgir uma rebelião de grandes proporções, sendo essa uma preocupação várias vezes expressa nas correspondências dos presidentes.

A experiência de centralização política que predominou durante o final da década de 1840 e primeira metade da década de 1850 marcou a vida política e social da Província da Paraíba<sup>19</sup>. O conflito de maior impacto nesse período que foi observado na Paraíba ficou conhecido como Ronco das Abelhas, ao que Sidney Chalhoub chamou

---

18 SILVA, Lucian Souza da. Litígios pela liberdade: experiências e resistências de pessoas escravizadas e suas ações de liberdade, Paraíba (1870-1888). Revista Escrita da História, v. 4, p. 92-125, 2017.

19 CABRAL, Alysson Duarte. Recrutamento militar em tempo de litígio: clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Dissertação (Mestrado em História)- PPGH/UFPE, Recife, 2018.

de “O Grande Medo de 1852”<sup>20</sup>. A sequência de atos turbulentos em diversas províncias do Império, provocados pela aprovação do decreto que obrigava o registro de nascimentos e óbitos, em janeiro de 1852, mostrou uma população que se uniu em resistência a algo, que a experiência compartilhada entre eles assimilou como receio de “cativeiro dos homens de cor”<sup>21</sup>. As atenções dos presidentes de província para a situação da “tranquilidade pública e segurança de propriedade”, ao longo da década de 1850, partiam dos impactos do Ronco das Abelhas<sup>22</sup>.

As correspondências dos presidentes de província da Paraíba também permitem abordar a economia do período para “além da plantation”. A região do Brejo possuía um lugar de destaque nos quadros da Paraíba, no século XIX. Essa localidade era o centro de uma produção voltada ao mercado interno, e as suas casas de comércio intermediavam os negócios entre o porto de Mamanguape e as regiões do Sertão e Cariri. As pesquisas nos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento permitiram analisar a dinâmica da atividade produtiva na vila de Bananeiras, na qual as propriedades permaneciam *pro indivisas*, em meados do século XIX. O sistema no qual vários núcleos da mesma família ocupavam uma única unidade produtiva foi produto da forma de exploração da terra. De fato, os lucros obtidos com a cachaça e a rapadura não possibilitavam a concentração da propriedade da terra nas mãos de apenas um herdeiro de um núcleo extenso. Isso fazia com que as

---

20 CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

21 ESPÍNOLA, André Felipe. A fina flor da Paraíba imperial: as relações entre a elite política e econômica da Província da Paraíba entre 1848 a 1855. In: Anais do XVII Encontro Estadual de História ANPUH-PB, 2016, Guarabira-PB, p. 409-418.

22 DINIZ, Leandro Neves. “Vadios, desprovidos e insolentes?": A dinâmica socioeconômica das famílias livres e pobres no Cariri paraibano (1850-1880). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPE, Recife, 2018.

famílias permanecessem unidas após a divisão de um engenho entre os sucessores. De um lado, os proprietários das parcelas dos terrenos dos engenhos, ou dos sítios que compunham essas propriedades, não tinham condições de instalar novos engenhos; por outro, os herdeiros geralmente não tinham capital para assumir sozinhos os engenhos, pois seria necessário um grande volume de recursos para a aquisição da cana dos seus familiares para a produção do açúcar. Essa foi a razão principal para a “indivisibilidade” de boa parte dos engenhos estudados<sup>23</sup>.

Na Freguesia de Bananeiras, assim como na Freguesia de Independência, Patos e Cabaceiras, percebeu-se uma estrutura fundiária bastante fracionada, composta por pequenas e médias propriedades. Os registros apresentaram a dimensão da propriedade a partir do seu “valor judicial”, e não em braças quadradas, como nas demais freguesias do litoral do Nordeste e do Centro-Sul. Além disso, temos poucos documentos apontando o valor das propriedades, mas os valores apresentados mostram que o preço da terra no Brejo se aproximava dos montantes alcançados na Zona da Mata<sup>24</sup>.

Em torno da presidência da província giravam as articulações clientelistas, especialmente no que diz respeito às obras, um tema ainda pouco explorado. Entre 1848 e 1855, destacaram-se quatro tipos de construções na Província da Paraíba: pontes, cadeias públicas, açudes e estradas. Foram implementadas 56 obras durante esse

---

23 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Fronteiras e migrações no II Reinado: algumas considerações sobre as províncias de São Pedro, Pernambuco e Mato Grosso. In: João Paulo Rodrigues; Vitale Joannoni Neto. (Org.). Os 40 anos de Faire de Histoire e a historiografia brasileira. Cuiabá: EDUFMT, 2016. p. 103-124.

24 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Além da plantation: estrutura fundiária e a produção de alimentos em Pernambuco e na Paraíba. In: Antônio Fernando de Araújo Sá, Bruno Gonçalves Alvaro. (Org.). Cultura, memória e poder: história e historiografia. 01ed. Recife: Editora da UFPE, 2016. p. 114-130.

período<sup>25</sup>. Chama a atenção o caso do presidente de província João Bandeira de Melo, que em 1854 mandou um aviso para as câmaras de vereadores, dizendo que a empresa portuguesa Garcia & Cia. estava interessada em vender sal na Paraíba, e oferecia a comissão de 10% para quem comercializasse o dito produto para a mesma empresa<sup>26</sup>. Mais do que um cargo político, a presidência de província oferecia canais de representações comerciais, o que era visto com bons olhos pelos gabinetes, na medida em que se aproveitava, em tese, dos benefícios do cargo, e não dos cofres públicos.

No caso do Pará, a questão do povoamento era central no cotidiano da administração provincial. Na segunda metade do século XIX, o Brasil contava com amplas fronteiras internas “abertas” à colonização. As províncias setentrionais, ou o “Novo Norte”<sup>27</sup>, eram aquelas que atingiam a menor densidade demográfica do Império e que igualmente tinham a sua maior fronteira interna. Em 1872, o Pará contava com uma população de 275 mil habitantes, e a jovem Província do Amazonas compreendia apenas 57 mil almas! Em 1853, a Província do Pará possuía 05 comarcas judiciais, 25 municípios, 03 cidades, 61 freguesias, 12 delegacias e 04 comandos superiores da Guarda Nacional. Esses dados mostram uma estrutura burocrática pequena para a época, diante das imensidões geográficas dessa região. O “mundo amazônico” possui uma trajetória política e econômica à parte na história do Brasil Império. A floresta, o clima, e principalmente as distâncias até os principais centros comerciais do

---

25 MELO, José Hélio de Oliveira. Relações de poder na Paraíba oitocentista: as obras públicas e o clientelismo político na década de 1850. Monografia de conclusão do curso de História. Guarabira: UEPB, 2017.

26 Correspondência do presidente de província João Bandeira de Melo, s/nº, de 28 de agosto de 1854. Arquivo Histórico Waldemar Duarte/PB.

27 Termo adotado por: NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. Cultivar, povoar, civilizar: os limites e as possibilidades do uso da terra na Província do Amazonas Segundo Tenreiro Aranha, 1852. Revista Tempos Históricos, v. 23, p. 23 - 45, 2019.

Império dificultavam o desenvolvimento das duas províncias. Além, é claro, da ausência de uma política enérgica de colonização para essa região.

A baixíssima densidade demográfica do Pará e do Amazonas acarretou graves problemas para a situação geopolítica do Império.

Sabe-se que, na década de 1850, por sugestão de Matthew Maury (chefe do Observatório Naval americano), o Governo dos Estados Unidos interessou-se em expandir a produção de algodão por meio da mão de obra escrava, na região da Amazônia brasileira, além da livre navegação no rio Amazonas<sup>28</sup>. O problema das fronteiras na Amazônia foi contornado com a expansão e modernização da frota da Marinha pelo Império, além da intervenção diplomática<sup>29</sup>. Mas o caso dessas províncias despovoadas (para os padrões demográficos brasileiros do período) agravava a situação, e apenas uma marinha forte não resolveria o problema nas décadas seguintes.

O Pará teve uma trajetória marcada pela tensão política, no período de 1835 a 1840. A Cabanagem provocou a morte de aproximadamente 30 mil pessoas, 20% da população provincial no período. Essa Província ainda apresentou várias disputas armadas, cujo contexto preocupou o Governo Imperial, na medida em que elas ameaçavam o seu controle sobre os municípios interioranos<sup>30</sup>. Tais insurreições não eram apenas um reflexo das sublevações ocorridas nas demais províncias. A Cabanagem foi a revolta de maior impacto político e social enfrentada pela Coroa, e mostrou a força

---

28 HORNE, Gerald. O sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

29 CARVALHO, José Murilo. Dom Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

30 RICCI, Magda. Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó - 1784-1843. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2005.

das milícias locais no Pará e o seu poder de mobilização frente aos batalhões do Império.

A extensão da Guarda Nacional do Pará também revelou o peso político desta elite. A historiografia, de maneira geral, consolidou a imagem de que os corpos desta milícia no Rio Grande do Sul teriam sido o “baluarte” do Império, mas nas províncias do Norte, esses batalhões também foram extensos e fundamentais à manutenção da ordem interna e externa. Além disto, os seus postos geralmente expressavam a capacidade de arregimentação de combatentes para possíveis conflitos. O núcleo da Guarda Nacional do Pará mostrou a importância da sua milícia na preservação da ordem interna na “Região Norte”. De fato, esse era um grupo que exigia uma atenção especial da Coroa: a pressão das suas lideranças exigiu uma negociação permanente da Coroa com as elites locais do Pará.

A pesquisa sobre a presidência da Província do Pará permitiu a análise de alguns pontos em torno do Federalismo e participação das elites locais nos Executivos provinciais. A principal base dessa corrente historiográfica é o trabalho da professora Miriam Dolnikoff, que vem discutindo o Federalismo no Segundo Reinado, a partir do espaço que as elites provinciais tiveram à frente da presidência da província. No entanto, nossas pesquisas sobre o Pará reforçam a hipótese que já havíamos formado quando estudamos a Paraíba: na maior parte do espaço temporal estudado (1850-1855), os presidentes eram de fora da província, indicados pelos gabinetes ministeriais, e eram eles que direcionavam a administração do Executivo provincial. Nesse período, no Pará, os presidentes “de fora” ocuparam a presidência durante 48 meses; ou seja, 66% desse interím, enquanto que aqueles ditos “nativos” ocuparam o órgão por apenas 24 meses, ou 33% dessa era. Nessa época, os presidentes “de fora” foram: Jerônimo Francisco Coelho - catarinense que ocupou a presidência entre 7 de maio de 1848 e 31 de maio de 1850;

Fausto Augusto de Aguiar - político fluminense que esteve à frente da presidência entre 12 de agosto de 1850 e 19 de agosto de 1852; e Sebastião do Rego Barros - líder pernambucano que governou a província entre 15 de outubro de 1853 e 14 de maio de 1855. Enquanto três presidentes enviados pela Coroa administraram a província por 48 meses, cinco políticos paraenses a governaram por 24 meses, e foram eles: João Maria de Moraes - entre 31 de maio e primeiro de agosto de 1850; Ângelo Custodio Correia - no intervalo de primeiro a 12 de agosto de 1850; José Joaquim da Cunha - entre 19 de agosto de 1852 e quinze de outubro de 1853; João Maria de Moraes, novamente, no interstício de 14 de maio a 31 de julho de 1855; e Miguel Antônio Pinto Guimarães - no interregno de 31 de julho de 1855 a 29 de maio de 1856.

Embora o número de presidentes locais fosse expressivo, é preciso levar em conta que os presidentes que permaneceram por maior espaço de tempo à frente da presidência provincial eram políticos de outras regiões, enviados pelos gabinetes ministeriais, e eram também eles que implementavam as suas mudanças mais profundas, por meio da aplicação em plano local dos projetos da Coroa, especialmente por meio de trocas e remoções de burocratas nos cargos, a velha “dança das cadeiras”.

Essa dinâmica pôde ser observada em outras províncias. Nesse mesmo período, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve na presidência, durante 55 meses (76% do período), políticos de outras regiões, e em apenas 17 meses (24%), contou com lideranças radicadas na província à frente do Executivo sul-rio-grandense. Enquanto isso, na Paraíba, a presidência esteve ocupada durante 49 meses (68% do período) com “políticos de fora”, e em 23 meses (32%) com políticos radicados na própria Paraíba. Segundo José Murilo de Carvalho, em 1880 o Governo Geral detinha 83%

dos recursos<sup>31</sup>, quadro que não se alterou muito na década de 1850. Assim sendo, as assembleias provinciais, embora com relativa autonomia, não dispunham de recursos suficientes para uma efetiva “autossuficiência” em relação ao Governo imperial, inclusive no tocante ao quadro de funcionários.

Os presidentes de “fora”, vistos em alguns trabalhos como uma intervenção dos gabinetes nas províncias, foram utilizados especialmente em momentos de instabilidades, como foram os casos das guerras platinas e das ameaças externas no Pará. Já os presidentes “nativos” foram mais comuns em momentos de estabilidade institucional e nos casos de acordos com as forças militares e milicianas de fronteira, exemplo do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, onde os presidentes não impediram as apropriações irregulares de terras dos chefes milicianos e militares, imprescindíveis para a afirmação de fronteira da Coroa<sup>32</sup>. Em outros casos, a influência das elites políticas e da extensão das bancadas levou a um rodízio mais intenso de presidentes provinciais “nativos”, como na Bahia e em Minas Gerais. Mas ainda nessas últimas, o peso das negociações com a Coroa tendia a acirrar as disputas de facções e o clientelismo em torno do Poder Moderador, visto como um equalizador das cliques políticos. A rotatividade dos presidentes, inclusive entre as diferentes frações no interior de um mesmo partido, é a chave para o entendimento das relações entre as redes de relações sociais dos chefes políticos das províncias com a Coroa.

Os braços do centralismo não chegavam da mesma forma aos pontos mais distantes do território pois, de acordo com José Murilo de Carvalho, “A burocracia do Estado era macrocefálica: tinha a cabeça grande mas braços muito curtos. Agigantava-se na Corte

31 CARVALHO, op. cit. p. 266.

32 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Recife: Editora da UFPE, 2019.

mas não alcançava as municipalidades e mal atingia as províncias. Todos viam a cabeça luzindo no alto e não atentavam para a atrofia dos braços”<sup>33</sup>. Claro estava que a administração precisava passar por reformulações, para que as estruturas do Estado chegassem aos diferentes e mais distantes rincões do Império.

### O projeto de Varnhagen para a administração

Em 1849, Francisco Adolfo Varnhagen lançou o *Memorial Orgânico*<sup>34</sup>. O opúsculo de 51 páginas continha seis propostas de reestruturação para o Império do Brasil: a definição dos limites com os países platinos; a transferência da capital para o interior, na Província de Goiás ou Minas Gerais; o estabelecimento de uma rede de comunicações rodoferroviárias, integrando as diferentes províncias; a redivisão territorial do país; a defesa do território; e a consolidação do povoamento através da colonização indígena e europeia<sup>35</sup>.

O *Memorial Orgânico* foi redigido provavelmente entre 1846 e 1849<sup>36</sup>, enquanto as leis que viriam dar forma à centralização – a Lei de Terras e a Lei de Organização da Guarda Nacional - já estavam tramitando e sendo discutidas na Câmara e no Senado. Em 1850,

---

33 CARVALHO, op. cit. p. 418.

34 VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX) / Francisco Adolfo de Varnhagen; com ensaios introdutórios de Arno Wehlin*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016 [1849].

35 WEHLING, ARNO. *Francisco Adolfo de Varnhagen. Memorial Orgânico (Uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 62.

36 A produção de Francisco Adolfo Varnhagen foi muito intensa no período: ele publicou *Epícos brasileiros*, em 1845; *Amador Bueno*, em 1847; no *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* lançou, em 1848, em *O Caramuru perante a história* (tomo X, p. 129-152, 2º sem); *Trovas e cantares de um códice do XIV século*, em 1849. Ao mesmo tempo em que produzia obras de cunho literário, Varnhagen colhia os seus apontamentos sobre a administração do Império.

uma terceira lei viria consolidar o projeto Saquarema: a Lei Eusébio de Queirós. Francisco Adolfo Varnhagen, ao formular o *Memorial Orgânico*, apontou propostas relacionadas à essas três leis, especialmente à questão da escravidão e das terras públicas, ao propor um sistema de enfiteuse<sup>37</sup>.

A matéria central das proposições de Francisco Adolpho Varnhagen no *Memorial Orgânico* era o fortalecimento do Estado Imperial e a sua consolidação enquanto potência econômica e política da América do Sul. Os meios propostos para essa empreitada se baseavam no avanço da colonização e consolidação das fronteiras. Sobre o último tema, Varnhagen sugeriu que o Governo Imperial sondasse a situação do Uruguai e, no caso da retirada do apoio inglês, optasse por reanexar a Província Oriental via ocupação militar<sup>38</sup>. O primeiro grande passo seria a transferência da capital para o centro geográfico do Império, no sentido de dar um novo impulso para a ocupação do interior do país, através do deslocamento populacional para os “sertões”. A concentração populacional no litoral impedia um povoamento mais uniforme e sistemático do território, e a transferência da capital para a Província de Goiás ou de Minas Gerais, associada à instalação de uma estrada de ferro na região, transformaria a produção de riquezas do centro do Império. A consolidação econômica deveria passar pelas transformações nas relações de trabalho, de modo a proibir o tráfico internacional de escravos e a desarticulação gradual da escravidão, de forma a afastar o fantasma do Haiti, e não se correr o risco de ter o Brasil “convertido numa catíngenta Guiné”<sup>39</sup>. Além disso, a retomada do uso das “bandeiras” visando à criação de um sistema semelhante às *encomiendas espanholas* poderia suprir

37 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Projeto de uma lei adicional a das terras públicas, com a imposição do censo por maior, e favores aos que promovam a colonização agrícola. Madrid: Imprensa Da Viúva de Domínguez, 1856. IHGB.

38 VARNHAGEN, 2016, op. cit. p. 123.

39 VARNHAGEN, 2016, op. cit. p. 120.

grande parte da demanda crescente por mão de obra nas lavouras. Uma nova divisão administrativa completaria esse projeto, de modo a diminuir os desequilíbrios regionais e a garantir um maior controle nas fronteiras do Império.

Varnhagen defendia modificações no sistema de províncias, com a criação de nove novas províncias (departamentos), um principado, e a supressão de sete províncias “menores”. Varnhagen citou um discurso do senador Francisco de Paula Sousa e Melo, do Partido Liberal, que defendia uma “reforma radical”, a exemplo da reforma portuguesa, de 1837<sup>40</sup>. Em Portugal, foi aprovado em 31 de dezembro de 1836 o Código Administrativo, que dividiu administrativamente o país (no território europeu) em distritos, concelhos e freguesias. Vários concelhos “pobres” (mais da metade) foram fechados com a criação de circunscrições maiores, de modo a viabilizar a sua gestão financeira<sup>41</sup>. Para José Adolfo Varnhagen, as províncias de Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará possuíam populações exíguas e rendas baixas para a manutenção dos seus governos provinciais, além de dificultarem, com seus impostos, a circulação de mercadorias entre os sertões mais distantes. Dessa forma, Varnhagen defendeu a transformação das 18 províncias em 19 departamentos. Ele propôs a criação de um departamento militar nas regiões da Fronteira e Missões da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; esta receberia o território da Província de Santa Catarina, que deveria ser extinta. Ele sugeriu a criação do departamento de Curitiba (Paraná), ao mesmo tempo em que indicava a preservação das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro (Fluminense) e Minas Gerais. A Província da Bahia perderia a Comarca do São Francisco, que formaria um departamento junto

---

40 VARNHAGEN, 2016, op. cit. p. 56.

41 SILVA, Henrique Dias da. Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX. *Jurismat*, Portimão, n. 01, 2012, pp 71-72.

com as províncias de Sergipe e Alagoas. Varnhagen propunha a criação do Departamento Estrelas do Norte, que englobaria as províncias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cuja capital seria a cidade de Souza, na Paraíba. As províncias do Ceará, Maranhão e do Piauí permaneceriam intactas, sendo que essa última deveria receber uma atenção especial do Governo para a colonização e fundação de uma nova capital. Varnhagen também sugeriu o retorno do Triângulo Mineiro (Sertões da Farinha Podre) à Província de Goiás<sup>42</sup>.

O principal ajuste administrativo estava na divisão das duas maiores províncias do Império, e justamente aquelas que possuíam as maiores faixas de fronteira: o Mato Grosso e o Pará, que seriam divididos em cinco departamentos. O Mato Grosso, que passaria a se chamar Departamento Paraguai-Xingú, perderia uma pequena faixa ao norte, onde se propunha a criação do Departamento Madeira, cuja capital se chamaria Mato Grosso. A Província do Pará perderia uma porção territorial para esse novo departamento, e ainda daria origem a outros dois: o Departamento Centro-Amazônico, que se limitaria ao sul com as vertentes do rio Madeira e o Departamento Paraguai-Xingú (Província do Mato Grosso), e ao norte com as guianas, e o Departamento Grão-Pombal (ou Rio Negro), futura Província do Amazonas. Os departamentos do Pará, Rio Negro, Centro-Amazônico e o Madeira formariam o *Principado Honorário do Grão-Pará*. O Departamento Principal, que teria como capital a Cidade de Imperatária, sediaria a capital do Império, que deveria ser instalada no território da Província de Goiás, nas suas divisas com Minas Gerais, entre as nascentes dos rios Tocantins e Paraná, região na qual a capital poderia auxiliar melhor as “ricas e abandonadas” províncias de Mato Grosso e Goiás. Imperatária estaria integrada ao litoral e ao interior do território por meio de estradas de ferro. Varnhagen propôs três vias que ligassem a futura capital, no centro do

---

42 VARNHAGEN, 2016, op. cit. p. 144.

Império, com os pontos navegáveis dos rios Tocantins, São Francisco e Paraná. A estrada que saísse desse último grande canal deveria passar pelo Oeste paulista e Ponto Grossa, até chegar a Bagé, no Departamento Fronteiriço<sup>43</sup>; com isso uma boa parte dos problemas de fronteira estariam resolvidos.

O Projeto de reforma administrativa de Varnhagen a partir da reorganização das províncias atingiu um impacto significativo naquele período. Em 05 de Setembro de 1850, foi criada a Província do Amazonas (Departamento do Rio Negro, na proposta de Varnhagen), e em 29 de agosto de 1853, foi sancionada a fundação da Província do Paraná. A Estrela do Norte, proposta que reuniria Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, não foi adiante, talvez pela proposição de criação da Província do Cariri, com a capital no Crato, encabeçada pelos liberais cearenses<sup>44</sup>.

Varnhagen via a construção de uma nova capital para o Império no interior do território como uma forma de avançar a economia e a colonização. Para ele, a sede administrativa da colônia portuguesa na América, inicialmente na Bahia, equilibrava as distâncias entre o sul e o norte, quando o transporte era basicamente marítimo. Mas a sua transferência para o Rio de Janeiro desequilibrou essas comunicações. Se antes era preciso uma capital mais central no litoral, em meados do século XIX já não o era, isto quando as principais capitais europeias estavam às margens de seus rios, e o avanço das estradas de ferro permitiu levar as capitais para o interior. Varnhagen via nos “chapadões” localizados entre as cabeceiras das bacias hidrográficas dos rios Tocantins, Paraná e São Francisco, o local ideal para uma nova capital que seria chamada de Imperatória. Isso permitiria um avanço na agricultura e pecuária para o abastecimento da nova

---

43 VARNHAGEN, 2016, op. cit. p. 145-146.

44 DANTAS, Denise Menezes. Política, Natureza e Imprensa: a narrativa dos liberais cratenses no jornal O Araripe (1855-1864). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFPE, Recife, 2018.

capital, e também os portos marítimos ganhariam com um maior volume de mercadorias vindas do interior. Naquela época, os habitantes dos sertões precisavam de um motivo que “se animem a sair do estado quasi natural, levar como tonicos grandes focos de civilização”<sup>45</sup>. A facilidade de defesa contra invasões estrangeiras era outro argumento a favor da construção de uma capital no interior, além da indústria dedicada à construção civil e a outros “artigos de luxo”. Além disso, o Governo estaria em uma posição mais adequada para atender as ricas vilas de Goiás e do Mato Grosso, o que permitiria “dar providências a cerca dos índios”<sup>46</sup>. Varnhagen argumentou que esta mudança da capital para o interior, onde o clima era mais semelhante ao da Europa, permitiria um maior afluxo de imigrantes, mas para isto deveriam garantir leis que proibissem a escravidão na capital e nos seus arredores.

### O Memorial orgânico e as fronteiras

Na década de 1840, as fronteiras na região platina ainda não estavam consolidadas, e os governos da Argentina e do Uruguai eram sucedidos por crises e golpes de Estado. O plano de agrupar o antigo Vice-Reino do Prata num único país ainda estava presente entre os caudilhos da região. Esse era um projeto que criaria um poderoso país e que limitaria a hegemonia política do Governo do Brasil na região, no sentido de consolidar as suas fronteiras e de garantir a livre navegação pelo rio Paraguai.

A questão central do atrito do Império com a administração de Juan Manuel Rosas era o projeto de formação de um Estado que englobasse o antigo Vice-Reino do Prata, incluindo áreas dos Sete Povos das Missões e parte da campanha sul-rio-grandense tomadas

---

45 VARNHAGEN, 2016, op. cit. p. 11.

46 VARNHAGEN, 2016, op. cit. p. 12.

pelos luso-brasileiros após o Tratado de Santo Ildefonso. O Governo brasileiro estava convencido de que, uma vez desembaraçada a presença europeia na cidade portenha, o governador de Buenos Aires ganharia força suficiente para anular de vez as independências do Uruguai e do Paraguai, e avançar sobre o Império. Isto quando a anexação do Uruguai e do Paraguai também estavam nos planos de alguns diplomatas brasileiros, como Francisco Adolfo Varnhagen. A aliança do Governo Central com os caudilhos da fronteira meridional era uma peça importante da política imperial para a intervenção na região platina.

A diferenciação da elite do Rio Grande do Sul em relação às demais residia em seu potencial de guerra e no fato de essa província ocupar um espaço de fronteira. O Império dependia dos milicianos rio-grandenses para a defesa e afirmação dos seus limites. A própria preservação e ampliação das propriedades e dos rebanhos nessa região dependiam justamente dessa dinâmica de negociação constante com as lideranças políticas. Em 1842, já na fase final da Guerra dos Farrapos, o Governo Imperial não poderia submeter os farroupilhas pela força, pois com isso perderia o apoio dos seus comandantes militares. Logo que assumiu a presidência da Província do Rio Grande do Sul, o Barão de Caxias enviou uma mensagem aos sul-rio-grandenses, mostrando o interesse da Coroa em pacificar a província ante uma ameaça externa:

"Lembrai-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de todos nós - o inimigo de nossa raça e de tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Oribe e Rosas; guardemos para então as nossas espadas e o nosso sangue. Abracemo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é a nossa mãe comum"<sup>47</sup>.

---

47 CARVALHO, Affonso de. Caxias. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1976. p. 149.

O governo do Brasil percebia a aproximação de conflitos no Prata, especialmente contra os argentinos. Por isso, os milicianos sul-rio-grandenses seriam indispensáveis à afirmação política do Brasil na região platina.

Ao longo da década de 1840, o Império encaminhou-se para a centralização e estabilidade institucional. O reordenamento político do Estado e o início da reestruturação do exército de linha foram fundamentais para a afirmação do Brasil no contexto do Prata. Isso levou Francisco Adolfo Varnhagen a propor em 1849, no *Memorial Orgânico* que, após a resolução dos conflitos em torno de Oribe, e se a Inglaterra retirasse o seu apoio ao governo de Montevideo, o Governo do Império reanexasse o Uruguai.

O Brasil não optou pela expansão territorial na região, o que poderia unir as lideranças platinas contra o Império e lançar mais uma vez contestações em relação à sua fronteira meridional. A defesa das independências locais visava garantir e consolidar a sua hegemonia na região e assegurar o acesso ao Mato Grosso, cujas vias terrestres dificultavam o desenvolvimento dessa província, e também afirmar a “liberdade” de trabalho dos brasileiros no Uruguai, ameaçada pelo governo paralelo de Manuel Oribe. Desse modo, em 1852, a participação do Brasil no conflito uruguaio ocorreu como uma forma de cooperação para evitar a caracterização de uma invasão, o que poderia acarretar problemas diplomáticos posteriores. Ao longo da década de 1840, foram criadas nas áreas fronteiriças da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul as colônias militares de Monte Caseros e Ijuhy Grande, além dos aldeamentos indígenas de Nonohay, São Nicolau, São Vicente e Santa Isabel.

José Adolfo Varnhagen sugeriu ainda, no *Memorial orgânico*, que, quando fosse encerrada a Guerra a Oribe com a vitória dos aliados, que o Governo Imperial buscasse entendimentos com a Argentina, afim de que o Paraguai fosse anexado ao Brasil enquanto uma província, sob a alegação de que “os paraguaios são mais guaranis que

hispano-americanos”. Isto vindo de um diplomata de peso, como Varnhagen, logo se constituiria em uma ameaça ao Estado guarani. Assim sendo, o governo de Assunção tinha razão em tomar o Império como um potencial inimigo.

## “A Praça é do povo como o céu é do condor”: Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860

Um dos grandes protagonistas da história política do Império foi incontestavelmente Antônio Borges da Fonseca.<sup>1</sup> Figura bastante notória entre os chamados *exaltados*<sup>2</sup>, no Primeiro Reinado e

- 1 Entre os artigos e livros que se dedicam especificamente ao jornalismo político e à biografia de Borges da Fonseca, destacamos: SANTOS, Mário Márcio de A. Santos. Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: Ed. União/Conselho Estadual de Cultura (SEC), 1994; RICCI. A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca. Número especial da Revista Notícia Bibliográfica e Histórica, nº 157. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, janeiro-junho de 1995, e SILVA, Carolina Paes Barreto. A trajetória d'O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política Imperial (1830-1832). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFF, Niterói, 2010.
- 2 A definição dos chamados exaltados não encontra consenso entre os Historiadores na atualidade, estamos aqui os considerando como o grupo de liberais radicais que em sua maioria defendia o republicanism, a federação e a democracia. Sobre a questão, ver: BASILE, Marcello. “O radicalismo exaltado: definições e controvérsia”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira de; BESSONE, Tânia Maria (Organizadoras). Dimensões políticas do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. Notas republicanas: a memória política de Antônio Borges da Fonseca. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira de; BESSONE, Tânia Maria, op. cit.

na Regência, associada às lutas pela federação e república, além de combatente na Rebelião Praieira, ele sempre defendeu intensamente suas ideias na imprensa, nas ruas e no campo de batalha ao longo de sua vida. Borges da Fonseca não se ligou a partido algum no tempo da Praieira e nem depois dela, mas frequentemente se aliou ou prestou apoio tanto aos liberais quanto aos conservadores, no que dizia respeito à política nacional e provincial.<sup>3</sup> Sua relevância no jornalismo político pode ser bem medido pelo número de impressos que criou (ao todo 43), segundo o seu biógrafo Mário Márcio Santos<sup>4</sup>. Algumas dessas folhas circularam na Paraíba, terra natal desse publicista, no Rio de Janeiro, e principalmente em Pernambuco, província onde ele fincou raízes com a sua família.

Sem dúvida, a expressiva liderança de Borges da Fonseca entre os habitantes menos abastados do Recife, com os quais ele se reunia nas ruas para conversar sobre os problemas sociais e do poder, fez dele um político bastante popular para os padrões da época. Este capítulo trata de sua militância na imprensa do Recife nas décadas de 1850 e 1860, justamente por abarcar um período ainda pouco explorado da sua atividade jornalística. De fato, os historiadores dedicaram muitos estudos à sua atuação como publicista e “agitador”, nas três primeiras décadas do Oitocentos, quando Borges da Fonseca, nas páginas de jornais como *O Republico* e *O Nazareno*, fez história em defesa de diversas causas, como o federalismo, a república, a abdicação de Pedro I, a nacionalização do

---

3 Referindo-se à independência de alguns publicistas em relação à imprensa partidária, como no caso de Borges da Fonseca, nos informa a historiografia: “Por entre os blocos partidários que constituíram a imprensa pernambucana, praieiros e guabirus, podemos encontrar alguns periódicos. com suas tipografias e seus redatores fazendo questão de apregoar sua posição marginal e independente em relação aos partidos que se enfrentavam na província, já que assumiam a defesa das camadas livres marginalizadas politicamente” MARSON, Isabel Andrada. *Movimento Praieiro. Imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980. p. 31. SILVA, Carolina Paes Barreto. Op. cit.

4 SANTOS, Mário Marcio de Almeida. Op. cit., p. 15.

comércio à retalho, a luta pela convocação de uma nova constituinte e até o recurso às armas para alcançar todos esses fins.

Procuramos no presente trabalho, através das observações dos escritos de Borges da Fonseca, problematizar seu pensamento político e social através de três dos jornais que ele editou ou colaborou, entre 1850 e 1860: *A Revolução de Novembro* (1850-1852), *O Republico* (1853-1856) e *O Tribuno* (1866-1869). De sua atividade jornalística nesse período, fizemos algumas indagações para nos guiar na nossa pesquisa sobre tais impressos: suas bandeiras de lutas sofreram mudanças significativas de um tempo ao outro? Que alinhamento político ele manteve com os partidos imperiais após a Praieira? Seu poder de mobilização popular declinou ou teve continuidade na capital da província? São essas as questões que aqui buscaremos problematizar. Ainda importa-nos destacar que, tratando-se desse publicista em especial, fica difícil desconsiderar sua militância de rua de sua atividade na imprensa. De fato, palavras e ação apresentavam-se inseparáveis em sua lida na política, servindo os jornais que ele editou ou colaborou como um veículo de mobilização de que dispôs para reunir a gente do Recife nos *meetings* ou ajuntamentos de ruas por ele organizados, com o propósito de debater questões sociais e do poder. Inicialmente, tratemos da tipologia e formato de três jornais que editou.

Esses três jornais eram essencialmente políticos, de pequeno porte, compostos de duas colunas e quatro páginas, de circulação de dois e três dias da semana, com relativa regularidade. Alguns hiatos na publicação se deviam à falta de recursos de seus editores e também à conturbada vida de seu principal editor, que de vez em quando era preso e processado devido ao que escrevia. Por outro lado, não se tratavam de folhas pontuais ligadas a determinado evento, como por exemplo, uma eleição. *A Revolução de Novembro* circulou três dias semanais durante três anos (1850-1853); *O Tribuno* e *O Republico* duas vezes por semana por quatro anos. Tais jornais não contemplavam longos e “sofisticados” textos sobre política; pelo

contrário, sua linguagem era simples e breve, certamente visando à acessibilidade a um público mais amplo.

Suas preocupações de expor seu posicionamento para a imprensa partidária era uma constante. Seus preços de 40rs e de 80rs, em comparação com outros impressos, revelavam-se módicos, conforme considerou o jornal maranhense *O País*<sup>5</sup> a respeito de *A Revolução de Novembro*. Em matéria financeira, os três impressos pareciam andar à míngua, sempre com dificuldades de recursos, sustentando-se com grande dificuldade, conforme notamos nos frequentes avisos que publicavam sobre a falta de dinheiro para a impressão de imagens e no atraso do pagamento dos assinantes e dos compradores avulsos.

O surgimento desses jornais ocorreu em momentos particulares da história dos partidos imperiais. *A Revolução de Novembro* despontou após o término da repressão à Rebelião de 1848, quando os praieiros tentavam reorganizar o seu partido, apesar de as suas principais lideranças acharem-se ainda cumprindo pena e esperando uma possível anistia. *O Republico* reapareceu durante a conciliação política promovida entre os partidos no Império. *O Tribuno* surgiu durante o período de dominação de um terceiro partido, o Progressista<sup>6</sup>, que, pode-se dizer, assaltou o poder e roubou das fileiras liberais e

---

5 O PAÍS apud A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO, 20.11.1867, p. 5. Todos os jornais aqui citados foram pesquisados em duas hemerotecas: a da Fundação Biblioteca Nacional (disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>) e a do Arquivo Público Estadual Jordão Hemeréciano Recife, Pernambuco.

6 Esse partido nasceu e morreu na década de 1860, era formado por liberais e conservadores moderados, e tinha todo o apoio do Imperador. Apesar de sua existência breve, rapidamente ele instalou-se no poder, mas governou com muitas dificuldades em razão da oposição que enfrentou dos liberais históricos e dos conservadores “emperados”, os quais, apesar de suas diferenças, uniram-se para combater os “traidores” de suas legendas. O advento do Partido Progressista foi, sem dúvida, um desdobramento da política de conciliação do Gabinete Paraná, de 1853. Esse ministério, ao contrário dos governos progressistas, teve vida relativamente longa para os padrões da época no Brasil, permanecendo no poder por três anos. Talvez pudesse ter ficado mais tempo no governo se o chefe do gabinete não tivesse falecido em 1856.

conservadoras muitos dos seus quadros. Essa fase política foi considerada extremamente instável, assinalada pelo sobe e desce de gabinetes de curta duração, teve seu desfecho com o retorno dos conservadores mais intransigentes ao poder em 1868. A partir de então, o Partido Progressista deixou de existir enquanto o Liberal buscou renovar-se. Por sua vez, o regime monárquico passou por enorme desgaste devido à Guerra do Paraguai e aos seus custos sociais e políticos.

### A Revolução de Novembro

A *Revolução de Novembro* despontou na imprensa de Pernambuco quando Borges da Fonseca encontrava-se cumprindo pena no presídio de Fernando de Noronha junto com seus “companheiros”, ou melhor dizendo, aliados de rebelião. O fato de encontrar-se preso não o impediu já em 1850 de colaborar com o jornal em questão, cuja direção inicialmente ficou a cargo de seu velho amigo Afonso Albuquerque de Melo. Aliás, esse jornal estampava regularmente em suas páginas inúmeras cartas de Borges da Fonseca escritas no presídio, falando de assuntos do interesse público, especialmente os políticos, e também dos seus suplícios no cárcere, sempre narrados como maiores do que os vivenciados pelos chefes praieiros. Muito embora o lugar em que Borges da Fonseca ficou encarcerado fosse realmente o mais isolado e insalubre daquele arquipélago (a Ilha Rata); seu jeito vaidoso de ser o levava sempre a se considerar o mais injustiçado e penalizado dentre todos aqueles que com ele militavam na política.<sup>7</sup> Realmente, Borges da Fonseca penava às

---

<sup>7</sup> A Ilha Rata era considerada “a prisão das Prisões”. Formada de rochas vulcânicas e escapadas, sujeitas à grande rebentação do mar, ela deixava os presos bastante isolados do resto do arquipélago. Ademais, ela era insalubre, cheia de roedores, com vegetação escassa e sem água potável. Esta, por sua vez, tinha de vir de outra ilha, onde ficava a vila dos Remédios. Às vezes, por descaso das autoridades, a água demorava dias para chegar ali. SANTOS, Mário Márcio. Op. cit., p. 251.

vezes mais do que as outras lideranças da rebelião, em razão do seu radicalismo ou de ideias ou de ação. Antes de ir para Fernando de Noronha, por exemplo, diferencialmente dos líderes praieiros presos em terra nas fortalezas do Recife, ele ficou confinado no porão de um navio atracado nessa cidade e não existia cárcere pior do que esse naquele tempo.

A primeira análise que se deve observar na *A Revolução de Novembro* é o seu título, que muito já dizia sobre a sua linha editorial. Novembro marcava o momento de início da rebelião de 1848, portanto, o jornal identificava-se com a guerra civil finda em tempo de consolidação de “pacificação” na Província de Pernambuco. Entretanto, essa folha não defendia uma radicalização das armas, em 1850 ela tinha em vista outro objetivo extremado advogado pelos praieiros no limiar da passagem da paz para a guerra: a defesa da convocação de uma nova assembleia constituinte como o melhor recurso para se alcançar as reformas político-institucionais necessárias ao país. De fato, o conflito armado a princípio foi pensado pelos os praieiros como o último recurso para se conseguir a instalação de uma assembleia constituinte, embora o principal motivo por trás daquela revolta fosse, como bem tem afirmado a historiografia, a disputa dos partidos pelo controle do poder na província.<sup>8</sup> Contudo, a Rebelião não se limitou apenas ao conflito intra-elite, mas também se desdobrando em um movimento popular urbano, que tinha como principal causa a demanda da nacionalização do comércio a retalho que era dominado por portugueses.

*A Revolução de Novembro* tinha tanto como sua principal bandeira a convocação de uma nova constituinte, que trazia estampada na sua primeira página uma alegoria que fazia referência a essa assembleia, conforme bem a analisou Luiz Nascimento:

---

8 Sobre a relação da Praieira e a luta pelo poder na província, ver MARSON, op. cit., p. 180-190.

Sobre o título [de *A revolução de Novembro*] via-se uma xilogravura (...) ao centro, representando um cadafalso sobre o qual estava uma cobra enrodilhada, tendo na cauda o dístico ‘o Brasil não é dos brasileiros’; por trás uma almofada, um braço decepado segurava a bandeira ‘Constituinte’; numa fita, em volta, a expressão ‘o Brasil deve ser dos brasileiros’; e à direita, um livro aberto – ‘a Constituição do Império (...)’.<sup>9</sup>

Figura 1- A revolução de novembro



Fonte: NASCIMENTO, Luis. História da imprensa em Pernambuco, vol. 4. Recife: Ed. da UFPE, p. 333.

9 NASCIMENTO, Luis. História da imprensa em Pernambuco. vol. 4. Recife: Ed. da UFPE. p. 333.

Apesar de a oposição liberal de Pernambuco definir-se pela constituinte, existiam certas divergências entre as suas lideranças a seu respeito. A maioria delas a via como meio para se alcançar as reformas. Os republicanos, por sua vez, entendiam-na como uma porta aberta para um fim maior, a mudança do Regime. Outros liberais não achavam o momento propício para maiores discussões sobre o objetivo daquela importante assembleia, defendendo simplesmente a unidade da oposição em torno de uma ideia que conseguia congrega nas mesmas fileiras monarquistas, republicanos e federalistas. Por último, uma minoria de praieiros parecia hesitante em abraçar a causa da constituinte, por julgá-la prejudicial à unidade do Partido Liberal em nível nacional. Todas essas tendências encontravam-se presentes na imprensa pernambucana, entre 1849 e 1851.<sup>10</sup>

Logo após a Praieira notava-se certa divergência entre as gazetas liberais de Pernambuco quanto à validade ou não de seu partido continuar a se bater pela causa da constituinte. Mas, com o passar do tempo, depois de muito debate sobre os fins e os limites dessa assembleia, o entendimento paulatinamente instalou-se em suas redações a seu respeito. A constituinte passou a ser considerada pelos liberais da província tanto como um meio para se alcançar as reformas institucionais almejadas por seu partido quanto como uma iniciativa régia bem-vinda ao estreitamento dos laços entre a sociedade brasileira e a Monarquia. Assim, os dois principais jornais liberais da província estavam unidos em torno da luta pela convocação da constituinte: *O Argo Pernambucano* e o *Echo Pernambucano*. Do lado republicano, *A Revolução de Novembro* apontava nessa mesma direção, enquanto a gazeta liberal *A Imprensa* dava sinal de resistir a defendê-la.<sup>11</sup>

---

10 Estas podem ser encontradas nos jornais *A União*, *O Echo Pernambucano*, *O Argo Pernambucano*, *A Revolução de Novembro* e *O Liberal de Pernambuco*.

11 Ao que parece, esse jornal só começou a pensar em combater as ideias contrárias à constituinte no final do ano de 1852.

Os praeiros, contudo, mesmo conhecendo a amplitude dos poderes de uma constituinte, nos anos 1850, insistiam na sua defesa, simplesmente, porque desacreditavam totalmente nos meios ordinários estabelecidos na Constituição de 1824 para a consecução das reformas institucionais <sup>12</sup>perseguidas por seu partido. Ademais, a constituinte era vista por eles como um caminho para consolidar um novo pacto entre a nação e a monarquia, que havia sido quebrado por Pedro I ao outorgar uma Constituição à revelia dos representantes eleitos para elaborá-la. Borges da Fonseca também aponta declarações em *A Revolução de Novembro* semelhantes as dos liberais nesse sentido, sem se esquecer de rememorar o seu passado de luta em prol daquela causa: “Em 1848 hastei a bandeira da constituinte em algumas cartas que dirigi ao Imperador sobre esse objeto e lhe disse que se quisesse a conservação da monarquia durante a sua vida, convocasse a constituinte, pois se ela fosse convocada pela nação a República seria estabelecida”.<sup>13</sup>

O apego de Borges da Fonseca ao republicanismo despontava na discussão que ele travou com a imprensa praeira. Esta louvava as monarquias constitucionais ao contrapô-las às absolutistas; enquanto aquele as via como uma forma de governo nada exemplar, valendo-se das palavras de Luis Blanc, o revolucionário francês: “Saibis o que é a monarquia constitucional? É a faculdade que tem o rei de praticar o quanto desatino quiser: é o governo dos favoritos; das prostitutas”. Na monarquia absoluta, dirá: “o rei embora nulo é responsável; - na monarquia constitucional o rei mais facinoroso e ingrato é sempre impecável e inviolável” <sup>14</sup>. Decerto Borges da Fonseca, ao assim considerar as monarquias constitucionais, referia-se

---

12 A Carta de 1824, no seu artigo 174, previa a possibilidade de uma reforma constitucional passados quatro anos da sua promulgação.

13 A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO, de 06.11.1853, p. 2.

14 Idem, 14.12.1850, p.3.

ao caso do Brasil, onde o monarca no exercício do Poder Moderador não podia ser responsabilizado pelos seus atos segundo a Constituição, cabendo aos ministros responder por eles.

Voltemos à defesa da constituinte; ela reaproximou Borges da Fonseca dos praieiros no início dos anos 1850, quando a *Sociedade Liberal Pernambucana*<sup>15</sup>, a instituição à qual coube à tarefa de reorganizar o Partido Liberal em Pernambuco, definiu como seu principal fim exatamente a convocação da constituinte, conforme preconizava o seu estatuto, considerando-a como único meio legal e pacífico para se chegar às reformas necessárias ao país.<sup>16</sup> Em suma, tamanha era a popularidade da constituinte nos meios oposicionistas de Pernambuco naquela época, que *A Revolução de Novembro* chegou a apresentá-la como uma causa superior ao partido de oposição: “A Praia morreu em 1848 e dela nasceu o partido constituinte.”<sup>17</sup> A justificativa para a convocação da constituinte dizia respeito ao consenso da oposição sobre a impossibilidade de ocorrer mudanças institucionais pela via parlamentar, devido ao conservadorismo do Senado, sobretudo em vista da proposta de se acabar com a vitaliciedade dessa casa legislativa tão almejada pelos liberais e também por Borges da Fonseca.

Duas outras questões colocaram Borges da Fonseca e os praieiros em lados opostos naquele tempo. A primeira foi a defesa do comércio a retalho, que os liberais pernambucanos circunstancialmente

---

15 Essa associação, sediada no Recife, foi fundada em 1851 e existiu até 1860. Ela rapidamente se espalhou pela Província alcançando a Zona da Mata e o Agreste. Entre seus seguidores, estavam lideranças praieiras tradicionais, como Felipe Lopes Neto e José Hígino de Miranda, mas também novatas, como Antônio do Nascimento Feitosa. Padres, profissionais liberais e muitos proprietários constavam da lista de seus filiados. Seu jornal, *O Liberal Pernambucano* era o principal órgão dos praieiros na imprensa deste o seu advento, em 1852. Enquanto existiu essa folha circulou diariamente e sem interrupções.

16 A IMPRENSA, 22.12.1851, “Estatuto da Sociedade Liberal Pernambucana”, p. 2 e 3.

17 A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO de 05.11. 1852, p.2.

apoiavam, nos anos 1840, visando obter com ela dividendos nas eleições; porém, nos anos 1850 a rejeitavam. O segundo ponto de atrito entre eles ocorreu nas eleições de 1852, quando Borges da Fonseca achava que a oposição deveria disputá-las e os praieiros não. Mais tarde, nas páginas do *Diário de Pernambuco*, ele lembrou o erro daquela decisão dos praieiros, ao observar que, se eles tivessem ido às urnas em 1852, provavelmente teriam garantida a presença de seus correligionários naquele posto-chave nas eleições seguintes, em razão da Lei vigente que determinava que os suplentes de eleitores no pleito anterior deveriam integrar a mesa paroquial na eleição seguinte<sup>18</sup>.

Aliás, na eleição de 1856, Borges da Fonseca até tentou candidatar-se a deputado<sup>19</sup>, mas, sentindo que não contaria com o apoio dos liberais para tanto, e muito menos do governo, abandonou a disputa. Essa era uma das suas sinas: sem uma aliança com um dos partidos imperiais, era muito difícil, ou mesmo impossível, ele obter sucesso nas urnas como candidato, mesmo contando com a simpatia de parte da população do Recife, principalmente dos artesãos, trabalhadores livres e pequenos proprietários. Oportuno lembrar que Borges da Fonseca foi coerente com seus discursos em favor da população trabalhadora do Recife, ao oferecer seu serviço advocatício de graça para a população sem recurso, conforme anunciou na *Revolução de Novembro*<sup>20</sup>.

---

18 “É verdade que os liberais (...) sofrem hoje o que deveriam ter sofrido em 1852; se então não tivessem abandonado as urnas teriam feito o que hoje fizeram –suplentes dos eleitores que lhe daria dois membros nas mesas paroquiais e com eles a fraude não triunfaria”. A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO, 25.10.1852, p.2.

19 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04.08.1856, “correspondência”, p 02.

20 A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO, 30.09.1852, p.4.

## O Republico

A *revolução de Novembro* deixou de existir em 1853, provavelmente porque Borges da Fonseca seguiu para Rio de Janeiro. Lá chegando, ele cuidou de ressuscitar *O Republico* onde passou a hostilizar a política do momento: a conciliação entre os partidos patrocinada pelo Imperador e o Gabinete de Honório Carneiro Leão, depois marquês de Paraná (1853-1856). Borges da Fonseca tratou de criticar o liberal fluminense Salles Torre Homem, o antigo liberal radical da Regência que havia se transformado no ideólogo da “conciliação sobre as bases da reforma”. Nesse sentido, as reformas propostas pelo gabinete da conciliação mereceram as críticas de *O Republico*. Do projeto do Judiciário encaminhado pelo governo ao Parlamento, ele condenou sua intenção de reduzir as atribuições do Júri, que inclusive passaria a não mais julgar os crimes da imprensa. Da reforma eleitoral, o jornal criticou os limites das incompatibilidades (inelegibilidade)<sup>21</sup> que para ele pouco inibiriam a intervenção do governo nas urnas. No que se dizia respeito à reforma do Judiciário, os praieiros concordavam com todas as suas críticas. No caso da eleitoral, igualmente, eles esperavam bem mais do que o governo lhes ofereceu; porém, viam as incompatibilidades da Reforma mais positivamente. Assim, o posicionamento de Borges da Fonseca sobre o projeto eleitoral em parte se aproximava dos liberais de Pernambuco em parte deles se apartava. Finalmente, ao contrário de todos, liberais e conservadores, *O Republico* publicava opiniões favoráveis à eleição direta, com

---

21 O REPUBLICO, 21.01. 1854, “os fins da ex-oposição liberal”, p. 1 e 2 e de 25.07.1855, p.1. Incompatibilidade no Império dizia respeito ao impedimento de uma pessoa candidatar-se; no caso em questão, tratava-se da impossibilidade de quem ocupasse determinadas funções públicas poder concorrer às eleições. As incompatibilidades, portanto, eram o que chamamos hoje de inelegibilidade. Já no direito eleitoral atual, incompatibilidade significa que o indivíduo não poderá acumular cargo depois, e não antes, de eleito.

a inclusão de todos votantes no novo corpo eleitoral<sup>22</sup>. Nele estavam impressas, logo abaixo do título do jornal, as seguintes palavras de Victor Hugo: “A república é a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de homem a homem e de nação a nação – o fim das explorações inhumana - a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei da vida”.<sup>23</sup>

Quanto à Conciliação, no fundo Borges da Fonseca a detestou, porque ela fez esmorecer a tendência dos praieiros de lutarem ao seu lado pela realização da constituinte como o melhor caminho, dentro da legalidade, para se chegar às reformas. Entretanto, apesar de reduzir seus artigos em favor da constituinte, a *Sociedade Liberal Pernambucana* ainda manteve no seu estatuto aquela reivindicação, embora a maioria dos liberais históricos dela se distanciasse em meados dos anos 1850.<sup>24</sup> Borges da Fonseca execrava também a conciliação do Gabinete porque sempre avaliou negativamente a presidência do futuro marquês de Paraná em Pernambuco, logo após a Rebelião Praieira.

Embora Honório Carneiro Leão tenha iniciado seu governo atenuando o sofrimento dos presos políticos e permitindo a livre circulação dos jornais de oposição, em pouco tempo mudou completamente de orientação, motivado, em parte, pela existência de foco de rebelião ao sul da província. Daí em diante, o presidente foi duro com os envolvidos na Praieira: fechou os jornais de oposição, enviou os condenados de volta ao presídio de Fernando de Noronha e colocou a prêmio a cabeça de Pedro Ivo, o líder praieiro ainda em armas. Borges da Fonseca, que muito gostava de rememorar a história de

---

22 O REPUBLICO 11.10.1855, “Comunicado”, p.1 e 2.

23 Idem, 01.07.1853. A escrita errada era propositalmente usada por Borges para assim se aproximar da linguagem popular.

24 Para o estudo da Conciliação em Pernambuco, ver ROSAS, Suzana Cavani. A ponte de ouro. Praieiros, Guabirus e a conciliação imperial (1849-1857). Recife: Ed. da UFPE, 2016.

Pernambuco e da luta de seu povo, não poupou ataques à presidência daquele renomado líder conservador, que ele identificou como um déspota<sup>25</sup>, ao nunca pesar a favor desse governo a sua fase inicial, nem as circunstâncias que o levaram a mudar de orientação política.

### O Tribuno

Na década de 1860, mais uma vez, devemos atentar para o nome do jornal escolhido por Borges da Fonseca – *O Tribuno* – que era uma autoridade da república romana. Seu primeiro número defendeu a constituinte e também advogou pelo advento da república. A condenação da monarquia que se faz muito presente no contexto da Guerra do Paraguai, a qual o impresso indicava que duas coisas boas propiciariam aos brasileiros: a derrocada da monarquia e o impulso à abolição gradual da escravidão. Quanto à paz entre o Brasil e os povos da região do Prata, no seu entender, só aconteceria em um Brasil republicano, tal qual os países vizinhos .

O contexto internacional sempre ganhava realce no jornal, principalmente no que se referia à república. O caso da tentativa fracassada de retorno à monarquia no México e a volta desse regime na França, com Luís Napoleão, foram execrados em diversas edições; enquanto a chegada da república na Espanha era exaltada. A Coroa no Brasil, entre tantas críticas, mereceu uma em especial: a de reconhecer rapidamente a legitimidade do monarca Maximiliano no México. Ao fracasso dessa empreitada, disse *O Tribuno*: “A América não é caroável a tronos”!<sup>26</sup>

---

25 *O TRIBUNO*, 29.01.1853, p. 1 e 9.10.1853, “Miscelâneas”, p. 2 e 3. Não é um artigo de Borges, mas expressa bem suas ideias. Muitas vezes, escritos de terceiros eram usados para expressar pensamento do editor, para protegê-lo de excesso de espaço problemas com a Justiça.

26 *Idem*, 18.06.1867, “diversos”, p. 2.

Podemos nos perguntar se Borges da Fonseca se apresentava mais federalista e menos republicano em *O Tribuno*. Parece-nos que seus pendores republicanos se fortaleceram muito na década de 1860, não lhe bastando apenas o federalismo monárquico como solução. Entretanto, ele chega a aceitá-lo, dadas as dificuldades de mudar o regime. Assim, vez por outra, artigos sobre uma possível “regeneração monárquica” apareciam no seu combativo jornal. Nele, propunha-se a permanência da monarquia associada ao regime federal, sugeria-se acabar com o absolutismo dos presidentes de província (Conselho eletivo para fiscalizá-lo), defendia-se a autonomia financeira das províncias, o fim do Conselho de Estado e do Poder Moderador (uma contradição em nossa constituição), o voto universal, garantias individuais e de trabalho e de acesso à terra pela população, e demais reformas descentralizadoras dos liberais<sup>27</sup>. Entretanto, quanto a identificar-se com a monarquia, esclarece: “*O Tribuno* sabe que a liberdade é incompatível com a monarquia e crê que devemos nos americanizar o quanto antes”.

Nas páginas de *O Tribuno* observa-se ainda o desejo de Borges da Fonseca e de seus companheiros de imprensa pela construção de um novo Partido Liberal, diferente, inclusive, daquele que apoiou a Conciliação, como se vê em sua declaração dirigida a um periódico maranhense, que indagava qual seria o “partido democrático” defendido pelo *O Tribuno*. Em resposta, o jornal informava que ele existia há muito tempo no Brasil, desde o século XVII, que tinha matriz liberal e defendia as instituições livres e republicanas dos Estados Unidos.<sup>28</sup>

Outro traço marcante de Borges da Fonseca em 1860, presente nas páginas de *O Tribuno* e que atravessou toda a trajetória política

---

27 O TRIBUNO, 20.04.1868, “O Imperador do Brasil e o presidente Lopes”, p. 02-03.

28 dem, 10. 12. 1868, p. 2.

do publicista, era a promoção de eventos políticos no espaço público das ruas. Assim, durante todo o tempo em que circulou, *O Tribuno* foi um canal de convocação de “reuniões populares”, ou *meetings*, na proximidade das eleições e para além delas. Também sua defesa incessante do voto universal chamou atenção por ser reivindicação rara no país; o que revelava sua associação com a luta não apenas pelo federalismo/república, mas também pela democracia.

Mas qual era a geografia desses encontros na capital de Pernambuco? Eles aconteciam principalmente nos bairros centrais da cidade: Santo Antônio e São José. Assim, as reuniões políticas de Borges da Fonseca diferiam daquelas realizadas pelos liberais “reformistas” e os “radicais” da década de 1860, organizadas em *clubes*, escolas, associações e teatros. Neste ponto, a mobilização de rua que ele promoveu foi hostilizada pelos praieiros, que nunca aceitaram seu convite para se agregarem a ela. Na pauta desses encontros, os assuntos eram variados: guerra do Paraguai e o recrutamento, impostos, eleições e voto universal, antilusitanismo, federalismo e república. Como assinala a historiografia, a década de 1860 foi profícua em termos de discussões na sociedade civil sobre a política nacional em espaços mais reservados, como salões e teatros. Borges da Fonseca ia além, praticando o que sempre fez: reuniões públicas de rua. Aliás, segundo *O Tribuno*, o Partido Conservador fazia o mesmo à época, em parte pensando nas eleições, o que mereceu o elogio do seu jornal que elencou cerca de cinco desses tipos de reuniões promovidas pelos conservadores no Recife.<sup>29</sup>

O Antilusitanismo ganhou destaque, como sempre, nos impressos patrocinados por Borges da Fonseca, mais ainda em vista do recrutamento para guerra do Paraguai. Assunto do momento; o recrutamento para a Guerra, na medida em que o conflito deixava de ser defensivo e se prolongava com muitas baixas, só podia

---

29 O TRIBUNO, 30.06. 1868, p. 01-02.

ganhar destaque nas vozes e escritos de Borges da Fonseca e Afonso de Albuquerque. Juntos eles, incansavelmente, condenavam as autoridades por despacharem para o front apenas a população livre pobre e de arrematar os escravos com promessas vãs de liberdade, enquanto poupavam os portugueses e até os naturalizados daquela carnificina, assim como os “fidalgos de Pernambuco”.<sup>30</sup> A esse respeito, *O Tribuno* atacava o privilegiado grupo isentado do recrutamento ao desabafar: “Vamos nós outros filhos do povo morrer para os fidalgos de mãos dadas com os galegos prostituírem nossas mulheres, nossas filhas, nossas irmãs, nossas primas, nossos parentes!”<sup>31</sup>

*O Tribuno* não se cansava de registrar diversas queixas e denúncias contra os portugueses. Vejamos algumas delas. Nas suas páginas, estampava que um caixeiro português de uma loja de louças da Rua do Crespo deu um tiro de revólver num brasileiro empregado na loja de louça da Rua do Rosário. Outra notícia falava de uma bordoadada levada por um moço da Guarda Nacional por um português na Boa Vista. Nem precisamos dizer que, segundo a imprensa, as vítimas brasileiras quase sempre estavam à beira da morte. Por fim, o Jornal provocava os seus leitores, mas também aos não letrados que dependiam daqueles para ter acesso às notícias impressas, ao concluir: “esses atos dos portugueses são para ensino de nós, os cabras!”<sup>32</sup>

Todas essas notícias só acirravam os ânimos da população menos abastada da cidade contra os portugueses. Não por acaso, uma convocação de *O Tribuno* para uma manifestação contra a chegada de dois vasos de guerra ao Recife terminou em pancadaria entre a

30 *O TRIBUNO*, 17.10.1867, p. 3.

31 *O TRIBUNO*, 20.12.1866. Apud: GOUVÊA, Fernando da Cruz. O partido liberal no Império: o barão de Vila Bela e sua época. Brasília: Ed. do Senado Federal, 1986. p 280.

32 *O TRIBUNO*, 11. 09.1866, “Facto Importante”, p.4.

polícia e os manifestantes, na prisão de Borges da Fonseca e de alguns dos seus seguidores. O acontecido inspirou Castro Alves, que estudava Direito no Recife, a escrever o seu famoso poema “O Povo ao Poder”. Aliás, no título deste capítulo citamos uma de suas estrofes mais conhecidas. Esse poema apareceu na primeira página de *O Tribuno*, em dezembro de 1866, só que com a denominação “O povo e o poder”.<sup>33</sup>

Não restam dúvidas de que, na década de 1860, a presença portuguesa no comércio permanecia marcante em Pernambuco. Segundo o Relatório do presidente da província para o ano de 1865, dos 450 estrangeiros vindos de fora do Império, 327 tinham procedência de Portugal, sendo a sua maioria constituída de homens (433) cuja principal ocupação era o comércio, seguido depois das artes e indústrias.<sup>34</sup> Esta predominância de comerciantes portugueses no setor mercantil, em parte explica o porquê do Antilusitanismo não ceder lugar a um xenofobismo contra todo e qualquer forasteiro na Província. Por sua vez, o fato do comércio a varejo ser majoritariamente exercido por lusos e representar um setor mercantil mais próximo do cotidiano da população pobre também elucidam o esquecimento dos plutocratas ingleses e franceses durante os mata-marinheiros. Para esses modestos moradores do Recife que iam às ruas para comprar pão, farinha e carne seca, a complexa cadeia mercantil e financeira resumia-se simplesmente às suas relações com os bodegueiros ou donos de estabelecimentos de secos e molhados que os exploravam.

Mas esses *meetings* nos anos 1860 também trataram de assuntos eleitorais e defenderam o voto universal. Na oitava reunião, no

---

33 O TRIBUNO, 18. 12.1866, p. 1.

34 Relatório do Presidente da Província João Lustosa da Cunha Paranaguá apresentado a Assembléia legislativa, 1º de março de 1866. Recife, Typografia do Jornal do Recife, p. 58, <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>. Acessado em 10.11.2007.

mesmo bairro de São José, um dos assuntos em pauta seria o da organização “de comícios eleitorais para a próxima eleição de fevereiro”. Na convocatória para o evento, explicitava-se que os oradores tratariam, em primeiro lugar, da luta pela nacionalização do comércio a retalho e, em segundo, de: convencer o povo da necessidade de não abandonar a eleição, sendo condição indispensável não receber chapa de caixão; além de comparecerem aos *meetings* para debater e “tornar eleitores os artistas, e não os fidalgos, e nem algum agente da polícia”.<sup>35</sup>

O *Tribuno*, embora criticasse os liberais apresentando-os como subjugados ao Trono, sonhava unir-se a eles para a construção de um novo partido de oposição, maior e, portanto, mais representativo da vontade da sociedade. Porém, Borges da Fonseca sentia que eles queriam pouca conversa para o seu lado. Certamente, isso acontecia devido às suas ideias republicanas e democráticas, mas também, acreditamos, que poderia ser por sua personalidade de difícil convivência. Apesar dos pesares, ele insistia em se aproximar deles, dizendo que “mais vale pouco do que nada”. Noutra ocasião, desabafava por ter de se juntar aos defensores do Trono: “sofro a monarquia porque não tenho meio de aniquilá-la.”<sup>36</sup>

Entretanto, seria lá da capital do Império que viriam sinais da renovação do Partido liberal. Sem alcançarem unidade, duas alas desse partido surgiram renovadas em seus programas; o *Clube da Reforma* e o *Clube Radical*. Logicamente esse último, de propostas mais ousadas, logo atraiu a atenção de Borges da Fonseca e seu jornal<sup>37</sup>. Já aos integrantes do *Clube da Reforma* ele teceu críticas, principalmente quanto à sua composição esmagadoramente formada

35 O TRIBUNO de 18. 12.1866, “Oitava reunião popular”, p.4.

36 O TRIBUNO, 13.05.1867, “incorrigível”, p. 2 .

37 Seu programa defendia a Abolição do Conselho de Estado e da guarda nacional, o Senado temporário, a eleição dos presidentes de província, o voto direto e universal e o fim de escravatura. CARVALHO, José Murilo de. A construção da

por senadores do Império, que, no seu entender, seria um obstáculo a qualquer mudança. De outro lado, discordava do grupo, ao considerar que o único caminho para as reformas era a convocação de uma constituinte<sup>38</sup>. De qualquer modo, ele não a desconsiderou e publicou no seu jornal ambas as propostas liberais<sup>39</sup>. No entanto, como morreu em 1870, ele não pôde acompanhar e se posicionar melhor em relação ao *Clube Radical*.

A defesa do “belo sexo” também ganhou o apoio de *O Tribuno*, o que nem de longe se via em outros impressos: “Nenhum país tem mais necessidade da emancipação da mulher de que o Brasil”, afirmava. Depois, ele considerava a grande contribuição que elas trariam ao país se pudessem votar e até chegar ao Parlamento, observando que “fariam melhor do que fazem os homens na atualidade.” E indagava e *respondia*: “que são os omens no Brasil? Pouco mais que nada, foram-se os brios de nossos antepassados”. A matéria também indicava aos desinformados os diversos lugares onde a emancipação feminina avançava: Dinamarca, Suécia, Estados Unidos, Oceania e Reino Unido.<sup>40</sup>

Olhando a atividade jornalística de Borges da Fonseca durante todo o período aqui analisado, vimos que a luta pela república sempre acompanhou seus escritos e que, às vezes, ele procurou conciliar-se com a monarquia ou não atacá-la, parecendo até contraditório em seu posicionamento. Isso era considerado como uma estratégia defensiva para sobreviver como republicano dentro da ordem monárquica e também para tentar aproximar-se dos liberais, com os quais sonhava formar um novo partido “liberal popular”. Nota-se

---

Ordem: a elite política imperial, Teatro de Sobras. A política imperial. Rio de Janeiro, 2003, p.206.

38 O TRIBUNO, 11.11.1868, p. 1 e 2.

39 O TRIBUNO, 11.09.1867, p,1

40 Idem, 12.07.1867, “A emancipação das mulheres”, p. 2.

também a sua insistência em defender uma república ou até uma monarquia que atendesse aos menos afortunados com os quais ele sempre buscou dialogar e representar, conforme notamos através da sua defesa dos votantes, do comércio a retalho, da sua crítica ao recrutamento que pesava sobre os pequenos, das promessas de liberdade aos cativos que seguiam para a morte no Paraguai e, finalmente, na defesa do voto universal. Por tudo que defendeu e deixou registrado em seus jornais naquele período, sem dúvida, a república dos sonhos de Borges da Fonseca era bem distinta daquela que despontou no Brasil em 1889.



## CAPITULO VIII

# Relembrando um passado em comum: olhares sobre uma missiva de José de Alencar a Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)

Pelos idos de 1850, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, já havia caminhado longamente pelas estradas políticas do Brasil. No dizer de Mello Moraes, para os anos de 1860, era “o maior vulto que ainda resta[va] do primeiro reinado, e o mais considerado cidadão que possui[a] o Brasil, depois do imperador”<sup>1</sup>. Foi tudo o que poderia ser, politicamente, no Império. Chegou a ser chamado, pejorativamente, “vice-rei”, por José de Alencar, em suas “Cartas de Erasmo”: “Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei”<sup>2</sup>. As críticas do cearense seguiriam firmes contra o Marquês de Olinda, que morreria em 1870. Os Alencar, pai e filho, em algum momento da vida, estariam em lados opostos aos planos políticos de Olinda. E precisamos perceber: se o José de Alencar romancista se revestia do nome “Erasmo”, nas suas cartas abertas, como lembrou José Murilo

1 MELLO MORAES, Alexandre José de. *Biographia Do Exm. Sr. Marquez de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & Comp., 1866. p. 3.

2 ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 249.

de Carvalho, era por ser, como Desiderius Erasmus, ou Erasmo de Roterdã, “filho ilegítimo de um padre católico”<sup>3</sup>.

Em 1856, o Marquês de Olinda já havia matado, de raiva, que fique claro, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, numa disputa parlamentar. Olinda teria pronunciado longa fala contra o então ministro. Paraná, acometido por incômodos intestinais, em seu temperamento exacerbado, sofreu grave crise de saúde. Com isso, não completou a resposta ao senador pernambucano presente-mente<sup>4</sup>: teria respondido, assim, no leito de morte. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque - Visconde de Albuquerque, irmão dos Viscondes de Camaragibe e Suassuna, além do Barão de Muribeca; filho do revolucionário de 1817, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque - também morreria em conflito com Olinda, em 1863, enquanto compunha ministério<sup>5</sup>. Em meio a tantos falecimentos, é interessante observarmos, mais atentamente, o do Marquês de Paraná.

O discurso do Marquês de Olinda, no dia 16 de agosto de 1856, veio a ser publicado no “Jornal do Commercio”, aos 18 de agosto. Talvez, não tenha ida a público com as exatas palavras oferecidas pelo político pernambucano. Depois de ter falado sobre o sistema de colonização, Olinda passava os problemas da política:

É o primeiro desses fatos um ceticismo político incrível, a mais completa indiferença pelos negócios públicos. As lutas que nos primeiros tempos se presenciavam nas câmaras, em que se debatiam os princípios da nossa organização política, em que uns pugnavam pela preponderância do partido

- 3 CARVALHO, José Murilo de. Apresentação às “Cartas de Erasmo”. In: ALENCAR, José de. Cartas de Erasmo. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 10.
- 4 PEREIRA DA SILVA, João Manuel. Memórias do meu tempo. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 259-260.
- 5 PEREIRA DA COSTA, F.A. Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 93-98.

monárquico, e outros pelo do democrático, acabaram inteiramente: ouve-se de vez em quando uma ou outra voz, mas é a voz que clama no deserto, parece até que incomoda, que é ouvida com desgosto. A imprensa está calada, estas questões desapareceram dela, ou só tem lugar em um ou outro periódico quando trata de defender algum ato do governo.

Esta indiferença, este amortecimento repentino dos espíritos, quando ainda há pouco saímos de lutas encarniçadas até com as armas na mão, são dignos da maior atenção. Nos países velhos, como a Inglaterra, onde os princípios constitutivos do governo estão reconhecidos por todas as parcialidades, não admira que isso aconteça: mas em uma nação nova, em que não se acha bem desenvolvido o sistema representativo, como sucede entre nós, é incrível. E a prova de que não se acha bem desenvolvido está no uso que se faz dos créditos, está nas autorizações que a assembleia geral tem dado ao governo. Mas tudo isto passa sem reflexão!

As paixões estão acalmadas, não há dúvida, é um benefício para o país, mas no meio disto o que vemos? Há o partido conservador e o liberal. O primeiro, não achando já inimigos abraça como irmãos seus antigos adversários, mas esse partido está amortecido, está dividido, ele se considera abandonado, porque seus serviços não se consideram mais necessários. Isto não é indiferente, diz o orador, olhe o governo para este fato.

O partido liberal, cansado também dessas lutas frenéticas com seus antigos adversários, mostra-se igualmente calmo, e neste ponto louvores sejam dados a ambos, porque tem compreendido seus interesses, e os interesses do país. Mas esta apatia será real ou aparente? Pela aceitação dos empregos terá o partido liberal renunciado suas convicções?<sup>6</sup>

---

6 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL – HDBN. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1856. n.º 229.

O registro não indica resposta direta dada por Paraná a Olinda. Todavia, como observado, as críticas eram ferozes contra a conciliação de partidos. No entanto, ao final da fala do presidente do conselho que respondia aos mais diversos adversários – oradores posteriores a Olinda – diria:

Respondendo as observações feitas por diferentes vozes sobre o sistema seguido nas nomeações que se fazem para os diferentes cargos do Estado, declara o orador que o governo atual não costuma confiar os de alta administração senão a quem lhe inspira confiança, e procede neste ponto como procediam os ministérios anteriores: mas o que é verdade é que nas suas nomeações não tem tomado em conta os precedentes políticos das pessoas de quem lança mão. Qualquer que inspire confiança, embora pertencesse a este ou aquele partido, é empregado quando se considera que pode prestar serviços ao país. Não é um título ter sido Saquarema constante, nem constante Luzia; o título é a capacidade do indivíduo e a confiança do ministério. Depois, entre as atuais administrações há muitos homens novos que não se pronunciaram nem em um nem em qualquer desses partidos. O que se deve presumir é que sirvam o seu país, que prezam as instituições, e que por isso se prestam e são chamados a servir no momento atual<sup>7</sup>.

Se a palavra “empregos” utilizada pelo Marquês de Olinda no pronunciamento refletisse os cargos e nomeações feitas pelo gabinete, o pernambucano estaria acusando Honório de comprar o silêncio e a calma dos Liberais/Luzias com lugares na administração. Raphael Bluteau, em 1728, já indicara para o sentido de “emprego” ser “ocupação, cousa, em que empregamos o tempo, o talento, o gênio<sup>8</sup>.” Moraes Silva, por 1789, escrevia muito próximo do outro di-

7 Idem.

8 BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino, aulico, anatômico, architectonico... . Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. p. 70. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/emprego>.

cionista: “ofício, cargo”<sup>9</sup>. Dessa forma, o trecho acima, leva-nos a crer, teria sido, na visão do taquígrafo - já que o texto vem truncado, resumido, pelo profissional redator – a resposta a uma das partes do discurso do senador e ex-ministro: talvez, por isso, diga que “procede neste ponto como procediam os ministérios anteriores”. Assim, Olinda não estaria, apenas, falando de um “ceticismo político”, mas, do uso da máquina do Estado para produzir o silêncio e, portanto, a descrença na política tomada pelo ministério.

A nova forma de fazer política seria manchada pela inércia da pintura fraca, apenas aparente, levando ao “ceticismo”. Todavia, o taquígrafo colocara, possivelmente, a fala de Olinda dentro da expressão “diferentes vozes”, fazendo resumir a resposta queixosa de Honório e o discurso acusativo de Olinda. Na prática, o relato que chegou até nós veio cortado, resumido, ao sabor do redator. Nunca teremos a real dimensão da briga marcada pelos memorialistas e apagada pelos Anais do Senado. Entretanto, também não seria a melhor solução pensar a negativa de ter existido a discussão pela simples forma de não obtermos o seu registro dentro dos meios oficiais. Se, posteriormente, o assunto viera à tona, deve ter sido pelo passar dos anos, quando a ideia já estava abatida, os espíritos esfriados e os sujeitos defuntos. No calor da hora, no mínimo, seria indelicado para ambas as partes. Ademais: qual seria o motivo de, o “Jornal do Commercio”, no dia seguinte à morte do Marquês de Paraná, 4 de setembro de 1856, publicar, dentro do anúncio necrológico, as seguintes frases?:

O Sr. marquês de Paraná era a personagem de mais vulto na atualidade. Proeminente em todas as crises por que tem passado o império desde os turbulentos dias da minoridade,

---

9 SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da língua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. p. 672. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/emprego>.

gozava da mais completa adesão, da maior confiança dos homens do seu partido, e da estima dos seus contrários, porque estes sabiam que, enérgico quando a energia era necessária, não conservava o Sr. marquês de Paraná o menor ressentimento, nem com mesquinhas inspirações obcecava seu atilado espírito<sup>10</sup>.

Ou seja, eram alfinetadas às vozes a fazerem críticas ao governo Paraná e um abafar do “disse me disse” que, provavelmente, tomara as ruas: o Marquês morrera respondendo a Olinda. Se o ministro-defunto não conservava ressentimento ou mesquinhas inspirações obcecavam seu espírito, jamais isso poderia ter acontecido. As fofocas deveriam ser tantas e as versões dos delírios inúmeras que o periódico resolveu soltar a nota com a afirmativa: apagava as suspeitas. Numa sociedade em que os textos eram lidos em voz alta, nas casas e praças, era uma das formas de acabar com a conversa miúda a incomodar os aliados da conciliação, inclusive, de acalmar o próprio Imperador.

Não era apenas o Marquês de Olinda quem causava problemas aos seus adversários, também enfrentava severos imbróglis quando de seu ministério, entre 1857 e 1858. O padre Pinto de Campos, fofoqueiro-mor do Império, aquele que disse ser “a política a arte de matar a vergonha”, colocava ao Barão de Camaragibe Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: “Senhor Barão, isto tudo está uma miséria. Não creia que o Marquês é o homem de outr’ora. Está inteiramente mudado no físico e no político”<sup>11</sup>.

Pedro de Araújo Lima, que já havia sido regente do Império, entre 1837 e 1840<sup>12</sup>, deixava-se passar por Marquês de Olinda, ve-

---

10 HDBN. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1856. nº 246.

11 INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO – IAHP. *Fundo Visconde de Camaragibe FVC. PADRE PINTO DE CAMPOS*, 1858.

12 CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil do século XIX*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018, 325p. (Doutorado em História).

lho e levado pela nova correnteza, para manter-se no poder, mesmo expondo-se a azares e fracassos. Nem o Visconde de Albuquerque, liberal, irmão de Camaragibe, confiava mais no ministério, que deveria retirar-se por assuntos internos da política de corredores, “coisas lá do Paço”. Pedro II estava mais desgostoso. Se anteriormente dissera não tirar o Marquês antes do seu pedido de saída, parecia haver mudanças no complexo jogo ministerial. Informou, mais uma vez, Pinto de Campos:

E pensa Vossa Excelência que ele [O Imperador] está satisfeito com o Ministério? Ainda há pouco deu ele uma prova do nenhum apreço em que o tem. Querendo divertir as Princesas, chamou a São Cristóvão um mágico mui célebre que aqui anda, e outro rabequista não menos célebre, e convidando todos os seus camaristas, e diversos senadores da oposição para assistirem ao divertimento, não convidou um só dos Ministros! Este fato tem sido geralmente analisado, e o próprio Martinho Campos, caráter bastante elevado, disse-me, se fora ministro esse fato era bastante para o fazer sair do ministério<sup>13</sup>.

O que acontecia, nesse momento, era uma crítica dos antigos aliados da Regência às novas alianças do Marquês de Olinda. Buscavam, no passado, a virtude do homem que governou o Brasil na menoridade do Imperador, que, agora, era homem feito. Quando o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos apontou a mudança física e política de Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, demonstrou um afastamento das alianças políticas feitas antes e durante a regência.

O Monsenhor Joaquim Pinto de Campos foi, aos poucos, trocando as expressões que escrevia quanto ao Marquês de Olinda. Se, no início das missivas de 1858, era o “pobre velho”, ao final, já era um ganancioso, mesmo sendo “respeitável”, dando “barrigadas”. Com

---

13 IAHGP. FVC. PADRE PINTO DE CAMPOS, 1858.

toda a acidez já conhecida das correspondências enviadas pelo clérigo, denunciava os atos do Olinda modificados pelo tempo e interesses pessoais. O Visconde de Camaragibe - grande interlocutor do sacerdote, além de seu protetor - deveria ler aquelas linhas: pensava, guardava e respondia ao sacerdote que também era, além de deputado geral, em diversas legislaturas, bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife. De uma forma ou de outra – na câmara ou na instituição educacional – o padre conhecia a mais fina flor da elite política que estudava sob as vistas do Visconde de Camaragibe: o diretor da instituição. Possuía diversos contatos e sabia ler bem intenções variadas.

Torna-se intrigante saber como deveria ser, a ele, custoso, executar a obrigação canônica do segredo de confissão. O homem posto a ouvir e transcrever em folhas de papel deveria conhecer demais, em segredo, os atos daqueles piedosos ministros, deputados, senadores, fazendeiros, banqueiros, plantadores de cana de açúcar. Ademais, se tantas vezes se colocava como o capelão ou “dizador de missas” de Camaragibe, talvez o repassar de informações fosse acordo firmado entre as atas sacramentais. As relações intestinas entre o padre e o senhor de engenho iam além das informações: o homem que celebrava os sacramentos para os Cavalcanti de Albuquerque também acompanhava as fofocas da Corte, ou melhor, as crônicas de escutar. As palavras sagradas oficiadas por Pinto de Campos não eram as únicas intenções conectadas ao irmão do Visconde de Albuquerque. Das orações, os ditos perfuravam aquilo que menos há de sagrado na humanidade: ambição e poder<sup>14</sup>.

Pedro de Araújo Lima era mais um daqueles filhos de senhores de engenho de Pernambuco. Fez o caminho já apontado por José

---

14 CADENA, op. cit., passim.

Murilo de Carvalho: foi estudar direito em Coimbra<sup>15</sup>. Para chegar até as terras lusas, Manoel de Araújo Lima teve de vender muito açúcar, escravizar muita gente e estabelecer relações com os mais diversos traficantes de carne humana espalhados pelo Brasil, Portugal e África<sup>16</sup>. Um deles vale ser anotado: Bento José da Costa, segundo Marcus Carvalho, um dos maiores comerciantes de pessoas já visto em Pernambuco. Ele esteve ligado aos rebeldes de 1817 e “sua filha havia casado com Domingos José Martins, o comerciante que liderou a revolta e foi executado por isso”<sup>17</sup>. Ainda segundo o mesmo historiador, “Bento tinha seus próprios navios, que desembarcavam africanos nas praias mais próximas dos seus engenhos. Depois de 1831, ainda anunciava comprando e vendendo escravos para fora da província”<sup>18</sup>.

Para formar-se em Coimbra, Pedro de Araújo Lima esteve envolvido com os mais diversos sujeitos: traficantes, atravessadores de açúcar e capitalistas. Não esteve ao lado da revolução de 1817, assim como os seus familiares, posicionaram-se do outro lado do conflito. E não custa nada lembrar: o pai de Araújo Lima possuía engenhos em pontos estratégicos de Sirinhaém: na beira do rio Camaragibe (Antas) e parte de uma propriedade importante (Boa Vista) facilitando, assim, pensarmos nas possibilidades de tráfico, também, aliadas à figura de Manoel de Araújo Lima<sup>19</sup>.

Foram esses traficantes que fizeram Pedro de Araújo Lima chegar às Cortes de Lisboa. Junto com Manoel Zeferino dos Santos,

---

15 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

16 CADENA, op. cit., passim.

17 CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo* (Recife, 1822 – 1850). Recife: EdUFPE, 2002. p. 155.

18 dem.

19 CADENA, op. cit., passim.

Domingos Jorge de Barros, Diogo Antonio Feijó, padre José Martignano de Alencar, Araújo Lima assentou-se em Lisboa. Ao que parece, aqueles dias criaram laços de solidariedade entre os participantes.

Pedro de Araújo Lima, surdo, em consequência das bexigas ou varíola, na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, ainda na infância, conseguiu ascender à regência em 1837, depois da conjunção dos mais diversos fatores. Um deles pode ter sido o casamento com dona Luíza Bernarda de Figueiredo, filha do desembargador José Bernardo de Figueiredo, ao que parece, amigo íntimo de Diogo Antônio Feijó. Quando o ex-regente de 1835 saiu do poder, em 1837, elevou Araújo Lima ao Senado e ao Ministério do Império. Pela constituição, na menoridade do Imperador, quem deveria assumir, interinamente, era esse ministro<sup>20</sup>.

Voltando ao fato da surdez de Pedro de Araújo Lima, ela foi recordada e indicada por aqueles que não se afinavam com a sua política, nos diversos momentos da trajetória política. Um dos escritores que veio a lembrar tal característica foi Joaquim Maria Machado de Assis que conheceu o Marquês de Olinda no Senado. Em um dos textos publicados na “Revista Brasileira”, no ano de 1898, o “Bruxo do Cosme Velho” expressou:

Também não o era Olinda, mas a autoridade deste sabe-se que era grande. Olinda aparecia-me envolvido na aurora liberal ou << situação nascente>>, mote de um dos chefes da liga, penso que Zacharias, que os conservadores glosaram por todos os feitios, na tribuna e na imprensa. Mas não deslizemos a reminiscências de outra ordem; fiquemos na surdez de Olinda, que competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política. Não seria tão surdo. Quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão de pressa o

---

20 CADENA, op. cit., passim.

adversário acabava, como ele principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo<sup>21</sup>.

Pedro de Araújo Lima teria como um dos seus maiores adversários José Martiniano de Alencar. É ele quem organiza junto aos irmãos Cavalcanti de Albuquerque o clube da Maioridade, que conseguirá derrubar o regente em 1840. Entre chocolates e bolinhos, no Rio de Janeiro, como deixou claro o José de Alencar, filho, o golpe era armado<sup>22</sup>.

Era o mesmo ano de 1840, quando Araújo Lima recebia carta do presidente da província do Ceará sobre uma suposta sociedade secreta, alocada na cidade de Icó, sertão daquela província, com aspirações para a derrubada da regência. Não seria de estranhar que tal indicativo viesse, justamente, do Ceará: porto político do padre José Martiniano de Alencar.

Francisco de Souza Martins era o presidente do Ceará desde fevereiro de 1840, fazia parte daquele grupo de bacharéis formados no curso jurídico de Olinda, protegidos por Araújo Lima, investigava uma sociedade secreta no sertão do Ceará em Icó. Um dos bilhetes que chegavam às mãos do presidente era para Thomaz de Aquino Pinto Bandeira, residente naquela localidade, “de espírito ativo, e amigo de novidades (segundo me informam); e mui relacionado com as pessoas da oposição nessa cidade”<sup>23</sup>.

Alguns escritos misteriosos, que deixavam o governo desconfiado, vinham com letra de mulher a João Facundo de Castro Menezes, “encerrando o bilhete com cifras idênticas às do primeiro, e dele

---

21 MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Velho Senado. In: Revista Brasileira. Rio de Janeiro: Sociedade – Revista Brasileira, Tomo décimo quarto, 1898, p. 365-266.

22 ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 17.

23 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - IHGB. Arquivo Marquês de Olinda - AMO. Lata 214 Pasta 47. FRANCISCO DE SOUZA MARTINS. 1840.

parece indubitável existir correspondência para essa Corte da mencionada sociedade”<sup>24</sup>. Em outras palavras, o presidente tinha certo medo de que toda aquela maquinação pudesse ser realizada entre o Ceará e Corte para a derrubada do regente. A razão para estar amedrontado era tanta que Souza Martins dizia: “parecendo-me improvável que pessoas desta cidade só por mero divertimento, ou por intriga, imaginem um abecedário de cifras, e com ele mantenham correspondência com a Corte”<sup>25</sup>. E ainda propunha o “exaltamento dos chefes desse partido, que se considera na véspera de perder na Província o predomínio que há gerado por tantos anos”<sup>26</sup>. Assim, o último recurso daqueles sujeitos seria “o apelo a uma revolução cujo fim não pode deixar de encontrar simpatias na população desta Província, e de outras do Império”<sup>27</sup>. Para Souza Martins, as circunstâncias eram “mui ponderosas e dignas de séria meditação, e de vigilantíssima precaução”<sup>28</sup>.

Parece que o Presidente do Ceará estava correto em suas desconfianças: o teatro da ação da missiva é muito mais complexo do que o leitor pode estar imaginando. Pensou-se, inicialmente, que alguns bilhetes estavam ligados ao Coronel Agostinho José Thomaz de Aquino, segundo Souza Martins, “cidadão respeitável e de minha inteira confiança”, já que a referência possuída era a de um “Aquino do Icó”. Contudo, o presidente da província desfaz a dúvida e indica Thomaz de Aquino Pinto Bandeira como o envolvido na confusão. Todavia, para Guilherme Studart (Barão de Studart), o Coronel Agostinho José Thomaz de Aquino não foi a melhor pessoa: “era capaz

---

24 IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840.

25 IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840.

26 IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840.

27 IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840.

28 IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840.

das maiores perfídias e crueldades”<sup>29</sup>. Havia sido “fervoroso liberal” e amigo de João Facundo de Castro Menezes, também colocado no imbróglio. Porém, voltou-se, depois, para o lado dos conservadores. Já seu ex-amigo João Facundo de Castro Menezes foi o presidente do Ceará desde a saída do padre Alencar em 25 de novembro de 1837 daquele cargo. João Facundo permanecia na presidência até a subida de Araújo Lima à Regência.

Nota-se que havia muito ressentimento e vontade de ver a queda daquele governo; assim, as atitudes de Martins tomam explicação, ainda mais, quando sabemos que, logo após a proclamação da Maioridade de Pedro II, João Facundo será o presidente da província. Muito provavelmente, estava armando contra Pedro de Araújo Lima e recebeu a recompensa. E se pensarmos mais um pouco, adicionamos outra informação: no Rio de Janeiro, o Clube da Maioridade teria o cearense padre José de Alencar como um dos fundadores. Tudo fazia sentido. Mas, o fim de João Facundo de Castro Menezes seria trágico. Aos 8 de dezembro de 1841, sendo vice-presidente do Ceará, foi assassinado, tendo como cúmplice do crime: Agostinho José Thomaz de Aquino<sup>30</sup>.

O padre Alencar estivera envolvido com a sua família na revolução de 1817. Segundo Muniz Tavares, foi ele, ainda subdiácono, formando-se no seminário de Olinda, quem sairia com a missão de levar a revolução ao Crato. Chegando lá, fará a sua prédica revolucionária contra a opressão do governo português<sup>31</sup>. De modo similar, na revolução de 1824, a família Alencar estaria imersa na Confederação do Equador. O irmão de padre Alencar, Tristão Gonçalves, foi,

---

29 STUDART, Guilherme (Barão de Studart). Dicionario Bio-Bibliographico Cearense. Volume Primeiro. Fortaleza: Typo-Lythographia a vapor, 1910. p. 14-15.

30 STUDART, op. cit., p. 15.

31 TAVARES, Francisco Muniz. História da Revolução de Pernambuco em 1817. Recife: CEPE, 2017, passim.

inclusive, o presidente revolucionário no Ceará. Derrotado o movimento, Alencar pediria perdão ao imperador.

Apesar de estarem em lados opostos nas arenas políticas, ao que parece, os sujeitos aqui indicados, apresentavam proximidades, ao ponto do padre Alencar pedir ao Marquês de Olinda cargo para um seu apaniguado.

Ainda era 26 de novembro de 1857, quando o padre Alencar enviava missiva ao Marquês de Olinda, enquanto presidente do conselho de ministros. A carta é extensa, todavia, vale pelos argumentos usados para a súplica por Leonardo Ferreira Marques. E adiantavam-se os pedidos:

Não tendo outro título, a que me possa pegar para inscrever de Vossa Excelência um favor, lembro-me de dizer a Vossa Excelência que é um dos três velhos companheiros de Vossa Excelência [...] hoje em dia vivos, e que comporam sua carreira política com Vossa Excelência nas Cortes de Lisboa, que lhe pediu uma dita para a [...] Leonardo Ferreira Marques estabelecido na Província do Amazonas, e hoje vem reiterar este pedido levando a presença da Vossa Excelência o requerimento do pretendente com os Documentos, que comprovam os seus serviços. Além do que aí se expunha prova-se mais a consideração de que ele goza pela circunstância de ter ultimamente nomeado digo proposto para comandante superior da Guarda Nacional do Município da Capital daquela Província, como poderá afirmar a Vossa Excelência o senhor Ministro da Justiça, que também tem consigo os atestados honrosos ao pretendente passados pelos deputados Dias Vieira ex-presidente do Amazonas, e Serra Carneiro ex juiz de Direito da mesma Província. Digne-se Vossa Excelência atender-me neste pedido, que muito lhe agradecerei; pois é uma dívida que tenho a pagar a este [...], e a seu irmão capitão da 1ª Linha Bento Ferreira Marques Brasil, que me salvaram a vida em 1840 quando os ordeiros de minha Província por bem da ordem deles, e como

eles a entendem, me quiseram assassinar no Ceará quando lá estive na minha última presidência: [...] por bem da ordem que eles [...] / que aliás ainda estão até hoje da posse de todos [...] oficiais / queriam por meio de uma sedição armada, e violenta assassinar a 1ª autoridade da Província! Mas em [...] eles muito embora dos frutos da sua rebeldia, [...] Vossa Excelência uma graça a aquele que defendeu nessa ocasião a vida do Presidente e que hoje espera que este lhe preste algum serviço em sinal de gratidão<sup>32</sup>.

A regência foi o período que serviu tanto para desqualificar quanto para elogiar o tempo mais lembrado da vida do Marquês de Olinda. Já o padre Alencar invertia esse tempo, buscava ainda mais longe a autoridade, ou melhor, procurava a lembrança dos dias em que trabalharam nas Cortes de Lisboa, guardando a intenção do passado iniciado quando o Brasil ainda estava unido a Portugal e logo se separaria. Uma geração que o tempo, cruel adversário, já havia levado a todos, e, apenas sobravam alguns quatro exemplares. Talvez, o padre quisesse mostrar o Olinda muito diverso daquele tempo longínquo.

No entanto, Alencar parecia querer tornar-se esquecido, o período regencial, exatamente pela deposição do regente pelo grupo ao qual estava estabelecido. Entretanto, jogando para fora do escrito os dias de oposição, não reflete ser o pedido por Leonardo Ferreira Marques advindo dos excessos do partido conservador, dos acerbados de Olinda, naquele momento. Alencar atrela 1840 a história própria, desvinculando-a da do ministro pernambucano. Pode ter

---

32 IHGB. AMO. Lata 207 Pasta 41. JOSÉ DE ALENCAR. 1857. O documento, hoje, encontra-se no estado de “impossibilitado para consulta”. Todavia, quando ainda era possível tomar nota, transcrevemos o que pudemos daquela página. Aqui, trazemos, na íntegra, todavia, sem as saudações iniciais e finais, o que conseguimos transcrever. Por encontrar-se bastante degradado, os furos e cortes são imensos, como pode ser visto da leitura e do sinal de colchetes que trazemos em várias partes do texto.

sido uma estratégia para adiantar-se aos sentimentos de rancor, tão comuns, ao peito de Olinda. A tentativa de assassinato tinha por causa aquilo indicado por Viana Filho: “Iria proteger os amigos perseguidos pelos Caramurus, designação dada aos Conservadores.” A Província do Ceará, estando próxima de sedição, fazia o sacerdote “expor a vida”, indo até Sobral, donde “pequeno levante chefiado por um Major Torres, cercou-lhe a casa em um tiroteio que perdurou por toda a noite”<sup>33</sup>. Enfim, mesmo desviada, a intenção de Alencar na carta era atrelada aos aliados de Olinda no momento de 1840. Como o Marquês possuía gosto em guardar mágoas, não deve ter perdoado o padre organizador de reuniões em casa para sua deposição do poder. Se Olinda estava acima dos partidos e vivia como um “rei constitucional”, do tipo indicado por Martinho de Campos, devia ser por não querer envolver-se nessas quedas e subidas dadas ao derredor, mesmo se apoderando delas. Olinda era jogador. Nada mais ambicioso e raivoso que um perdedor e a derrota de 1840 teria sido trágica. Ao final, não sabemos se o pedido fora atendido. No entanto, fazia-se em súplica de velho para velho, sem nenhuma oportunidade de um chamar ao outro inútil ou caduco. Mas, o José Martiniano de Alencar, filho, soltaria os canhões sobre Olinda, em breve, usando-se desse argumento.

Deveis sentir, Marquês, imenso gáudio contemplando vossa obra. Enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado: rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe.

Quem o dissera?

---

33 VIANA FILHO, Luís. A vida de José de Alencar. São Paulo: UNESP/ Salvador: EDUFBA, 2008, p. 47.

O ancião, carregado de anos, mais velho que o século e o império já fatigado das lutas ardentes, sobrepujou uma plêiade de varões fortes, ainda robustos na idade e talento. Enquanto estes truncavam por um pânico incompreensível o livro de sua vida ilustre, o ancião abriu nova era a uma existência que parecia já selada, como um testamento, para a história. [...] Vosso orgulho deve estar satisfeito; mas a consciência há de ter sofrido lanhos profundos, daqueles que nunca cicatrizam<sup>34</sup>.

Alencar ia desfiando imenso rosário enquanto indicava a história de Olinda: o ilustre passado conservador contra o presente de ninguém. Mostrava que durante o reinado do Pedro I - quando assumira o ministério do Império, aos 14 de novembro de 1823 e deixando no dia 17, por dizer-se incapaz - “na robustez da idade, quando o espírito se arroja, apareceis na História do Brasil dando um testemunho admirável de abnegação e modéstia. Retiraste do ministério, impelido pela convicção da própria insuficiência”<sup>35</sup>. E prossegue: “Mais tarde, chamado de repente a alta magistratura da regência, vos cercastes de brasileiros eminentes”, ou seja, dos regressistas. “Repousando na imparcialidade das altas funções, deixastes que os obreiros gloriosos trabalhassem na restauração do princípio da autoridade”: que destruíssem a obra dos proto-liberais da descentralização. Mas, “quando, em 1863, ressurgistes dos limbos de uma passmosa mistificação, os conservadores não estavam em seu posto de honra para resistir-vos. Travastes da acha ministerial para devastar o partido estremeado”<sup>36</sup>, desfazendo a câmara de maioria conservadora, chamando novas eleições e a entregando aos ligueiros ( essa palavra está correta?).

---

34 ALENCAR, op. cit., 2009, p. 249.

35 ALENCAR, op. cit., 2009, p. 248.

36 ALENCAR, op. cit., 2009, p. 249.

O ministro pernambucano era de incrível longevidade. Passara por todos os maiores cargos do Império. Sendo nascido em 1793 era mais velho que o Oitocentos e o Império. Todavia, Alencar atribuiu ao Marquês o epíteto de “vice-rei”, podendo carregar, em si, várias conotações. A presidência do conselho de ministros trazia ao que assumia esse título, a responsabilidade de organizar as pastas ministeriais ao lado do Imperador. Tinha certa independência política, mesmo todos sabendo ser, Olinda, pau mandado de Pedro II, em diversos momentos. Mantinha-se o ministério por ordens dele. E o presidente do conselho de ministros era colocado cobrindo o “poder moderador irresponsável”. No entanto, há outra interpretação. Alencar era jurista, estudara as leis e as conhecia profundamente: poderia estar associando o termo ao antigo uso, como observara as funções, Antonio Hespanha:

De acordo com a doutrina jurídica do Antigo Regime, os vice-reis (vicários do rei) possuíam um poder extraordinário (*extraordinaria potestas*, similar àquele exercitado pelos chefes militares supremos, *dux*). Como o próprio rei, eles poderiam derrogar leis para melhor cumprir os objetivos estratégicos de suas missões. Nas instruções régias dadas aos vice-reis e governadores, tanto na China quanto no Brasil, uma cláusula era usualmente inserida de acordo com a qual eles estavam autorizados a desobedecer à instrução se o “real serviço” (“meu real serviço”) o requeresse, ou se o mesmo acontecesse em virtude das condições específicas daqueles lugares remotos<sup>37</sup>.

Alencar colocou ser, o Marquês de Olinda, anterior ao Império. Assim, deveria estar fazendo alusão a esse uso do termo. Devemos

---

37 HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Na trama das redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 60.

lembrar, também, que corria no parlamento, pela década de 1850, ter Olinda dito desobedecer ao rei para melhor servi-lo. Ou seja: melhor alusão a este episódio, não havia. Postava-se independente ante os atos do rei, desobedecia, sempre o servindo e baixando a cabeça quando dava.

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, faleceu às 4 horas da manhã do dia 7 de junho de 1870. Estava em casa, na Rua do Lavradio, número 50B, Rio de Janeiro. O motivo do óbito era o “amolecimento agudo do cérebro complicado de hemorragia”<sup>38</sup>. Havia frequentado as sessões do Senado nos dias 2 e 3 de junho. Depois disso, a câmara alta não veria mais o Marquês de Olinda<sup>39</sup>. O “amolecimento” era a causa científica, havia outra: o Marquês de Olinda era favorável ao esbulho das propriedades das ordens religiosas. Assim, teria “o tribunal da divina justiça” chamado o político pernambucano para prestar contas da medida: era a notícia que corria de boca em boca<sup>40</sup>. Dessa forma, o Marquês de Olinda morria envolto em aura de mistério. O próprio Deus, rancoroso, levou o senador: era como alguns contemporâneos acreditavam.

---

38 HDBN. O Liberal. 1870, N.º. 201.

39 HDBN. Diário do Rio de Janeiro. 1870. N.º. 164 e 165

40 HDBN. Diário do Rio de Janeiro. 1870. N.º. 162.



## CAPITULO IX

### Entre o sertão da Bahia e Olinda: notas sobre a formação superior e as primeiras alianças políticas de José Antônio Gomes Neto, (Brasil, 1840)<sup>1</sup>

No Brasil imperial, “a educação era a marca distintiva da elite política”.<sup>2</sup> Aqueles que almejavam manter-se ou fazer parte desse grupo seletivo não desprezavam a instrução, sobretudo a formação jurídica, como porta de entrada para ocupações relevantes dentro do Estado brasileiro. Embora essa realidade tenha sido observada em todo o oitocentos, e também na República, destaca-se a importância da formação superior na primeira metade do século XIX pelo fato de que esse período corresponde à constituição do Estado imperial e de suas elites políticas. Nesse processo, as ideias vigentes após 1822, de formação de uma elite independente no Brasil e capaz de reestruturar o cenário intelectual, político e econômico do Estado que se pretendia construir, fizeram com que a Universidade de Coimbra, até então o principal centro de formação dos bacharéis brasileiros,

- 1 Este artigo faz parte de um estudo mais amplo, que analisa a trajetória política de José Antônio Gomes Neto e suas redes no Império. AGUIAR, Liélva Azevedo. Entre a política e a magistratura. O barão de Caetité e suas articulações no Império (alto sertão da Bahia e além, 1840-1880). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFBA, Salvador, 2019.
- 2 CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 79.

perdesse sua primazia para os cursos de Direito implantados em Olinda e São Paulo, que nasceram em resposta “à necessidade de conformar quadros autônomos e criar uma *intelligentsia* local para enfrentar os problemas específicos da nação”.<sup>3</sup>

Longe de serem instituições de amplo acesso, as academias de Direito do Brasil congregavam os filhos das famílias mais abastadas do país, incluindo aqueles que se deslocavam de regiões improváveis – para uma historiografia que privilegiou a riqueza dos grandes centros e das grandes lavouras – como o alto sertão da Bahia, que se distanciava a uns 700 quilômetros da capital da província e, muito mais, de Olinda e de São Paulo. Embora também distantes da corte Imperial, as regiões sertanejas não viviam em condição de isolamento nem alheias aos acontecimentos do restante do país. Muitos senhores e comerciantes dos sertões ostentavam riquezas e prestígio político, cultivando também hábitos e costumes compatíveis com as demais elites do Império.

Negócios mantidos pelos familiares de José Antônio Gomes Neto, especialmente por seu pai e seu avô, comerciantes de algodão entre sertões e a capital baiana, certamente contribuíram para ampliar as perspectivas em torno da sua vida profissional e financeira. Em 1841, depois de cursar parte dos estudos preparatórios na Bahia, José Antônio Gomes Neto foi enviado para Olinda – mesmo tendo demonstrado o desejo de ir para São Paulo – sob a expectativa de tornar-se um prestigiado bacharel em Direito. A prevalência da vontade do seu pai, notada em cartas trocadas, demonstra o quanto a construção de uma carreira profissional carregava o peso das decisões familiares, hierarquicamente, tomadas.

Conforme demonstrado na tabela 01 (abaixo), na década de 1840 a maioria dos alunos da academia de direito de Olinda provinha da

---

3 SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 141.

Bahia, com exceção daqueles que já eram naturais de Pernambuco. Em seguida estavam os estudantes da Paraíba e do Maranhão. Em São Paulo, na mesma década, a Bahia ocupava o quarto lugar entre o número de formandos, enquanto a maioria provinha do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, o que demonstra uma concentração regional em ambas as faculdades. Fazendo um comparativo geral, foi em Olinda que se formou a maioria dos bacharéis brasileiros nesse período em destaque, mais que o dobro dos graduados em São Paulo.

Tabela 01

Formandos da Faculdade de Direito de Olinda e de São Paulo (década de 1840)<sup>4</sup>

NATURALIDADE	ANO DA FORMATURA – OLINDA										TOTAL
	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	
Pernambuco	9	15	7	11	10	4	10	17	21	16	120
Bahia	4		4	6	3	5	7	10	13	8	60
Paraíba	1	2	3	4	4	2	2	3	5	3	29
Maranhão	2	1	1	2	3	2		4	3	3	21
Ceará		6	3	1	4			1	2	1	18
Alagoas	1	1	2	2		2	1	1	4	2	16
Rio de Janeiro	2					1	2	1	2	3	11
Piauí	1		1	1	1	2		2	2		10
Pará	1	1		4	2	1					9
Rio Grande do Norte			1	2			1		3		7
Sergipe								2		2	4
Portugal						1		1	1		3
Minas Gerais								1		1	2
São Paulo								1	1		2
Goiás								1			1
Cisplatina							1				1
Rio Grande do Sul								1			1
TOTAL	21	26	22	33	27	20	24	46	57	39	317

4 Baseada na lista geral dos bacharéis e doutores das Faculdades de Direito de Pernambuco (1931) e de São Paulo (1900)

NATURALIDADE	ANO DA FORMATURA - SÃO PAULO										TOTAL
	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	
Rio de Janeiro	2	1	2	2	3	4	1	9	4	11	39
São Paulo	3	1	6	2	6	1	2	6	4	6	37
Minas Gerais	1		3	2		2		5	1	3	17
Bahia		3			1	2	2	3	1	3	15
Maranhão	1		3	2		2			1		9
Rio Grande do Sul	1				2	1	1			3	8
Santa Catarina		1	1	1	1		1	1	1		7
Portugal		1					1		2	1	5
Mato Grosso								2		1	3
Pernambuco			1						1		2
Goiás			1				1				2
Pará					1						1
Piauí		1									1
Sergipe										1	1
Alagoas										1	1
Ceará										1	1
França					1						1
Montevidéu			1								1
TOTAL	8	8	18	9	15	12	9	26	15	30	151

Considerando que José Antônio Gomes Neto concluiu seu curso em 1846, é importante ponderar que, provavelmente, todos os estudantes que se formaram na década de 1840 em Olinda tiveram algum contato com o colega do sertão baiano, quer no início ou no findar do curso acadêmico. Isso revela a possibilidade de constituição de uma rede social muito significativa e abrangente, envolvendo os filhos das elites de quase todas as províncias brasileiras e, também, de Portugal. Por esse motivo, José Murilo de Carvalho destaca a importância da “concentração temática e geográfica” para a vida política desses estudantes que, na academia, estabeleciam contatos com jovens de diversos lugares.<sup>5</sup> Conhecer as vivências partilhadas

5 CARVALHO, op. cit. p. 65.

por esses jovens em torno das escolas superiores pode ser muito significativo para a compreensão de suas trajetórias após a conclusão do curso superior, especialmente para aqueles que souberam aproveitar esse momento propício de entrecruzamento de vidas, troca de experiências e constituição de amizades.

### Travessias da vida estudantil

Para José Antônio Gomes Neto e outros tantos estudantes que viveram em Olinda durante a década de 1840, o período acadêmico representou um tempo de travessias para um horizonte de *status* e prestígio maiores do que aqueles que lhes garantiam estar ali. Desconsiderando a longa viagem do sertão até Salvador e a mudança de vida provocada por esse deslocamento inicial, mas, focando no Porto da Bahia, de onde partiram os sessenta baianos que se formaram em Olinda naquela década, observa-se a primeira a travessia: a bordo do vapor. Essa angustiante viagem pela costa do Atlântico durava, em média, três dias e era literalmente um divisor de águas na vida desses jovens: “cheguei com três dias de viagem e não foi grande o incômodo que sofri motivado pelo enjoo”<sup>6</sup>; “no dia 23 aqui cheguei felizmente apesar do mal estado do vapor e dos perigos que por certo me expus”<sup>7</sup>; “na minha viagem rapei alguns sustos, porém como me achava bem favorecido pela Providência, nada me aconteceu”<sup>8</sup>. Ao longo de aproximadamente cinco anos iam e vinham, por meio dessas embarcações, fragmentos da vida desses jovens através de encomendas, correspondências, remessas de dinheiro, roupas, objetos, etc., até que chegasse o dia em que eles próprios, que aportaram como estudantes, desancorassem como bacharéis.

---

6 APMC.AFBC.JAGN 1.13.1

7 APMC.AFBC.JAGN 1.17A.1

8 APMC. AFBC. JAGN 2.11

No caso específico de José, deve-se considerar o momento particular em que viveu em Olinda. Na década de 1840 excitou-se em Pernambuco o movimento Praieira, de cunho liberal e nacionalista, que eclodiu de forma revoltosa em 1848. Contudo, mesmo antes dessa data já existia uma disputa político-ideológica, tendo em vista que muitos pernambucanos eram contrários à monarquia, queixavam-se da falta de autonomia provincial e ambicionavam a liberdade política.<sup>9</sup>

Em meio a uma conjuntura de “revolta”, estudantes de diferentes lugares transitavam pelas ruas pernambucanas, muitas vezes ao lado de seus escravizados – como Gregório e Felisberto, que acompanharam José Antônio Gomes Neto e seu conterrâneo sertanejo, Gasparino de Castro, durante os estudos – contagiando-se com tudo o que atravessava as cidades de Olinda e Recife. Eles não podiam, e certamente não queriam, separar a vida acadêmica da vida social, nem se esquivar das experiências de moradia compartilhada, das distrações e demais interesses próprios da idade e da época.

Quando chegou a Olinda, José dividiu residência com o baiano Ermano Domingos Couto, que depois de graduado chegou ao posto de Conselheiro do Tribunal de Relações do Pará (1874) e com outros

---

9 Segundo Marcus Carvalho: o nome oficial do novo partido era Partido Nacional de Pernambuco. O apelido de “partido praieiro”, dado pelos conservadores, “devia-se ao fato de a sede ficar na rua da Praia, à beira do Capibaribe, no qual se jogava lixo e se despejavam os ‘tigres’”. Considerando que “o que estava na praia, não era coisa boa nem limpa”, observa-se a conotação pejorativa do apelido. Mas, o autor também apresenta uma segunda versão, a de que o epíteto praieiro estivesse relacionado ao lugar de reuniões de políticos ligados ao partido no Rio de Janeiro, a saber, na Praia Grande, atual Niterói, “na casa do mordomo imperial, Paulo Barbosa da Silva. Era ali o chamado ‘clube da Joana’”. Essa denominação “equivalia a chamá-los de cortesãos ou mesmo de corcundas, certamente uma ofensa para parlamentares que se pretendiam liberais constitucionalistas”. CARVALHO, Marcus J. M. de. *Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.): *O Brasil Império. Vol.II – 1831-1870*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017. p. 164.

colegas. A importância da moradia compartilhada fortalecia os vínculos estabelecidos entre estudantes de diferentes períodos, como aconteceu com Ermano, do 3º ano do curso de ciências jurídicas e o próprio José, que quando chegou a Olinda ainda estudava para os exames preparatórios. Nesse contexto, as relações construídas dentro e fora do universo acadêmico, muitas vezes na informalidade do dia a dia, foram importantes para a constituição das redes que cercaram a vida desse jovem proveniente do sertão baiano.

No entremeio dos anos acadêmicos muitos partiram enquanto outros chegavam. As cartas de amigos e familiares iam e vinham pelos vapores, a exemplo das enviadas pelo próprio Ermano Couto, logo depois que retornou à Bahia: “tenho-lhe por quatro vezes escrito, sem que nenhuma dessas cartas tenha merecido sua preciosa atenção”; e de outros tantos amigos de curso: “pelo vapor que não há muito levou os rapazes, me parece que te escrevi”<sup>10</sup>; “tenho respondido a todas as suas preciosas cartas”<sup>11</sup>; “esta vai buscar novas da tua saúde”<sup>12</sup>; “aí vai uma cartinha que terá a bondade de enviá-las à Eliza”<sup>13</sup>. Um assunto recorrente nas cartas enviadas por aqueles que aportaram na Bahia nos idos de 1845 foram os boatos em torno de uma possível insurgência de negros: “fala-se em levantes de pretos, por mim julgo que abortará pelas providências que se tem tomado”<sup>14</sup>; “fala-se em barulhos de pretos, isto é mal”<sup>15</sup>, o que

---

10 APMC. AFBC. JAGN 1.12.1

11 APMC. AFBC. JAGN 1.26.2

12 APMC. AFBC. JAGN 2.11

13 APMC. AFBC. JAGN 2.34

14 APMC. AFBC. JAGN 2.11

15 APMC. AFBC. JAGN 1.17A.1

demonstra a inquietude daqueles acadêmicos de meados do século XIX com possíveis abalos na ordem escravista.<sup>16</sup>

Do sertão, no mesmo ano, as notícias eram outras, algumas de contentamento com a chegada do primeiro sobrinho: “sua mana está pesada e pouco tempo falta para dar a luz e muito desejamos que seja você o padrinho”<sup>17</sup>; outras, de tristeza, como a notícia do surto de bexiga que assombrava aquela região: “a peste da bexiga fez [em Caetité] terríveis estragos, o número dos q foram vítimas dentro da vila sobe a 300 e suas circunvizinhanças 800. É digna de toda comiseração nossa Caetité”.<sup>18</sup>

Não deixou de chegar até ele, certamente em mais de uma correspondência, o propagado caso da rixa entre as famílias Moura e

---

16 Não se sabe a quais acontecimentos esses jovens se referiram. No entanto, para esse contexto, foram encontrados dois casos notórios na Bahia. O primeiro, discutido por Igor Santos, refere-se ao afamado escravizado fugitivo “Lucas da Feira” e seu bando de salteadores, que praticava crimes no entorno da vila de Feira de Santana, ganhando visibilidade nacional depois de denúncias veiculadas na imprensa da Bahia a partir de fins de 1844. No ano seguinte, por meio do edital de 13 de maio de 1845, o governo ofereceu uma recompensa de 4 contos de réis pela sua captura, vivo ou morto. Outro caso que ganhou repercussão nesse ano de 1845 aconteceu nas imediações da vila de Nazaré, conforme foi narrado por João Reis. Refere-se ao escravizado Bernardo, africano, que nutria prestígio entre os cativos do seu convívio e vivia a chefiar revoltas. Ao contrário de Lucas da Feira, que viva pelos matos, Bernardo tinha casa própria, arma, munição e com frequência reunia negros de diversas partes para batuques e “muitas outras coisas que indicam a levante”, sendo, portanto, denunciado como “cabeça de motim” e “mau conselheiro dos outros que vivem obedientes aos seus senhores”. Em 1845 sua casa foi invadida, ele foi preso e açoitado publicamente. Sobre esses acontecimentos ver: SANTOS, Igor Gomes. A hora da heterogênea: crime, criminalização de comunidades volantes na formação da nação. Bahia (1822-1823).

Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2017; REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. In: Revista Afro-Ásia, nº15, 1992. p.100-126.

17 APMC. AFBC. JAGN 1.19.3

18 APMC. AFBC. JAGN 2.56A

Canguçu, conforme relatou o colega Gasparino de Castro em maio de 1846: “já debes saber do atentado”: o Liolino Canguçu “na família dos Mouras matando o Martiniano e pondo em estado mui perigoso o Manuel Justiniano, que com suas próprias mãos deu-lhe um tiro e foi matar o irmão a poucas légoas”<sup>19</sup>. Essa briga envolvia famílias muito conhecidas na região alto-sertaneja, proprietários da fazenda Campo Seco, gente que desfrutava de grande poder aquisitivo e político. O pivô do atentado tinha a ver com a fuga (ou furto) da jovem Pórcia, filha do Tenente Coronel José Antônio da Silva Castro, juntamente com Liolino, homem feito, já casado, da família dos Canguçu.<sup>20</sup>

Além do surto da bexiga e do caso do “roubo” de Pórcia, outra notícia que rompeu o sertão, alastrando-se rapidamente, foi a descoberta de diamantes na Serra do Sincorá a aproximadamente 250km de distância de Caetité. Esse acontecimento mobilizou as populações sertanejas a se mudarem para a região mineradora, inclusive muitos familiares de José Antônio Gomes Neto. Nas cartas enviadas pelo cunhado Joaquim Manoel Rodrigues Lima [pai], esse assunto já era recorrente: “na freguesia do Cincorá apareceu uma rica lavra de diamantes onde tem muita gente e creio que [Caetité] virá a ficar

---

19 APMC.AFBC.JAGN 1.13.8

20 Essa história alardeou-se pelo tempo. Foi retratada pelo autor Afrânio Peixoto em seu romance *A Sinhazinha*, publicado em 1929, e pelo médico Lycurgo Santos Filho, que escreveu sobre a família Canguçu (1956). Também inspirou outras obras literárias entre as quais se destacam o *ABC de Castro Alves*, escrito por Jorge Amado (lembrando que Castro Alves era sobrinho de Pórcia, a jovem “rap-tada”), em 1941, e, mais recentemente, o romance *Idílio de Pórcia e Liolino*, do escritor Dário Contrim, os cordéis de José Walter Pires, entre outros. No âmbito acadêmico, ver: SOUZA, Luiza Campos de. *Conflito de família e banditismo rural na primeira metade do século XIX: Canguçu e “peitos largos” contra Castros e Mouras nos sertões da Bahia*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFBA, Salvador, 2014.

despovoado”<sup>21</sup>; “a vila está a ficar deserta pois todos os dias sai gente para a serra diamantina no município de Rio de Contas, eu também estou de saída para lá”<sup>22</sup>. Na euforia daqueles que já gozavam boa sorte, um primo seu, Azevedo, não hesitou em enviar-lhe junto a carta um “agrado” de valor: “por ir esta carta no correio não mando outra pedra maior para não causar desconfiança”.<sup>23</sup> Para José, em Olinda, as notícias de que seus familiares estavam na Chapada arriscando a sorte com os diamantes, devem ter causado um misto de apreensão e expectativa, sentimentos que se transmutavam a cada carta recebida da Bahia e com os quais aprendeu a lidar vivendo longe de casa.

Afora o esmero com que era revestida a prática da comunicação por escrito, o que incluía bilhetes e cartões, além de cartas, diversas encomendas foram enviadas a José através dos vapores e, entre elas, o consumo eminentemente masculino e adulto dos charutos não podia ser descurado: “eu tenho mais cousa para te mandar, bons charutos que estão já em casa comprados, mas a pressa do vapor me impede desse obséquo”<sup>24</sup>, uma “caixinha para cartas” confiada ao amigo Gasparino Moreira de Castro: “desejo [que] ela fique a seu agrado”<sup>25</sup>. Não faltavam os “biscoitos”<sup>26</sup>, além de outras peculiaridades: “em tempo oportuno lhe irá a fita e caixa com as firmas por você determinadas”<sup>27</sup> e “uma corrente de aço para o teu uso diário”<sup>28</sup>, talvez para o relógio de bolso. Também era recorrente a remessa de

---

21 APMC.AFBC. JAGN 1.19.2

22 APMC.AFBC. JAGN 1.19.2A

23 APMC.AFBC. JAGN 2.56A

24 APMC. AFBC. JAGN 1.13.2

25 APMC. AFBC. JAGN 1.11.4

26 APMC. AFBC. JAGN 1.13.8

27 APMC. AFBC. JAGN 1.11.3

28 APMC. AFBC. JAGN 1.13.8

roupas e cortes de tecidos: “tem um pano que Zeferino pediu-me te entregasse e uma camisa que veio de Caetité”<sup>29</sup>; “pela agência te será entregue” um “colete de cetim, uma camisa e pano preto para calça e ceroula. Esta é feita a pressa, porque o vapor chegou ontem a tarde e vai hoje”.<sup>30</sup> Como se vê as comunicações e os transportes em tempo que as coisas e as pessoas não trafegavam tão rápido, não deixavam de ser expressas, levando pressa ao ofício de corte e costura, por causa da partida do vapor. Nesses detalhes percebe-se que o investimento e o envolvimento na carreira do moço não mobilizavam apenas seu pai.

A travessia das relações de amizade, quase sempre mantidas pelos colegas mesmo depois de alguns já terem concluído o curso e retornado para as províncias de origem, é um aspecto salutar. Em correspondência enviada no ano de 1846, Gasparino Moreira de Castro recordou que aquele era o último ano acadêmico do amigo e conterrâneo, portanto fez menção à culminância do curso com a cerimônia do ato: “eu te remeto este colete [...] para teu ato, e bem sabes que tenho sentimento de não assisti-lo”. Esse era, sem dúvidas, um momento solene que marcava o encerramento do curso. Porém, não era o único que causava euforia e comoção entre os estudantes. A correspondência do amigo Ermano Couto evidencia outro lamento por parte de quem já havia se despedido de Olinda, a saber, as “distrações”: “bem sei que as muitas distrações, o tem inibido de cumprir esse dever [de responder cartas suas], senão de civilidade ao menos de amizade”.<sup>31</sup>

São pequenos trechos que dilatam a perspectiva de compreensão da vida desses sujeitos, apontando para outras travessias, em que as amizades também se constituíam acompanhadas de “bons

---

29 APMC. AFBC. JAGN 1.13.2

30 APMC. AFBC. JAGN 1.13.2

31 APMC. AFBC. JAGN 1.11.1

charutos”, finos panos bem cortados, jantares e “vinho”: “faça-me bem lembrado ao Baltazar de Aragão e aos outros amigos, incluindo aquele teu calouro que nos deu aquele jantar, de uma frigideira, e garrafa de vinho: manda-me dizer se todos esses nossos conhecidos estão matriculados”.<sup>32</sup> Dividindo a mesma moradia, Ermanno, José, Gasparino, além de outros colegas, certamente partilharam muitos momentos de “distrações”. Para além de jantares, havia festividades corriqueiras no meio acadêmico, animadas pelo assédio que rodeava a cidade de Olinda em vista da estada desses estudantes: “que tivesse tido uma boa festa, logrado perfeita saúde, e mais outros prazeres, é tudo quanto posso desejar-lhe atualmente [e] que tenha passado a sua folha alguma das boas moças que por esse tempo costumam ir para aí distrair-se do calhido Recife”.<sup>33</sup>

Considerando o público que compunha o curso de direito da cidade de Olinda, formado majoritariamente por estudantes do sexo masculino provenientes de famílias abastadas, é possível imaginar o quanto isso atraiu a atenção das moças do lugar, tanto daquelas cujas famílias almejavam um casamento vantajoso, quanto das que se deixavam cortejar por dinheiro ou diversão. Remediadas ou pobres, elas se fizeram presentes na vida daqueles acadêmicos. Percebe-se, através desses indícios, como a academia de direito movimentava a vida em Olinda e Recife, modificando o ritmo dessas cidades até que chegasse ao ponto de o curso ser transferido para Recife (1854), como, aliás, já se previa na correspondência do amigo Luiz Antônio Pereira Franco, enviada em 1847: “depois que se introduziu a moda de virem do Recife em carros de aluguel, de maneira que todos os dias chegam do Recife 6 carros, pois que muitos estudantes para lá se mudaram”. Esperava-se “um abandono de Olinda, logo

---

32 APMC. AFBC. JAGN 1.11.1

33 APMC. AFBC. JAGN 1.11.1

que se houverem ônibus”.<sup>34</sup> Esse trecho não só fala da possibilidade de mudança da faculdade de direito para Recife, como também da moda de carro de aluguel e do estabelecimento de linhas de ônibus entre as cidades, indícios flagrantes de um momento de transformações urbanísticas e modernizadoras que começava a irradiar no país, um registro importante para outros estudos.

Embora ligeiramente explorados, esses fragmentos de correspondências revelam como Gasparino, Ermano, Pereira Franco, Freitas Henrique, Paranaguá, entre outros jovens que assinavam suas cartas assim, informalmente, fizeram parte da vida estudantil de José Antônio Gomes Neto. A partir do ambiente acadêmico eles constituíram redes dinâmicas de relacionamentos permeáveis a outros estudantes. Essas redes, fortalecidas e alargadas também nos momentos de distração, propiciaram vínculos que posteriormente se traduziriam em alianças políticas, favores, graças e pedidos.

### Entre colegas e amigos: as primeiras redes políticas.

Na primavera de 1846, quando José Antônio Gomes Neto alcançou o grau de bacharel, nem tudo eram flores no cenário da atuação jurídica do país. Um problema latente à época era o chamado “excesso de bacharéis” que, na prática, significava que muitos profissionais recém-formados não encontravam colocação como advogados e magistrados, justamente porque, ao longo do século XIX, o contingente de interessados na prestigiosa carreira jurídica foi tornando-se cada vez mais esmagador.

Essa situação foi descrita na correspondência do colega João Lustosa da Cunha Paranaguá a Gomes Neto, em janeiro de 1847, poucos meses após a formatura de ambos: “até hoje nada de emprego e

---

34 APMC. AFBC. JAGN 1.26.3

poucas as esperanças de obtê-lo”<sup>35</sup>. Esse fenômeno, “repetidas vezes mencionado na época”, gerou, conforme José Murilo de Carvalho, uma “busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial”, induzindo-os, em muitos casos, à disputa de cargos eletivos como o de deputado provincial.<sup>36</sup> Nessa conjuntura, muitos amigos de José Antônio Gomes Neto, recém-formados ou em vias de concluir o curso superior, ainda que sem perfil ou ambições partidárias, abraçaram as campanhas eleitorais com a esperança de encontrar na atuação política uma ocupação transitória, como declararam os colegas Gasparino Moreira de Castro, em agosto de 1846: “sabes que também estou candidato a Deputado Provincial, como não tenho que fazer quero meter-me em cabelos”<sup>37</sup> e João Antônio Freitas Henrique, também no mesmo pleito:

não te deve ser estranho q eu formado me julgue também habilitado e pretenda como princípio de carreira a tribuna parlamentar, eu bem reconheço, Gomes, que me faltam todos os quesitos [...] mas tal é o tempo [e] as circunstâncias que me não posso furtar de tanto importunar aos amigos n’este sentido.<sup>38</sup>

No caso de José Antônio Gomes Neto, a tentativa de manter o foco na carreira jurídica com o propósito de alcançar a magistratura, objetivo pré-estabelecido por seu pai, o fez vivenciar de modo diferente o “tal tempo” e as “tais circunstâncias” que empurravam alguns colegas – até aqueles que nenhum quesito possuíam – para a atividade política, inclusive mesmo antes da formatura. Talvez pelo fato de ter seguido para o alto sertão da Bahia, onde se reencontrou

---

35 APMC.AFBC.JAGN.1.17A.2

36 CARVALHO, op. cit. p. 83.

37 APMC.AFBC.JAGN.1.18.4

38 APMC. AFBC. JAGN. 1.12.1

em excelentes condições socioeconômicas, tendo em mente não só a administração dos negócios familiares, mas também a promotoria da Comarca do Urubu<sup>39</sup>, para a qual, com certa presteza, foi designado em 1847, não se viu atraído de imediato pelas bancadas políticas.

Somente em 1849, depois de ajudar a eleger diversos colegas, José Antônio Gomes Neto viu-se animado a concorrer a um cargo político. A carta do magistrado baiano e veterano das ciências jurídicas em Olinda, Casimiro Sena Madureira, informou que estava lançada sua candidatura: “já lhe escrevi a 4 dias participando-lhe que foi aceito pelo nosso partido o seu nome para deputado provincial”.<sup>40</sup> Na posição de liderança filiada ao partido liberal, Casimiro Madureira traçava arranjos e permutas de apoio que também tinham em vista a vitória dos seus familiares e amigos aliados.

As articulações deram certo. Em 7 de março de 1850 o jornal *Correio da Tarde* divulgava no Rio de Janeiro a lista dos deputados eleitos para a assembleia legislativa da Bahia<sup>41</sup>. Entre eles estavam os bacharéis indicados por Casimiro Madureira para serem apoiados nos colégios eleitorais do sertão: Justiniano Batista Madureira e Torquato Rodrigues Dutra Rocha. Mas, não só. O resultado eleitoral revelou o sucesso de outras articulações tecidas por José Antônio Gomes Neto em prol tanto de sua candidatura quanto da de ex-colegas formados em Olinda, com os quais se correspondia desde os tempos da faculdade e firmava tratativas: Antônio Luiz Afonso de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, João Antônio de Araújo Freitas Henrique, Luiz Antônio Pereira Franco, Ermano Domingues de

---

39 A Comarca do Urubu estava sediada na Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, atual cidade de Paratinga, no sertão do São Francisco/ Bahia, distante aproximadamente 220km da Vila de Caetitê, onde residia José Antônio Gomes Neto.

40 APMC.AFBC.JAGN.1.9.1

41 O CORREIO DA TARDE. Rio de Janeiro 07 de março de 1850. N° 663, p. 01.

Couto, Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes e Gasparino Moreira de Castro, todos eleitos naquele pleito.

João Antônio Freitas Henrique formou-se em Ciências Jurídicas pela academia de Olinda em 1845, um ano antes do seu amigo Gomes Neto. Residindo em Inhambupe, na região Nordeste da província baiana, já atuando como juiz municipal, Freitas Henrique, como assinava suas missivas, também seguia a linha dos magistrados interessados na carreira política e no apoio mútuo que envolvia o amigo do sertão a quem se dirigiu em 1849: “já te escrevi a respeito da minha candidatura e agora [que no sertão estás ] continuo a confiar que n’esse colégio obterei grande votação, pois que assim me autoriza a amizade”.<sup>42</sup> Ciente do significativo apoio político proveniente do colega José Gomes, já requisitado na eleição anterior, não se esquivou de explicitar sua prontidão em cumprir as ordens do amigo, deixando entrever que se correspondiam a respeito de uma colocação almejada por Gomes Neto: “tendo de rever os meus papéis, nele encontrei a tua ordem, que não foi satisfeita, como lho enviei, julguei ser de meu dever lha tornar, podendo sempre dar-me a respeito de qualquer outro negócio, as tuas ordens”.<sup>43</sup>

Luiz Antônio Pereira Franco, também contemporâneo de Gomes Neto durante o curso de ciências jurídicas em Olinda, foi reeleito ao cargo de deputado provincial nas eleições de 1849. Assim como antes, em 1847, não deixou de escrever ao amigo sertanejo, a quem chamava de “Gomes” para garantir o apoio esperado: “devo agradecer-te o prometimento que me fazes dos teus esforços a favor da minha pretensão eleitoral e conquanto já tenha certeza do cumprimento da tua palavra, todavia reitero o meu pedido”.<sup>44</sup> Certo de que era possível garantir a vitória para ambos, despediu-se da seguinte

---

42 APMC. AFBC. JAGN. 1.12.2

43 APMC. AFBC. JAGN. 1.12.2

44 APMC.AFBC.JAGN.1.26.3

forma: “em breve espero abraçar-te na Capital, quando vieres tomar assento na Provincial”.<sup>45</sup>

Gasparino Moreira de Castro, como já foi dito, era conterrâneo de José Antônio Gomes Neto. Sua família era grande proprietária de terras e gado em Monte Alto e, dada a proximidade de suas trajetórias, mantinham vínculos estreitos. Eles também dividiram moradia em Olinda, porém Gasparino interrompeu as atividades acadêmicas para se casar e, somente em 1848, retomou os estudos, matriculando-se no quinto ano do curso de ciências jurídicas em Olinda. Também concorreu às eleições para deputado provincial contando com o apoio do amigo a quem chamava de “meu Gomes”: “não esqueças de minha candidatura” e asseverando: “por certo podes fazer por mim o que eu por cá não poderei fazer por ti”.<sup>46</sup>

João da Cunha Lustosa Paranaguá, seu colega de turma, era, talvez, o mais influente dos amigos que assumiram o cargo de Deputado Provincial em 1850. Apesar de ser natural da província do Piauí, casou-se na Bahia, “terra das suas simpatias” com uma senhora de família abastada, D. Maria Amanda Pinheiro, filha do desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, ex-presidente da província e do Tribunal de Justiça da Bahia, futuro Visconde de Monserate<sup>47</sup>. Essa união lhe propiciou uma vivência muito profícua nos primeiros anos da atuação profissional, fazendo-o galgar mais rapidamente os degraus da carreira política e jurídica. Mesmo assim, apesar do meio distinto em que vivia, em janeiro de 1847 escreveu ao amigo Gomes comunicando não só a sua candidatura à Assembleia Provincial da Bahia, como a do seu futuro sogro: “o Pinheiro também se propõe e eu peço-te encarecidamente que te empenhes por ele o mais que te for possível: é um favor que me obrigará muito”.

---

45 APMC.AFBC.JAGN.1.26.3

46 APMC.AFBC.JAGN.1.13.5

47 APMC.AFBC.JAGN.1.17A.2

Na mesma carta ainda enfatiza: “a confiança que em ti deposito dispensa-me as diligências” e, “se saíres candidato comunica-me”.<sup>48</sup> É importante destacar que, mesmo alcançando grande projeção na vida política, Paranaguá foi um dos amigos que se manteve ligado a Gomes Neto até o fim da sua vida.

Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes também era seu colega de turma. Natural de São Gonçalo dos Campos, então pertencente ao território de Cachoeira, passou um tempo em Salvador logo depois que se formou, quando dividiu moradia com o colega João Lustosa da Cunha Paranaguá. A princípio, também se esquivou da candidatura política, preferindo aplicar o primeiro ano do bacharelado à prática jurídica. Mas, as circunstâncias já descritas o fizeram concorrer às eleições em 1848. No ano seguinte, escreveu ao colega Gomes Neto para saber se havia adquirido uma boa votação “no teu colégio e nas circunvizinhanças”<sup>49</sup> pois, conforme declarou, se tivesse pouca votação em Rio de Contas e na Chapada certamente sairia derrotado. Devia aproveitar, entretanto, os “300 e tantos votos” do colégio de Cachoeira, onde planejava passar a eleição para alcançar maior apoio. Nessa correspondência, Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes, que também conquistou uma carreira jurídica exitosa ao longo da vida, demonstrou seu empenho e de outros amigos em prol da candidatura do colega sertanejo: “eu tenho pedido por ti, e es recomendado pelo Governo. O Dr. Cassimiro também pede muito. Suponho que dessa vez terei o prazer de o ver por cá na qualidade de representante da província”.<sup>50</sup>

Essas evidências demonstram o quanto as redes de amizade eram significativas para obtenção de favorecimentos políticos e particulares, especialmente quando esses sujeitos iam graduando-se

---

48 APMC.AFBC.JAGN.1.17A.2

49 APMC.AFBC.JAGN. 1.22.2

50 APMC.AFBC.JAGN. 1.22.2

nas posições almejadas. Alguns desses jovens culminaram suas carreiras como Desembargadores, Ministros do Supremo Tribunal de Justiça e Conselheiros de Estado, posto mais elevado do Império, sem, no entanto, deixarem de se corresponder e trocar favores com o amigo do sertão.

Diante do exposto, vale reconsiderar algumas ponderações feitas por Kátia Mattoso acerca da lógica do sucesso de jovens na política baiana do século XIX. Segundo a autora, “para poder sonhar com uma brilhante carreira de homem público ou para ingressar no Parlamento, não era suficiente nascer numa família prestigiosa e receber uma instrução superior. Era preciso nascer na capital ou em seu Recôncavo”.<sup>51</sup> As correspondências acima transcritas elucidam outra compreensão acerca desta assertiva, demonstrando o quanto as redes de relacionamentos movidas pelos sertões influenciaram as conquistas políticas de sujeitos oriundos da capital, do Recôncavo baiano e até de outras províncias.

O fato de Salvador e seu entorno terem sido centros econômicos de destaque na Bahia certamente pesou, muito consideravelmente, na quantidade de políticos provenientes dessas regiões. A riqueza permitia que se acumulassem ferramentas importantes para uma projeção política, a exemplo da formação superior. Mesmo assim, é preciso um olhar que desmonte determinadas visões categóricas acerca da atuação das elites no século XIX. Não havia em Salvador ou no Recôncavo baiano nenhum fator determinante capaz de eleger, por si só, ou simplesmente por origem de nascimento, os donos de carreiras políticas e assentos no parlamento provincial. Considerando as fontes e o contexto em que a autora pesquisou, é imprescindível que os estudos mais recentes se atentem para a influência

---

51 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.276.

de outras regiões da Bahia e o papel político e econômico desempenhado pelos sujeitos, sempre bem articulados que delas advinham.

Por meio da trajetória de José Antônio Gomes Neto é possível relativizar afirmações circunscritas a um espaço territorial restrito. Todos os seus colegas candidatos à assembleia provincial em 1846 eram de Salvador e do Recôncavo baiano. Em 1849 esse leque se amplia, incluindo um candidato do sertão e outro da província do Piauí, ambos casados e residentes na Bahia. Contudo, observa-se entre eles a conduta comum de reconhecimento da influência política exercida pelo sertanejo e amigo Gomes, o que também indica que estavam cientes da relevância política dos sertões nas decisões eleitorais da Bahia. Isso se confirma na correspondência, já mencionada, do colega Joaquim Tibúrcio, de Cachoeira, por ocasião das eleições de 1849: “preciso saber se terei pouca votação em Rio de Contas e na Chapada, e se assim for fico derrotado”<sup>52</sup>.

Outro exemplo é a correspondência enviada da Bahia pelo bacharel Aprígio José de Souza durante a campanha eleitoral de 1849. Diferente dos jovens recém-formados, ele era um veterano das ciências jurídicas de Olinda, tendo-se bacharelado em 1834. Naquela altura da sua carreira já havia atuado sucessivas vezes como deputado provincial, mas, até então, sem o apoio político dos eleitores sertanejos. Por alguma razão, esse contingente de eleitores despertou seu interesse, ou foi a influência política que José Antônio Gomes Neto vinha exercendo em prol dos seus aliados, quase sempre eleitos, que chamou sua atenção: “por uma inaudita infelicidade tenho sido sempre repellido da urna caetiteense, e pensando nas causas desse constante [in]sucesso, julgo que só a falta de um eficaz protetor que me defenda”. Considerando a influência que o jovem doutor vinha demonstrando, continuou: “tendo agora notícia do caráter firme e gênio prestimoso de V.S, tomo a liberdade de recorrer aos seus

---

52 APMC. AFBC. JAGN.1.22.2

nobres sentimentos, rogando-lhe o favor de esposar a minha causa e aceitar-me como por seu candidato”. Na sua opinião, se alcançasse tal ventura, obteria, em consequência “uma brilhante votação desse distinto Colégio”.<sup>53</sup>

Coincidência ou não, o baiano Aprígio José de Souza também foi escolhido naquele ano, totalizando, assim, o número de dez bacharéis eleitos mediante tentativas de articulações políticas envolvendo o alto sertão baiano e o apoio de José Antônio Gomes Neto. Entre os trinta e seis deputados nomeados em 1850, Gomes Neto era o décimo primeiro a compor essa rede de articulações, garantindo, assim, possibilidades bastante dilatadas de assegurar seus interesses a partir de então. Quem sabe, ainda outras alianças tenham sido firmadas, elos que não foram documentados, ou cujos vestígios se perderam com o tempo. De todo modo, esses casos demonstram que pertencer a uma família prestigiosa, receber instrução superior e, além disso, ser bem relacionado tornou-se mais significativo do que simplesmente nascer na capital ou no Recôncavo baiano.

O fato de José Antônio Gomes Neto constituir-se uma pessoa de influência no sertão permitiu-lhe não só continuar integrando as redes sociais que havia construído até esse momento da vida, como também ampliava sua capacidade de barganhar favores políticos e fazer-se representado nos mais altos postos do império. Não há registros de que tenha se candidatado outras vezes, no entanto, as amizades que constituiu nos bancos da academia de Direito em Olinda, e se fortaleceram em momentos de descontração e informalidade, agiram em seu favor, não só para que alcançasse o almejado posto de juiz de Direito (1867) mas para que se tornasse uma liderança sertaneja reconhecida nos círculos políticos da corte, cujo prestígio foi selado com o título de Barão de Caetité, conquistado em 1880.

---

53 APMC.AFBC.JAGN.2.10.



## Autores

### Cristiano Luís Christillino

Possui doutorado em História pela UFF (2010) e pós-doutorado em História na UFPE (2012). Atualmente é professor adjunto na UEPB e professor efetivo no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. É autor do livro “Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)”. Recife Editora Universitária, 2019.

### Jucieldo Ferreira Alexandre

Docente da Universidade Federal do Cariri, graduado em História pela Universidade Regional do Cariri, mestre pela Universidade Federal da Paraíba e doutor pela Universidade Federal Fluminense. Suas pesquisas de pós-graduação centram-se nas relações entre história e epidemia, com foco nos surtos do cólera que atingiram o Ceará na década de 1860.

### Leandro Braga de Andrade

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFETMG). Tem experiência de pesquisa em História econômica e social de Minas Gerais no século XIX, tendo investigado as práticas mercantis e inserção política das elites de negociantes regionais na formação do Estado Imperial.

### **Lielva Azevedo Aguiar**

Professora do curso de História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus VI). Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora na área de História Política do Brasil/Bahia/ Sertões.

### **Manoel Nunes Cavalcanti Junior**

Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, concluindo a Licenciatura (1997) e o Bacharelado (1999). Mestre (2001) e Doutor (2015) em História também pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Titular de História do Instituto Federal da Bahia/Campus de Vitória da Conquista. Suas pesquisas estão relacionadas, principalmente, às relações de poder e cultura política no Brasil durante o período Regencial e início do Segundo Reinado.

### **Paulo Henrique Fontes Cadena**

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua, desde 2018, na Licenciatura e no Mestrado Profissional em História da Universidade Católica de Pernambuco. Teve a dissertação de mestrado publicada sob o título “Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)”.

### **Pedro Vilarinho Castelo Branco**

É graduado em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI - (1992), Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - (2005), é professor do Departamento de História e Membro permanente do Programa de

Pós-Graduação em História da UFPI. É sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI), da Sociedade Brasileira de Estudos Oitocentistas e Líder do Grupo de Pesquisa (Diretório do CNPQ) - História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro. É autor de artigos em periódicos científicos, livros e capítulos de livros versando sobre História das Mulheres, História e Gênero, História e Catolicismo, e História, Cultura e Poder no Oitocentos brasileiro. E-mail: pedrovilarinho@uol.com.br / pedrovilarinho@ufpi.edu.br

### **Suzana Cavani Rosas**

Professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da UFPE e doutora em História pela mesma universidade. Tem experiência nas áreas de História Política e Social do Brasil Império, nas quais pesquisa e ensina. Possui diversos artigos e capítulos principalmente sobre as temáticas da escravidão no sertão pernambucano e das eleições no Império. É autora do livro *Aponte de Ouro: praieiros, guabirus e a conciliação imperial (1849-1857)*. Recife Editora Universitária, 2016.

### **Vitória Fernanda Schettini**

Bolsista Jovem Cientista Faperj, possui Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011), pós-doutorado em História na Universidade do Minho. Atualmente é professora na Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira - Niterói/RJ; na Faculdade Santa Marcelina e no Centro Universitário Unifaminas - Muriae/MG. Atua principalmente nos seguintes temas: sociedade e economia mineira, história da família e análise comparada.

*Título* Política e sociedade no Brasil oitocentista  
*Organização* Cristiano Luís Christillino  
Vitória Fernanda Schettini

*Formato* E-book (PDF)  
*Tipografia* Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)  
*Desenvolvimento* Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE  
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397  
E-mail: [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br) | Site: [www.editora.ufpe.br](http://www.editora.ufpe.br)

